

Ordem para atacar a Jugoslávia

Javier Solana, secretário-geral da NATO, deu luz verde ao general Wesley Klark, comandante supremo da Aliança Atlântica, para bombardear a Jugoslávia. No encerramento da nossa edição desconhecia-se ainda quando teria início o ataque, mas o Pentágono fez saber que poderia ocorrer a qualquer momento. Em Belgrado, o presidente Milošević declarou o estado de emergência, mobilizando tropas e recursos para a defesa da nação. O PCP toma posição face à ameaça iminente.

Págs. 13 e 32

EM FOCO

Legislar contra a discriminação racial

Por iniciativa do PCP, a Assembleia da República debate hoje mesmo, pela primeira vez, um Projecto de Lei destinado a prevenir a prática de discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

■ António Filipe

Pág. 20

A demissão da Comissão Europeia e as piruetas políticas

■ Honório Novo

Pág. 24

Sábado e domingo em Almada

Pág. 19



JCP em luta pelo futuro



6º Congresso
Juventude Comunista Portuguesa

Foro de discussão de Almada - 21 e 22 Março 1999

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 25 de Março de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA incluído) • N.º 1321 • Director: José Casanova

**HOJE
EM LISBOA**

MANIFESTAÇÃO

Por Abril

Pelos direitos

A CGTP convocou para esta tarde uma concentração nacional contra a tentativa do Governo de, cedendo ao grande patronato, alterar para pior a legislação sobre trabalho, tempo parcial, férias, trabalho nocturno, conceito de retribuição, *lay-off* e direito de participação.

Pág. 5

Ilda Figueiredo ao «Avante!»



Mais força para defender os interesses nacionais

«É fundamental que o nosso povo perceba que o seu dia-a-dia está dependente cada vez mais do que se passa nas instâncias comunitárias.»

Págs. 15, 16, 17 e 18



PCP organiza desfile contra pacote laboral do PS

RESUMO

17
Quarta-feira

PJ continua buscas na sede da Universidade Moderna ■ Xanana Gusmão critica demora do processo de reconciliação timorense e avisa Indonésia que os timorenses continuam prontos para a guerra ■ A Comissão Europeia demissionária suspende parte das suas funções e pede ao Governo dos Quinze para ser substituída rapidamente ■ Aliado político de Netanyahu, Arieh Deri, é condenado por corrupção ■ Clinton reúne-se em encontros separados com Gerry Adams, líder do Sinn Fein, e David Trimble, líder do Partido Unionista do Ulster, para discutir o processo de paz na Irlanda do Norte.

18
Quinta-feira

Jorge Sampaio chega a Macau e é recebido oficialmente pelo governador Rocha Vieira ■ Schröder encontra-se com António Guterres e debatem Agenda 2000 ■ Sete deputados socialistas apresentam projecto de lei que estabelece tutela conjunta de menores em caso de divórcio ■ A Assembleia Magna de Coimbra aprova uma moção que retira o convite feito pela Comissão Central da Queima das Fitas ao ministro da Educação ■ Xanana Gusmão anuncia que não vai participar no encontro de reconciliação timorense ■ Independentistas assinam projecto para o Kosovo e Belgrado rejeita.

19
Sexta-feira

Jorge Sampaio preside à cerimónia de inauguração do Centro Cultural de Macau ■ Marcelo Rebelo de Sousa afirma que caso venham a provar-se ilegalidades no «caso Moderna» Paulo Portas deve demitir-se ■ O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação demite-se ■ O MDM, Movimento Democrático de Mulheres comemora o seu trigésimo aniversário ■ Membros da Missão de Verificação da OSCE recebem ordens para sair do Kosovo ■ Romano Prodi anuncia estar disponível para a Presidência da Comissão Europeia ■ Atentado terrorista, na Ossétia do Norte, faz sessenta mortos e uma centena de feridos.

20
Sábado

AD exige a convocação do Conselho de Estado ■ Começa em Coimbra o XXIV Encontro Nacional das Associações de Pais, subordinado ao tema «Acesso... que frustração» ■ Jovem operário de 20 anos morre soterrado numa obra no Monte Estoril ■ Associação dos Profissionais da Guarda rejeita a possível vinda para a GNR de mais

nove brigadeiros do Exército ■ Intensificam-se os confrontos no Kosovo entre independentistas e tropas jugoslavas ■ O suíço Bertrand Piccard e o britânico Brian Jones concluem a primeira volta ao mundo em balão, sem escala.

21
Domingo

Vera Jardim nomeia Santos Cabral para director-geral da Polícia Judiciária ■ O exército jugoslavo ataca o vale de Drenica, no centro do Kosovo. Várias aldeias ficam em chamas ■ Costas Simitis é reeleito no V Congresso do Partido Socialista Grego ■ Kofi Annan, Secretário-Geral da ONU, pede «tolerância, conhecimento e solidariedade» contra «intolerância, ódio e preconceito», no Dia Internacional para a Eliminação da Discriminação Racial ■ Três jornalistas zambianos são acusados de espionagem e de revelarem informações sobre a segurança do Estado ao inimigo ■ Falece aos 98 anos o filósofo Jean Guilton.

22
Segunda-feira

Ida Figueiredo, candidata do PCP às europeias, lidera no Porto um desfile contra o pacote laboral do PS ■ António Guterres recebe Paulo Portas do PP, Leonor Beza do PSD, dirigentes socialistas e da CGTP em consultas sobre a Agenda 2000 ■ A Procuradoria Geral da República recebe o segundo relatório do SIS sobre o «caso Moderna» ■ Francisco Seixas da Costa, secretário de Estado dos Assuntos Europeus, reúne-se, em Bona, com Gretschmann, assessor económico de Schröder, e com Haus von Ploetz, ministro dos Negócios Estrangeiros, para acertarem as últimas posições sobre a Agenda 2000 ■ Clinton lança ultimato a Milosevic. Forças da NATO preparadas para atacar ■ Amnistia Internacional critica a brutalidade policial e as execuções nos Estados Unidos, na reunião da Comissão da ONU para os Direitos humanos ■ Gerry Adams, líder do Sinn Fein, reúne-se em Belfast com o líder protestante Davis Trimble para debater o desarmamento dos grupos paramilitares na Irlanda do Norte.

23
Terça-feira

Carlos Carvalhas exige transparência e justiça nos casos JAE, Moderna e Expo, à saída da audiência com o Primeiro-Ministro ■ PCP anuncia que vai votar contra as duas propostas de nova lei do serviço militar ■ Jorge Sampaio chega a Lisboa após visita de cinco dias a Macau ■ Saramago assiste no Parlamento Europeu a um debate em torno da crise desencadeada pela demissão da Comissão ■ O Secretário-Geral da NATO dá ordem para iniciar os ataques aéreos à Jugoslávia.

Isto anda tudo ligado

Está o País em polvorosa efervescência por efeito de múltiplas e diversificadas ocorrências. O governo do PS, embalado na aplicação obsessiva da política de direita herdada do governo anterior, parece ter entrado, ou estar em vias de entrar, numa espécie de rampa do impossível retorno. Na política praticada pelo executivo chefiado pelo engenheiro Guterres, forma e conteúdo constituem, cada vez mais, um todo inseparável. Nem poderia ser doutra maneira. Como aqui tem sido sublinhado, não é possível separar a essência de uma política, o seu conteúdo de classe, dos métodos utilizados na sua aplicação e, naturalmente, do leque de consequências dessa aplicação. Assim, uma política que tem como principais beneficiários os grandes grupos económicos e financeiros é, necessariamente, uma política gravosa para os que trabalham e vivem do seu trabalho. E o facto de os beneficiados constituírem uma escassa minoria da população portuguesa e os prejudicados uma imensa maioria, confere a essa política um elevado grau de injustiça. Ora uma política essencialmente injusta é, por isso mesmo, geradora de muitos outros atropelos democráticos (muitas vezes praticados em nome da democracia). Tal política tende também, inevitavelmente, a estimular práticas e situações semelhantes às que, no momento actual, constituem todos os dias notícias do dia.

O caso da Universidade Moderna é paradigmático dos tempos que vivemos. Tudo indicando que aquilo que se conhece não representa mais do que uma pequenina ponta de um gigantesco icebergue, e sendo legítimo presumir que a rede de envoltimentos no caso venha a revelar-se muito mais ampla e a provocar surpresas aos distraídos de profissão, a verdade é que o que é conhecido é suficiente para despertar preocupações e suscitar interrogações que exigem medidas e respostas imediatas. O esclarecimento completo de todo o caso apresenta-se hoje como uma necessidade incontornável, imperiosa e urgente.

Dizem-nos os jornais que, mal o caso foi ventilado, logo houve quem tudo fizesse para o abafar, envolvendo-o num espesso manto de silêncio. Um relatório do SIS, que o ministro Jorge Coelho dizia não existir, aparece publicado numa revista. Um eventual segundo relatório – que o ministro diz ter recebido – associa a Universidade Moderna a operações de branqueamento de capitais e atribui-lhe ligações ao grupo colombiano Santo Domingo, alvo de investigações internacionais relacionadas designadamente com tráfico de droga. Em directa ligação com todo este caso, ocorre, entretanto, a até agora não suficientemente esclarecida demissão forçada do Director-Geral da Polícia Judiciária.

Se tudo isto, e muito mais que tem vindo a lume sem desmentidos, corresponde à verdade, estamos perante uma situação extremamente grave e que impõe total esclarecimento, sejam quais forem as consequências dessa clarificação, nomeadamente no que toca a todas as pessoas envolvidas no caso.

No tom afirmativo e peremptório que o caracteriza, o ministro da Administração Interna afirmou que «as mano-

bras de diversão e as cortinas de fumo, com mais carta menos carta, em nada vão afectar a investigação de fenómenos como branqueamentos de capitais, terrorismo, contrabando de armas e tráfico de droga». E garante que as investigações à Universidade Moderna «são para levar até ao fim», «doa a quem doer».

Será assim? A interrogação é legítima na medida em que, como a experiência nos ensina, as garantias dadas pelo ministro Jorge Coelho soam muito àquelas frases-tipo a que é uso recorrer-se nestas circunstâncias e que, descodificadas, significam exactamente o contrário do que dizem. Aguardemos, pois. E sublinhemos a urgência do indispensável esclarecimento.

Tanto mais que, infelizmente, a confusão reinante não se esgota no caso da Universidade Moderna. Muitos outros escândalos, injustiças e atropelos democráticos rebentaram ou ameaçam rebentar e todos eles decorrentes da política e da prática do governo do PS. Veiga Simão, que em tempos foi ministro de Salazar e agora é de Guterres, seguindo um natural instinto, mandou investigar «movimentações de

almirantes e generais». A sindicância à Junta Autónoma das Estradas que, segundo nos fora prometido, iria «esclarecer tudo até ao fim», parece direccionada para esclarecer apenas uma parte de tudo. O buraco de 70 milhões de contos aberto na Expo'98, porque teria ficado aquém do que se esperava, é-nos apresentado como uma glória e um êxito assinalável. E se a isto juntarmos a ofensa e a humilhação a que foram sujeitos os militares de Abril e a «conclusão», que muitos querem ver generalizada, de que o fascismo salazarista foi um regime com conteúdo profundamente democrático – então há que perguntar ao Primeiro-Ministro se continua a ver nos resultados da sua política e da sua governação sinais de «recuperação da nossa auto-estima e do nosso orgulho nacional». É claro que essas afirmações

foram feitas no tempo em que o engenheiro Guterres falava... porque, no que toca às graves ocorrências acima referidas, o Primeiro-Ministro achou por bem ausentar a sua voz para parte incerta e remeter-se a um imprudente silêncio.

A cresce que a política de direita não é só isto: é também, e de que maneira, a continuação do favorecimento dos interesses do grande capital que nunca, depois do 25 de Abril, teve tanto poder como tem agora; é também a continuação do processo de privatizações, delapidador de bens que são de todos nós e gerador de desemprego e de piores e mais caros serviços; é também o agravamento das injustiças sociais; é também e sempre o ataque a importantes direitos e conquistas dos trabalhadores portugueses, o sinistro pacote laboral que faz as delícias do grande patronato e a que os trabalhadores portugueses têm vindo a dar a justa e necessária resposta.

Mas como acima se disse, são óbvias as relações entre esta política profundamente injusta para quem trabalha e casos como o da Universidade Moderna e outros semelhantes. A demonstrar e a confirmar, ao fim e ao cabo, que isto anda tudo ligado.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Sôcio Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Sôcio Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440
Inscrição na Direcção Geral da Comunicação Social
N.º 102235

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE'S
Editorial «Avante!» — Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A,
1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira.
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Rua B. L. 227 — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B. L. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.ª A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heka Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Deposito legal n.º 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

| PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas) | EXTRA-EUROPA |
|---|--|
| 50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00 | 50 números: 46 100\$00 |
| EUROPA 50 números: 28 600\$00 | GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU 50 números: 33 850\$00 |

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

«Dorme cá hoje»

Sexta-feira à noite, entram-me em casa, sem bater à porta nem pedir licença, os senhores Mário Soares e Jacques Delors. Era na UM.

De Soares pode dizer-se que o pico da sua prestação se situou naquele jeito tão seu de fazer da Língua Francesa uma espécie de pátuá ou, se se preferir, de fundir em dialecto soarês um Molière e um Camões mais ou menos iletrados. Delors assumiu a postura que lhe vimos quando, na sequência da vitória do «não» a Maastricht na Dinamarca, decidiu que se fizessem tantos referendos quantos os necessários para o «sim» vencer.

Zappinguei de emergência e caí na QUATRO onde me disseram estar ali a acontecer «um grande momento de televisão». De facto, assim era: Ruth Marlene segredava ao ouvido não sei de quem: 0641..., perdão: «Dorme cá hoje». Dou um salto à TRÊS e fujo a sete pés de uma telenovela brasileira que nunca vi mas que sei ser igual a todas as que vi e não vi. Estatei-me na UM, onde Delors discorria sobre as «duas pernas da União Económica e Monetária», num tom que me pareceu insinuar a existência de uma terceira perna sobre a qual, por pudor ou coisa assim, nada mais adi-

antou. Na QUATRO, o convite continua: «Dorme cá hoje». Na TRÊS também a telenovela continua e na UM Soares filosofa assim: «Não sou pessimista mas o Mundo está mal» - ao que Delors responde: «Estamos no século da opinião pública.» Esmagado pelo contundente nível de inteligência dos dois eminentes europeístas, escapo-me para a QUATRO: Ruth trava agora um lancinante diálogo com a irmã Jessica. «De irmã para irmã», choram o facto de «os homens (incluindo Soares e Delors) serem todos iguais». Na UM, Soares, acutilante e incisivo, pergunta a Delors o que é, para ele, hoje, «o socialismo ou a social-democracia, que é mesma coisa». Delors responde que o comunismo morreu e que a social-democracia não morreu. E avança a sua tese de que a «social-democracia, hoje, é liberdade, solidariedade, responsabilidade». Pelo rosto de Soares perpassa o desgosto de não lhe ter ocorrido a ele, antes, a genial tridefinição. E mais pesado fica quando Delors adianta a moderníssima ideia de que o que é preciso é criar uma «nova sociedade» - ideia que, segundo Soares, é filha de Delors e que, segundo Delors, tem como pai Chaban Delmas. Na TRÊS, continua

o pungente drama de dois filhos ingratos que se viram contra o pai. E Delors explica que as causas das dificuldades actuais do socialismo democrático se devem ao facto de «os cidadãos só terem direitos e nenhuns deveres». Experimento a DOIS: «Se Hitler não tivesse perseguido os judeus nós teríamos estado com ele» - dizem umas velhas judias que se safaram à tira dos fornos crematórios onde milhares e milhares de anti-hitlerianos foram cremados. A QUATRO: «passaram por aqui todas as grandes figuras da música de expressão popular portuguesa». Na UM a conversa de chacha está a chegar ao fim. Soares informa que «vamos ter eleições para o PE». Delors já sabia e diz que apoiará qualquer lista que preencha quatro condições. Na QUATRO, o «grande momento de televisão» fecha em apoteose: (os homens) «são todos iguais/ e nunca é de mais/ jogar à defesa/ não dar o melhor/ sem do seu amor/ se ter a certeza».

Soares afirma o seu total acordo às quatro condições de Delors. E, se bem ouvi, fechou assim: «Dorme cá hoje.»

■ José Casanova

O que está em jogo

Registam-se neste país coisas espantosas: o professor J. H. Saraiva, ex-ministro de Salazar no Ministério que promoveu os gorilas na Universidade, revela que, afinal, «Salazar era um antifascista».

Nobre Guedes, apoiante indefectível de Paulo Portas, declara em plena convenção do PP: «É preciso cumprir Abril!»

O Supremo Tribunal Militar, a quem coube a missão de julgar os agentes da PIDE, declara prescritos, ficando assim impunes, os crimes de Rosa Casaco, chefe da brigada que com minuciosa preparação executou o assassinato do general Delgado, como ele próprio relatou provocadamente em extensas entrevistas há tempos concedidas.

A isto podemos juntar o despudor com que promotores e executores do terrorismo bombista de 1975/76 se têm vindo a gabar publicamente dos seus crimes (Alpoim Galvão: «já disse e repito: podem acusar-me de todas as bombas postas até ao 25 de Novembro»). E, também, o à-vontade com que o agente (e posteriormente o chefe) da CIA, Carlucci, à data na pele de «embaixador» dos Estados Unidos, fala do seu papel na intervenção contra a revolução portuguesa.

Como pano de fundo destes factos continua a campanha, mais ou menos surda ou ostensiva, para branquear o fascismo, para apresentar o marcelismo como «uma tentativa de democratização» suave do país, para apontar como sendo «o espírito original do 25 de Abril» o projecto spinolista que pretendia perverter as suas aspirações democráticas, e para caluniar, insultar e felsear o significado histórico do 25 de Abril.

Na RTP, nos programas que tem vindo a transmitir sobre o «antigo regime», sobressai uma esforçada intenção de apresentar «os aspectos positivos» do «Estado Novo». «Aspectos positivos» que também o director do «Expresso», J. A. Saraiva, se apressou a publicitar, em nome da isenção histórica, claro.

Enquanto isso, a pretexto da proposta de reintegração nas suas carreiras dos militares penalizados por terem participado no 25 de Abril, assisti-

mos ao desencadeamento de uma campanha contra os capitães de Abril onde vêm a lume ranços de ódio de classe como os que madame Nogueira Pinto extravasou no «Expresso» sob o revelador título «O 25 de Abril deles»

Não se está apenas perante uma operação de falsificação da História e uma campanha para apagar na memória colectiva o significado libertador do 25 de Abril.

O que está em jogo, na avaliação actual do 25 de Abril, é também, e principalmente, o próprio conteúdo da democracia e as perspectivas do regime político que ela instaurou.

O regime salazarista foi, em todas as suas características fundamentais, pelo seu significado social e pelas suas formas de exercício de poder, uma ditadura fascista. O «marcelismo» não foi mais do que um salazarismo sem Salazar, e o projecto do general Spínola não passava de uma tentativa de marcelismo sem Marcelo Caetano.

O 25 de Abril quebrou essas tentativas de manter a essência social do regime fascista, destruiu as estruturas políticas e económicas que a sustentavam, e institucionalizou conquistas alcançadas pela força do movimento popular que configuraram uma democracia com largas bases e perspectivas de cidadania política, económica e social.

Quando se pretende fazer a reabilitação do regime fascista e reduzir o «espírito original do 25 de Abril» às concepções spinolistas, é para o regresso ao passado que se aponta, contra as transformações renovadoras e libertadoras do 25 de Abril.

O que exige um redobrar do esforço para aprofundar e renovar a democracia, dar-lhe um revigorado apoio de massas, mais amplo e sólido, para a defender contra as tentativas de regressões reacçãoárias, fazendo dela, com os valores de Abril, guia e garantia de uma sociedade que não se baseie na alienação do ser humano.

■ Aurélio Santos

JUGOSLÁVIA Não à agressão!

A ameaça de agressão militar da NATO contra a Jugoslávia pode concretizar-se a todo o momento. Em frontal violação do direito internacional e à revelia da própria ONU e do seu Conselho de Segurança, onde países como a China e a Rússia recusam a completa instrumentalização que os EUA lhe querem impor. Com a colaboração da União Europeia e o envolvimento directo das grandes potências que a dominam, em primeiro lugar a Alemanha e a Grã-Bretanha, mas também a França, que acolheu e co-presidiu a farsa de Rambouillet. Perante a estranha mistura de impotência e colaboracionismo da OSCE, cujos elementos da «Missão de Verificação» no Kosovo acabam de abandonar o terreno para permitir maior liberdade de movimentos aos agressores. Com o indigno e subserviente concurso do Governo Guterres, colocando à disposição da agressão imperialista um contingente militar português.

Nunca é de mais insistir que o que está em causa é particularmente sério. A Jugoslávia tem sido metódica e perfidamente atacada, desmembrada, bloqueada, ocupada e utilizada numa estratégia de tensão que visa justificar o reforço da NATO e o relançamento da corrida aos armamentos. E isto, fundamentalmente, porque não se rendeu ao *diktat* alemão ou norte-americano, não correu a renegar a sua história, a sua Constituição, a sua soberania nacional. As brutais ameaças que hoje pesam sobre a nova Jugoslávia (e a Sérvia sobretudo) sucedem-se porque o governo de Belgrado não abdica da sua soberania nacional, não bate palmas ao devastador avanço imperialista para Leste, nem coloca como objectivo («democrático» e «libertador» naturalmente) a entrada para a NATO. Com todas as suas contradições e factores de inquietação (a brutal ingerência nos assuntos internos da Jugoslávia já possibilitou a participação no governo de Belgrado de forças nacionalistas profundamente reacçãoárias), a resistência ao ultimato imperialista na sua versão NATO/Rambouillet contam com indiscutível apoio popular. O que não é manifestamente o que se passa na Polónia, Hungria e sobretudo República Checa com a entrada destes países na NATO. Para os aspirantes a senhores do mundo, trata-se de um desafio inadmissível.

É particularmente inquietante que tudo isto se passe sem que da esfera do poder de um qualquer país da União Europeia se erga uma voz forte, uma só que seja, a apontar com seriedade para os perigos e a dizer não ao *diktat* norte-americano atlantista, ainda que sejam evidentes os propósitos hegemónicos dos EUA em relação à Europa. Lamentavelmente, também em matéria de questões de Segurança e Defesa, a «onda rosa» que levou os social-democratas para o governo em 13 dos 15 países da UE não se traduziu em qualquer real modificação das políticas da direita assumida, entretanto condenadas nas urnas. É mesmo o contrário que se verifica em importantes aspectos, com o projectado relançamento da NATO por ocasião do seu 50.º aniversário ou com a própria militarização em curso da UE. É também significativo que seja precisamente com um governo social-democrata em Bona que, pela primeira vez desde a 2.ª guerra mundial, tanques alemães se preparam para invadir um país soberano, país onde precisamente a bota nazi esmagara a soberania nacional e violentara o seu povo de forma brutal.

Perante uma tão perigosa situação, onde se banaliza a própria ameaça do uso da força que já por si é uma violação grosseira do direito internacional, é necessário fazer quanto estiver ao nosso alcance para desmascarar os reais objectivos dos EUA e da NATO nos Balcãs, impedir a agressão militar contra a Jugoslávia ou a instauração no Kosovo (à semelhança da Bósnia) de um «protectorado» apoiado numa poderosa força de ocupação. E em particular intensificar a luta contra a participação de Portugal na estratégia agressiva do imperialismo.

■ Albano Nunes



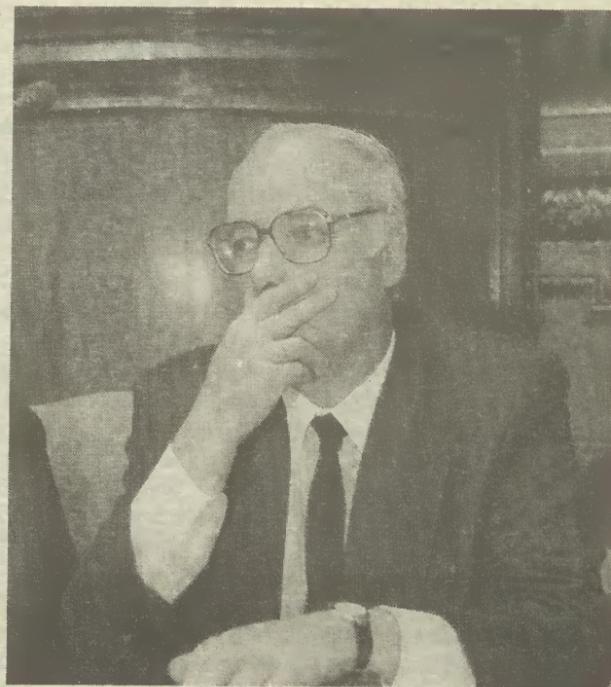
Foto: João Garcez

Oscars para Shakespeare, desprezo para Elia Kazan

Realizou-se mais uma cerimónia de entrega de Oscars pela indústria cinematográfica de Hollywood, este ano em 71.ª edição, tendo o filme de John Madden, *A Paixão de Shakespeare*, arrebatado sete das estatuetas douradas, incluindo a de melhor filme, a de melhor argumento original e a de melhor actriz, deixando para segundo lugar *O Resgate do Soldado Ryan*, de Steven Spielberg, que teve de se ficar pelos cinco prémios, mas incluindo o de melhor realização. O outro destaque desta entrega de Oscars foi para a atribuição de duas estatuetas ao filme do italiano Roberto Benigni, uma para o melhor filme estrangeiro e outra para o próprio Benigni, o autor-actor do filme que se manifestou numa explosão de alegria tão reverencial e agradecida que se tornou conflagrador. A brasileira Fernanda



Montenegro, que pela primeira vez levava o Brasil a concurso para o prémio da melhor actriz secundária, foi preterida pela indústria norte-americana a favor de mais um elemento de *A Paixão de Shakespeare*, a actriz Judi Dench. Esta edição ficou ainda marcada por uma controversa homenagem à carreira de Elia Kazan, o realizador norte-americano que «pagou» a sua obra com a denúncia, e decorrente ruína profissional e pessoal, de nove companheiros de trabalho em Hollywood por «actividades ou simpatias comunistas» durante a sinistra «caça às bruxas» conduzida pelo criptofascista Edgar Hoover, chefe do FBI. Kazan, que ainda recentemente afirmou que repetiria tudo o que fez, recebeu apenas o aplauso de parte da assistência, permanecendo a outra parte num silêncio gélido de desprezo.



Demissões em catadupa

O ministro da Justiça, Vera Jardim, regressou de urgência de Macau com o Procurador-Geral da República, Cunha Rodrigues, onde ambos se encontravam integrados na comitiva que acompanhou o Presidente da República na sua visita oficial ao território. O regresso intempestivo ficou a dever-se à demissão apresentada por Fernando Negrão da chefia da Polícia Judiciária, a que se seguiu a demissão de vários outros altos responsáveis desta polícia de investi-

gação criminal, demissões estas que se seguiram às verificadas nos Serviços de Informação e Segurança (SIS), na sequência do escândalo despoletado nos órgãos de Comunicação Social envolvendo vários responsáveis da Universidade Moderna com presumíveis ligações à loja maçónica Casa do Sino e alvo de suspeitas tão graves como lavagem de dinheiro e corrupção várias. O Ministro da Justiça nomeou outro magistrado para substituir Fernando

Negrão à frente da Polícia Judiciária, escolhendo o juiz-desembargador Santos Cabral, o que levantou de imediato alguns protestos, dado que este magistrado desempenhava até ao momento funções no Ministério da Justiça. No meio disto chegou às mãos do Procurador-Geral da República um segundo relatório do SIS que, ao que consta, avança novos pormenores sobre crimes tão graves como a lavagem de dinheiro por grupos criminosos organizados.

L'Humanité remodelado

Após uma longa e profusamente anunciada preparação, eis que, na passada Quinta-feira, *L'Humanité* aparece remodelado junto dos seus leitores. Deixando

de apresentar-se como jornal do Partido Comunista Francês, de que foi órgão ao longo de muitas décadas, o periódico fundado por Jean Jaurès, prestigiado socia-

lista que continua a figurar na ficha técnica, suprime desta os históricos e destacados comunistas que o dirigiram - Marcel Cachin, director entre 1918 e 1958; Paul Vaillant Couturier, redactor-chefe entre 1926 e 1937. Seguindo no essencial a mesma linha de conteúdo patente nos últimos anos, o jornal, que apresenta sobretudo alterações no seu grafismo e na arrumação dos temas, surgiu agora com 36 páginas (número variável, como notámos nas edições seguintes - na Sexta-feira já saiu com 28). A primeira parte do

seu espaço é ocupado por peças temáticas, sendo a segunda repartida por secções de cariz noticioso - uma página dedicada ao Trabalho, duas ao Desporto, seis a questões culturais. Nota marcante desta remodelação é o abandono do símbolo comunista da foice e do martelo.

Volta ao mundo em balão

O suíço Bertrand Piccard e o inglês Brian Jones completaram esta semana a primeira volta ao mundo em balão sem escala, conseguindo realizar um dos derradeiros feitos aeronáuticos ainda não realizados neste século. A viagem durou 20 dias e o balão, baptizado com o nome de *Breitling Orbiter III*, bateu os recordes de permanência do ar e de distância percorrida, numa viagem que começou na localidade de Chateau d'Oex,

nos Alpes Suíços, e terminou no Norte de África, após uma volta aérea completa ao planeta sem escala. Até agora, o recorde oficial de distância ininterrupta percorrida em balão pertencia ao norte-americano Steve Fosset, com 22.910 quilómetros percorridos em Agosto do ano passado, ficando à beira de conseguir a volta completa, que só não concretizou devido a condições atmosféricas muito adversas.



Formado grupo de trabalho para organizar Paleontologia

Por iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, foi constituído um grupo de trabalho para estudar a fundo a situação da Paleontologia em Portugal, nomeadamente no que toca a recursos humanos e técnicos, que tipo de pesquisas estão a ser feitas, onde e como e quais as potencialidades científicas a explorar. Em resumo, este grupo deve trazer um verdadeiro «mapa» da situação no nosso país e ela-

borar recomendações de acção que permitam não apenas fazer o ponto da situação, como obter dados para uma estruturação adequada desta importante área científica. Recorde-se que Portugal é um verdadeiro alfofre de vestígios históricos a exigir uma acção profunda, qualificada e estruturada da paleontologia, bastando, para o ilustrar, trazer à colação diversos dos importantíssimos achados já



identificados, sejam as gravuras paleolíticas de Foz Côa, os trilhos de pegadas de dinossauro de Carenque (únicas no mundo) ou as jazidas fósseis de diversas idades geológicas. Segundo o *DN*, além do primeiro diagnóstico da situação, este grupo de peritos terá ainda de avaliar o regime legal aplicável ou a aplicar ao património paleontológico nacional e fazer propostas para a sua definição.

FRASES

“A três meses das eleições europeias, e a meia dúzia das legislativas, ninguém acredita (em relação aos Estados Gerais do PS) que se trata de reassumir um projecto e não se arranjar votos.”

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 18.03.99)

“O senhor provedor de Justiça pode dizer o que entende, mas não lhe compete a ele propor o que quer que seja.”

(Jorge Coelho, das televisões, 23.03.99)

“Sucedem-se demissões, multiplicam-se cartas secretas, agita-se o Parlamento, mas ninguém sabe exactamente o que se passa. Ou, então, quem sabe não o diz. Limita-se a esperar que a ventania passe depressa e a tranquilidade volte de novo ao pântano.”

(Fernando Madrinha - «Expresso», 20.03.99)

“Os colarinhos-brancos lusitanos andam verdadeiramente assustados e arrepiados com as investigações do caso Moderna. É natural. Na ponta desta imensa meada podem vir agarradas algumas “mui nobres” figuras desta alegre democracia.”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário de Notícias», 22.03.99)

“Ninguém vai chorar a memória desta Comissão, porque ela terá a morte que merece. Registe-se, portanto, o momento histórico e prepare-se o funeral político do senhor Santer.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 17.03.99)

“De uma coisa podem os portugueses estar certos. A Europa que interessa aos alemães não é a Europa que interessa aos portugueses.”

(António Neto Silva - «Semanário Económico», 19.03.99)

“Já houve tempo suficiente para avaliar a experiência de secretas no Portugal democrático: quando não são perversas, são anedóticas. Acabe-se com isso. Dê-se dignidade à investigação. Dê-se-lhe transparência.”

(Oscar Mascarenhas - «Público», 24.03.99)

“No final da época ou sai Souzense, ou saio eu, seja ou não seja o Benfica campeão nacional.”

(António Sala - «A Bola», 17.03.99)

“A minha vida começa a complicar-se.”

(Artur Jorge - «Expresso», 20.03.99)

TRABALHADORES

Indignação e revolta manifestam-se hoje em Lisboa

CGTP exige abandono do *pacote* laboral

Como se faz uma grande acção de protesto

O Acordo de Concertação Estratégica, onde surgiu pela primeira vez este *pacote* laboral, foi assinado em 21 de Dezembro de 1996. No verão passado, o Governo procurou chamar a si uma competência da Assembleia da República. Mas teve que recuar, por força dos protestos: não só não legislou nas férias, como foi obrigado a mandar as propostas de lei para a AR.

Havia uma pretensão de que o trabalho a tempo parcial pudesse ser discutido até 15 de Dezembro. Na Conferência de Organização Sindical, a 27 e 28 de Novembro, a CGTP decidiu promover greves e paralisações e uma acção nacional junto da AR, no dia em que fosse agendado aquele diploma. Anunciado o calendário pretendido, o plenário nacional de sindicatos, convocado de emergência para 26 de Fevereiro, apelou à mobilização dos trabalhadores e marcou o «cordão» humano de dia 11 e a acção de hoje.

Todos os dias de Março foram aproveitados para reuniões nos sectores e regiões, para plenários em empresas, para a elaboração e distribuição de milhares de folhetos e comunicados.

Hoje de manhã, do Porto, saíram dezenas de autocarros, prendendo a União dos Sindicatos do distrito que se deslocem a Lisboa cerca de 1300 pessoas. Na capital, estão convocados plenários em empresas como o Metro, a Carris e o grupo CP, com saída dos trabalhadores para a manifestação. Foram apresentados pré-avisos de greve em sectores como a hotelaria, os gráficos, a indústria vidreira, a construção civil, a metalurgia, a química e farmacêutica, a administração local e a Função Pública, as indústrias eléctricas, têxteis e de bebidas, as telecomunicações e audiovisual, o comércio, escritórios e serviços.

Uma acção desta envergadura faz-se com muito trabalho. Aqui ficam alguns exemplos.

Trabalhadores de todo o País participam hoje na acção de luta nacional convocada pela CGTP-IN. Às 15 horas há uma primeira concentração, nos Restauradores, que se dirige para São Bento. A concentração frente à Assembleia da República está marcada para as 16 horas.

«Vamos ter no dia 25 de Março uma grande acção de revolta, de denúncia, de protesto, de exigência ao Governo e aos deputados da AR que abandonem definitivamente os diplomas mais gravosos do *pacote* laboral: o tempo parcial, as férias, o conceito de retribuição, o *lay-off* e o trabalho nocturno» - previu José Ernesto Cartaxo, segunda-feira, na conferência de imprensa sobre a análise feita na Comissão Executiva da CGTP-IN, reunida nesse dia em Lisboa.

Interrogado sobre o facto de ser um governo socialista o protagonista desta ofensiva, aquele dirigente da *Inter* relatou que, nos contactos que, como outros sindicalistas, tem tido nestes dias em várias empresas e regiões, «são os próprios trabalhadores socialistas, militantes

organizados, que se manifestam desiludidos e frustrados por o seu partido, que sustenta o Governo, ter avançado com diplomas de tão grande gravidade e que significam, em certos casos, um retrocesso para situações piores que antes do 25 de Abril».

A Executiva, informou José Ernesto Cartaxo, verificou que há «grande movimentação, grande disponibilidade e empenho para transformar esta acção numa grande jornada», expressando «a confiança de que o Governo não vai ter outra saída, senão recuar em relação a estes diplomas», que quer agendar ainda para Abril e que «correspondem, a cem por cento, às reivindicações da CIP», como acusou Ulisses Garrido, também presente no encontro com os jornalistas.

Por Abril

O lema da acção de hoje - «Por Abril, defender os direitos dos trabalhadores, contra o *pacote* laboral» - reflecte a especial indignação que provoca o facto de esta ofensiva contra pilares do Direito do Trabalho coincidir com o ano em que se comemora o 25.º aniversário da revolução. Em causa, salienta a CGTP, estão o direito ao trabalho e à segurança no emprego, o direito a horários e salários dignos, o direito à contratação colectiva e à liberdade sindical, a proibição da discriminação de mulheres e jovens, o direito à Segurança Social, o direito universal a férias.

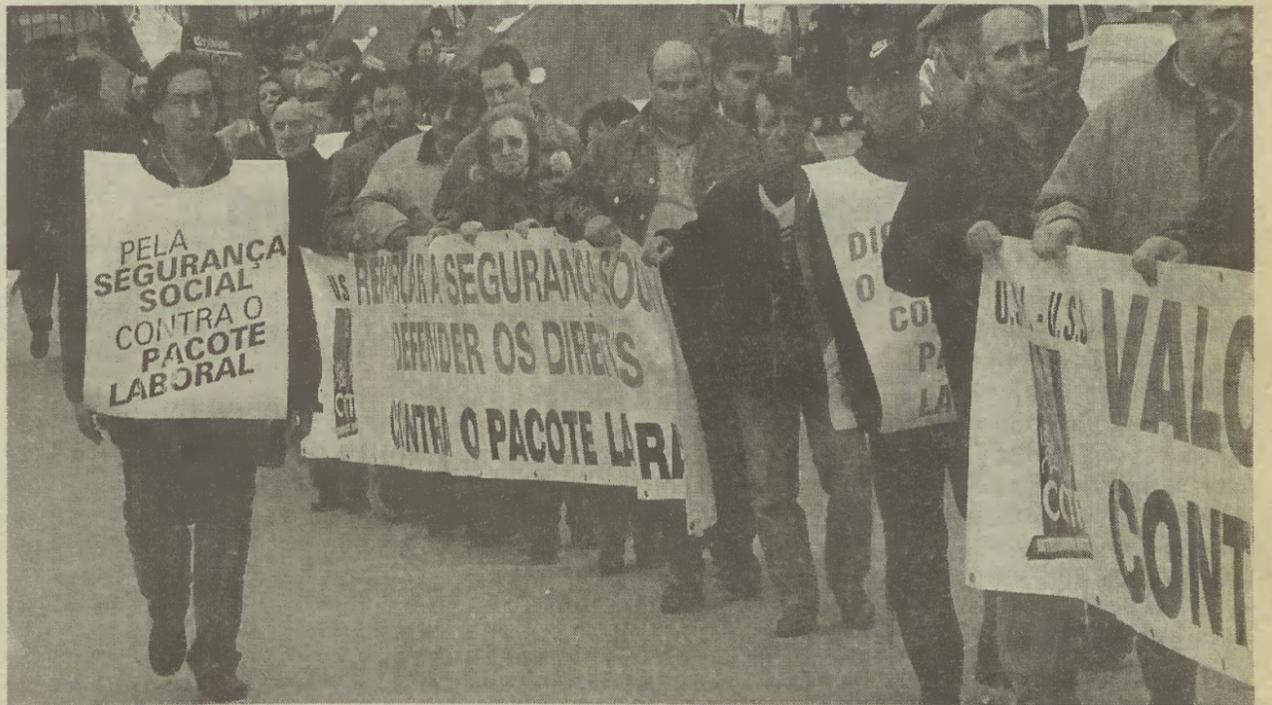
Aos diplomas para aplicação geral, o Governo somou ainda um *pacote* legislativo para a Administração Pública, que articula o ataque a importantes direitos com uma política de privatizações.

Combatendo a preocupação do Governo de proteger os interesses do grande patronato em detrimento dos interesses e direitos dos trabalhadores, a

CGTP contrapõe ao *pacote* laboral a exigência de melhores condições de vida e de trabalho.

Na conferência de imprensa de segunda-feira foi denunciado o bloqueamento sistemático da negociação colectiva por parte dos representantes patronais, comportamento que tem suporte na política de «moderação» salarial praticada pelo Governo. «Este bloqueamento resulta numa pressão muito grande sobre os salários, uma situação inadmissível, quando o crescimento económico, reconhecido por toda a gente, não tem revertido a favor dos salários nos últimos anos e este ano em particular», protestou José Ernesto Cartaxo, exigindo a inversão da «política sistemática de conseguir a competitividade das empresas à custa dos baixos salários».

A CGTP acusa também o executivo de António Guterres de não concretizar a aproximação dos salários portugueses à média europeia, promessa eleitoral do PS e objectivo incluído no programa do Governo.



O agendamento para discussão no plenário parlamentar, no dia 11 de Março, do diploma prevendo o direito de participação das entidades patronais na elaboração da legislação do trabalho, foi marcado, em Lisboa, com um «cordão» humano rumo a São Bento e a ocupação das galerias da AR por dirigentes e activistas sindicais

PCP prossegue campanha



Até final do mês, decorre a acção nacional de esclarecimento, iniciada pelo PCP no dia 15, sob a palavra de ordem «Mais respeito por quem trabalha».

Envolvendo centenas de militantes comunistas, foram realizadas, até ao passado fim-de-semana, iniciativas em mais de 200 empresas, em todo o País. Já foram distribuídos mais de cem mil exemplares do folheto central da campanha, a que se somam comunicados e outros materiais editados pelas organizações.

No dia de hoje, todos os passos confluem para a manifestação convocada pela CGTP. Amanhã, a acção retoma o seu ritmo. Odete Santos, por exemplo, participa numa «volta» por empresas têxteis do concelho de Santo Tirso, enquanto outros camaradas estarão em iniciativas noutros locais (algumas das iniciativas estão referidas na *Agenda*). Entre os meios atribuídos pelo PCP a esta acção estão também três carrinhas, equipadas para darem um forte apoio aos contactos com os trabalhadores e a população.

TRABALHADORES

25 anos de Abril

O concurso literário que a União dos Sindicatos do Porto e a Associação Benéfica dos Empregados do Comércio do Porto promoveram, no quadro das comemorações dos 25 anos do 25 de Abril, contou com a participação de 196 obras, que já se encontram na posse do júri. As melhores obras, segundo a apreciação de Mário Cláudio, José Viale Moutinho, Manuel António Pina, Mário David Soares, Francisco Duarte Mangas, Ana Luísa Amaral e Manuel Loff, serão reunidas num volume a publicar pela «Campo das Letras» e os seus autores serão distinguidos com prémios monetários e uma obra de arte original de José Rodrigues. A entrega de prémio terá lugar às 18 horas de dia 25 de Abril, na Associação de Jornalistas e Homens de Letras do Porto.

Água

Fonte de lucro é o que o STAL não quer que façam da fonte de vida. Em nota divulgada na segunda-feira, assinalando o Dia da Água, a Direcção Nacional do sindicato sublinha que «o acesso a água potável é um direito humano fundamental», «a captação, tratamento e distribuição de água é um serviço público essencial», «a gestão da água deve ser tarefa pública, exercida ao nível local e estimulando a participação dos cidadãos» e que «a melhoria e desenvolvimento dos serviços de água dependem da valorização e dignificação de todos os seus trabalhadores».

Évora

Tomou posse no dia 15 a nova direcção da União dos Sindicatos do Distrito de Évora, eleita na 3.ª Conferência Sindical, realizada dez dias antes. Na sua primeira reunião, de um mandato que vai até 2002, os 17 elementos da direcção (que foi aberta a sectores antes não representados e a sindicatos sem filiação em qualquer central) elegeram Ricardo Galhardo, para o cargo de coordenador, e mais seis membros da Comissão Executiva. A mais jovem dirigente agora eleita para este órgão tem 35 anos e é o único elemento que não integrava já a anterior Executiva da USDE. Na conferência da estrutura distrital da CGTP foi destacado o facto de se terem sindicalizado, nos últimos três anos, quase 1900 trabalhadores, enquanto no mesmo período foram eleitos 95 novos delegados sindicais, o que é especialmente valorizado pelos sindicalistas eborenses face às mutações económicas e sociais verificadas nos últimos anos no Alentejo.

Por melhores salários, pelo emprego, pelos direitos Trabalhadores avançam para a greve

Do despedimento colectivo na Unicervi à «pacotada» contra os ferroviários, da discriminação na Merloni às «chuchas» na Robialac, do Teatro D. Maria II aos motoristas de mercadorias e ao pessoal da Gás de Portugal - as injustiças geram descontentamento e este acaba por resultar na forma de luta extrema ao dispor de quem vive do seu trabalho.

Em greve está hoje o pessoal da **Ford Electrónica**, que de manhã se concentra no Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, para reclamar «mais eficácia» no acompanhamento da situação de centenas de trabalhadoras afectadas por tendinites.

O despedimento de 55 trabalhadores da **Unicervi**, no dia 16, levou a que o restante pessoal da distribuidora da Centralcer em Palmela e Grândola entrasse em plenário permanente.

De segunda-feira até ontem, os trabalhadores da **Opel Portugal** (fábrica da Azambuja) fizeram paralisações de 30 minutos. Hoje a greve é de 24 horas. Em causa estão as pretensões da administração de introduzir um sistema de remuneração baseado em novos prémios e de condicionar a actualização salarial a um acordo para três anos. Uma nota do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa acrescenta ainda que o pessoal da Opel exige aumentos que melhorem o valor real dos salários e os aproximem dos níveis praticados nas outras fábricas da Europa, bem como a redução do horário de trabalho.

A aplicação de aumentos salariais de 2,9 por cento para os operários e de 4,4 até 8 por cento para quem já auferia vencimentos superiores, tal como a atribuição arbitrária de prémios, levou à realização de uma greve de 3 horas na **Merloni** (Ariston) no dia 12. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul refere a disposição dos trabalhadores de darem continuidade à luta.

A degradação dos vencimentos dos actores levou o Sindicato dos Trabalhadores dos Espectáculos a declarar greve no **Teatro Nacional D. Maria II**, nos dias 16 a 18. O Sindicato da Função Pública do Sul e Açores também apelou à greve do pessoal técnico, administrativo e auxiliar, exigindo a negociação de um regulamento interno e de um enquadramento salarial e de carreiras. Este sindicato admite também que possam ser desencadeadas formas de luta no Ministério da Cultura.

De segunda-feira até ontem, por períodos de 4 horas, os trabalhadores da **SSGP-Vidro Automóvel** estiveram em greve por melhoria de salários e redução do horário de trabalho, à semelhança do que já sucede nas



Na passada sexta-feira, os trabalhadores do Entrepósito Lisboa concluíram uma série de paralisações de uma e duas horas, levadas a cabo nos locais de trabalho desde dia 12. A partir desta data também está a ser recusado o trabalho suplementar. Em comunicados aos clientes e à população, os trabalhadores denunciam o facto de a gerência manter profissionais altamente especializados nos níveis salariais mais baixos do sector automóvel, enquanto a empresa apresenta resultados muito positivos nas vendas das marcas Nissan e Subaru (foto durante a paralisação, nos Olivais)

empresas do Grupo Saint Gobain em Portugal (Covina e Vidreira do Mondego).

Na **Robialac** foram marcadas greves de hora e meia, de ontem até segunda-feira, dia em que os trabalhadores reunirão em plenário para analisar o eventual endurecimento da luta contra a discriminação salarial e pela criação de um subsídio de risco e desgaste. Por 30 dias foi declarada greve ao trabalho extra. Esta foi a resposta à imposição, pela direcção da empresa, de aumentos salariais «a seu belo prazer, as chamadas «chuchas», como se diz na resolução do plenário de Fevereiro.

A greve da passada sexta-feira na **Emef** teve, no Barreiro, uma adesão de mais de 98 por

cento, que foi «a maior de sempre», refere a Comissão Concelhia do PCP, num comunicado em que apela à luta contra o pacote laboral. A paralisação, no segundo período de trabalho, abrangeu também as oficinas da Emef no Porto, Sernada do Vouga, Régua, Coimbra, Figueira da Foz, Entroncamento, Lisboa e Vila Real de Santo António, tendo por objectivo «obrigar a administração a negociar rapidamente os novos valores salariais, que deviam estar em vigor desde o passado dia 1 de Fevereiro», informa uma nota da Federação dos Ferroviários.

Contra o arrastamento das negociações por parte das administrações da **Emef** e **Refer** e do conselho de gerência da CP, «a luta é o único caminho», defende o Sindicato dos Ferroviários do Centro, que acusa os responsáveis das empresas de terem «uma

estratégia global» e tentarem «impor, à semelhança do Governo, a sua «pacotada» laboral, fazendo depender da discussão e aceitação de «acordos globais» o evoluir das matérias remuneratórias para 1999». Novas greves estão convocadas para dia 29, segunda-feira.

A greve de dias 17 e 18 no **Grupo Gás de Portugal** foi considerada como «um êxito» pela Fequimetal/CGTP, que aponta uma adesão global de 85 por cento (97 por cento nos sectores fabris).

A recusa da Antram em aceitar as reivindicações propostas pela Festru/CGTP para o sector de transportes rodoviários de mercadorias (onde os salários em vigor são os acordados em 1997) suscitou já a marcação de uma greve com início às zero horas do dia 5 de Abril.

Professores do Centro trouxeram à rua o Congresso

Ao tomarem conhecimento da presença do secretário de Estado da Administração Educativa em Viseu, na quinta-feira passada, os delegados ao 5.º Congresso dos Professores do Centro decidiram interromper os trabalhos e deslocar-se ao Governo Civil, onde se encontrava Guilherme de Oliveira Martins, para lhe entregar uma moção.

Neste documento, o congresso - que decorreu de quarta a sexta-feira, com a participação de cerca de 500 delegados - sublinha as exigências de cumprimento da lei de protecção à maternidade no que toca às docentes com gravidez de risco, a criação de um processo de vinculação dinâmica dos professores contratados, a indexação das reformas aos vencimentos e a abolição dos créditos de formação contínua.

Os sindicalistas docentes notaram ainda a coincidência de, para locais e datas em que estão marcadas iniciativas do SPRC ou da Fenprof, serem também convocadas actividades do Ministério.

A federação revelou, entretanto, que está agendada para amanhã à tarde uma reunião com aquele secretário de Estado, onde o problema da gravidez de risco será o principal assunto, mas onde a Fenprof procurará obter respostas para questões como o regime excepcional de aposentação, a situação dos docentes nos conservatórios, a vinculação e a protecção social aos desempregados.

Em luta

Entre 85 e 90 por cento dos trabalhadores não docentes do ensino pré-primário, preparatório e secundário aderiram à greve de 24 horas da passada sexta-feira, provocando o encerramento de dezenas de escolas em todo o País, informou a Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública. A luta, que incluiu uma concentração frente ao Ministério da Educação, tem por principal objectivo a urgente aprovação do novo regime jurídico do pessoal não docente, prometida pelo ME desde 1998.

Na semana anterior haviam estado na Avenida 5 de Outubro cerca de 500 trabalhadores dos serviços de **Ação Social do Ensino Superior**, que fizeram greve com uma adesão de 90 por cento. A FNSFP protesta por não conseguir do secretário de Estado do Ensino Superior a marcação de reuniões para apresentação das propostas do ME relativas aos problemas colocados pelos trabalhadores. Na concentração foi afirmada a decisão de voltar à greve no prazo de um mês.

Saúde

Mantêm-se os elevados índices de adesão à greve dos serviços gerais da Saúde, que decorre, de forma descentralizada, desde o início do mês. Um grupo de trabalhadores e sindicalistas do Porto confrontou sexta-feira a ministra da Saúde com as exigências que estão na base da greve e que se prendem com a reestruturação das carreiras profissionais. Um dirigente do Sindicato da Função admitiu, em declarações à Agência Lusa, que a greve possa evoluir para uma expressão nacional, se o Ministério continuar a protelar a resolução de um problema que é motivo de luta dos trabalhadores há três anos.

Vitórias unitárias

Nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da **Caixa Geral de Depósitos** saiu vitoriosa a Lista A, unitária, que subiu a sua representação para 7 elementos, conquistando 1 lugar à Lista C, identificada com a tendência socialista. A Lista B, independente, manteve os seus 2 mandatos, e a Lista D, da tendência social-democrata, também manteve o seu representante. Os dados, ainda provisórios, divulgados na semana passada pela coordenação da CT, apontavam para totais de 3150 votos na Lista A, 1300 votos na Lista B, 800 votos na Lista C e 600 votos na Lista D.

Os trabalhadores da fábrica de Ovar da **Philips** elegeram para a sua CT uma esmagadora maioria de candidatos da lista unitária, que obteve 9 mandatos (6 dos eleitos são mulheres, reflectindo o peso que a mão-de-obra feminina tem na empresa), informou o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro. A lista identificada com a UGT e a administração recebeu 165 votos, que lhe conferem apenas 2 mandatos.

Seguros

As decisões da «assembleia geral» realizada no final de Fevereiro pela Direcção e o presidente do Congresso do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Regiões Autónomas vão ser impugnadas por um grupo de sócios, identificados com a tendência «Um sindicato de todos e para todos» e com os eleitos das listas unitárias. No sindicato não existe nenhum órgão estatutário denominado Assembleia Geral e a alteração dos estatutos, que ali foi decidida, é uma competência do Congresso.

Os promotores da «assembleia geral» são acusados de pretenderem perpetuar a hegemonia da actual direcção, decidindo contra os estatutos e à revelia dos sócios.

30 anos do MDM

Mulheres pela igualdade

O MDM, Movimento Democrático de Mulheres, comemorou, na passada sexta-feira, o seu trigésimo aniversário, na Padaria do Povo, local onde o movimento foi fundado.

A sessão iniciou-se com um apontamento cultural de música de câmara, em que alunos do Conservatório Regional de Loures interpretaram duas Sonatas, uma de Haendel e outra de Wagenseil.

Durante a sessão houve diversas intervenções moderadas por Ana Conceição Marques, do Secretariado Nacional, que iniciou a conversa, citando M.^a Lamas, no 1.º Congresso do MDM, com um apelo a uma sociedade mais justa, em que os portugueses se consciencializem das condições de injustiça em que muitas mulheres ainda vivem em pleno século XX.

nais e, se continua a preocupar com questões da sociedade como: o emprego e desemprego das mulheres, a maternidade, a família, o alargamento da rede escolar, a interrupção voluntária da gravidez, a pobreza, a 3.ª idade e a violência contra as mulheres. Dulce Rebelo terminou, apelando à unidade e à luta: «Mulheres solidárias em luta pela igualdade (...) estamos aqui em festa, em alegria, em participação unidas pelos dedos da mão.»

importância que o movimento teve no despertar das suas consciências de mulheres, do conhecimento da vida e das situações difíceis que as mulheres tinham que enfrentar. Louvaram também o empenhamento de todas as participantes que lutaram ao seu lado, mesmo as mais silenciosas. Também Irene Santos Silva, da Comissão de Mulheres da CGTP, louvou a importância do MDM, quando o seu marido, capitão de Abril, foi preso, após o 25 de Novembro, e o movimento a ajudou a si e a outras mulheres a organizarem-se. M.^a Carolina Mega recordou ainda algumas situações caricatas ligadas a algu-

Ana Conceição Marques deu depois a palavra a Cristina Coelho, afirmando: «Falámos do passado, do presente, mas o futuro também nos pertence.» Cristina Coelho mostrou-se emocionada com todos os testemunhos das outras mulheres, e como representante da nova geração do MDM, sublinhou a importância que os movimentos de mulheres ainda têm hoje, uma vez que ainda há imensas situações de injustiça e discriminação nas escolas, nos empregos e na política que vitimam a classe feminina.

A sessão contou ainda com as saudações da Vereadora do Des-

Um mês de iniciativas para a juventude

Múltiplas iniciativas dirigidas à juventude têm vindo a decorrer um pouco por todo o país, nalguns casos prolongando-se até ao fim do mês de Março. Um conjunto de acções, nas mais diversas áreas, em que se cruzam o protagonismo das câmaras com o das mais diversas associações.

Em Lisboa, está em curso a semana de juventude, que deverá prolongar-se até dia 28 de Março. No espaço dos Armazéns Abel Pereira Fonseca, em Xabregas, têm lugar a *Cena d'Arte*, concurso de arte jovem, com apresentação de cerca de 1 500 trabalhos de jovens pintores, fotógrafos, escultores, ceramistas, performances de dança e poesia; os *Os dias da música alternativa*, com apresentação de 43 bandas portuguesas; o *Adrenalina Air Space*, espaço dedicado à prática de desportos radicais. Dia 19 de Março, teve lugar, neste mesmo espaço, a *Moda '99*, um desfile de moda com o trabalho de 30 jovens criadores.

Também em Lisboa, a semana da juventude desdobra-se na apresentação de uma série de peças de teatro, no Teatro Tabor, na Sociedade Recreativa Guilherme Cossoul e no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho. E ainda numa mostra de *Videos em efervescência* e um ciclo de cinema *Sete pecados mortais*.

Coruche assinalou a semana da juventude com a organização

de diversas iniciativas entre 22 e 28 de Março, incluindo um espaço multimídia, *danças de salão*, uma *discoteca móvel*, actuação de *bandas* e de uma *tuna académica*, diversas *actividades desportivas*, e ainda uma *feira jovem*, um *festival de balonismo* e mesmo um *show de hipnotismo*.

Quem disse que os jovens não usam a cabeça? É a questão provocatória que perpassa um conjunto de colóquios sobre *Vida saudável*, *Toxicoddependência*, *Jovens, que futuro?* (com a finalidade de promover saídas profissionais) e *Eu, o meu espelho e a decisão* (tendo como objectivo fomentar o poder de decisão, tendo em conta a individualidade de cada um).

No Barreiro, decorre uma quinzena da juventude que incluiu, no passado fim-de-semana, um conjunto de *eventos culturais e ambientais*, com destaque para uma visita guiada ao Museu Oceanográfico, no Portinho da Arrábida, a apresentação da peça de teatro *Talvez a vida não passe disto*, associando a música, a poesia e a dança, o concerto *Quem vê cores não vê corações*, promovido pela Associação Olho Vivo, o rally-paper *Conhece o teu concelho*.

Foi ainda assinalado o Dia Mundial da Árvore. Uma iniciativa da Associação Jovem de Defesa do Ambiente *Geração Verde* que organizou uma jornada de reflexão com o tema *A importância da árvore no espaço urbano*.

Da organização da quinzena consta igualmente a realização de três exposições, incluindo uma sob o tema *Tratamento de resíduos*, que compreende cinco painéis alusivos à luta dos barreirenses, nos últimos meses, contra a decisão do Ministério do Ambiente de instalar uma Estação de Pré-Tratamento de Resíduos Perigosos no Barreiro.

O mês da juventude, em Loures, abarca diferentes actividades na área do desporto e música. Domingo passado teve lugar uma sessão de esclarecimento sobre *A droga e os modos de lidar com ela*. Teve entretanto início o concurso de Banda Desenhada *Em busca da juventude*, que se prolongará até dia 28.

Até final de Março, continuam os concertos de música moderna, a animação de rua, os workshops de capoeira, os torneios de futebol, os concursos de B.D., os passeios equestres, entre muitas outras iniciativas.

Em Sines, a semana da juventude é assinalada com diversas iniciativas, entre as quais teatro, concertos, desportos alternativos, exposições, cinema, grafite e workshops de bateria, capoeira e pantomima.



Sessão comemorativa, na Padaria do Povo

Ao depoimento de Dulce Rebelo seguiram-se os testemunhos de vários membros do MDM e de outras pessoas para quem o movimento foi importante. M.^a Carolina Mega, Ilda Pires e Fernanda Mateus recordaram a

mas iniciativas das comemorações do 8 de Março, tais como o ciclo de cinema dedicado às mulheres, organizado por ela no Quarteto, mas que falhou por se terem esquecido da divulgação do acontecimento.

porto da Câmara Municipal de Lisboa, Rita Magrinho, é do Presidente da Junta de Freguesia do Santo Contestável, Lourenço Bernardino.

No final, ficou o apelo à continuação da luta das mulheres.

Frente Anti-Racista em campanha

Cerca de 3 000 assinaturas foram já recolhidas, em apoio dos projectos de lei contra a Discriminação Racial, apresentados pelo PCP, e posteriormente pelo PS, e que estão hoje em discussão na Assembleia da República. Esta uma das iniciativas em que a Frente Anti-Racista (FAR) está actualmente envolvida, em conjugação com outras associações anti-racistas, no quadro de uma luta contra a discriminação racial que passa também pelo desporto.

Neste contexto, a Frente participou, no passado fim-de-semana, no 1.º Congresso da Rede Anti-Racista, onde mereceram particular destaque iniciativas como o debate hoje em curso na AR e a reunião, promovida pelo PCP domingo passado, com associações de imigrantes, movimentos anti-racistas e cidadãos interessados.

No Congresso foram distribuídos exemplares do projecto de lei apresentado pelo PCP e lançado um apelo para a presença do maior número de pessoas no hemiciclo, para acompanhar o debate.

O que está hoje em debate na AR é um projecto de lei do PCP - também resultante da contribuição de diversas associações de imigrantes e anti-racistas - para prevenir, combater e sancionar as discriminações de carácter racista e xenófobo.

De salientar ainda a apresentação, pelo grupo parlamentar comunista, de um projecto de lei de apoio às Associações de Imigrantes, definidor de um conjunto de vastos direitos, apoios técnicos e financeiros.

Uma luta que, como a Frente realça, vale a pena. Por proposta do grupo parlamentar do PCP, a AR acaba de eliminar a obrigatoriedade da apresentação de um documento do SEF, bastando a autorização de residência, sempre que esta comprove o período mínimo de residência exigido pela lei.

A 21 de Março, assinalado um pouco por todo o mundo como dia internacional pela eliminação de todas as formas de discriminação racial, a Frente Anti-Racista convocou uma conferência de imprensa para o local de chegada da Meia Mara-

tona Internacional de Lisboa, para denunciar a discriminação que hoje se pratica no acesso à prática desportiva em Portugal de imigrantes e seus descendentes. Uma denúncia que contou com a colaboração dos organizadores da meia maratona, nomeadamente com a colocação de faixas alusivas no percurso.

De facto, os cidadãos estrangeiros, que vivem e trabalham no nosso país, não têm acesso

pleno à prática desportiva federada, por limitações impostas, quer pelos regulamentos federativos quer pela lei portuguesa, a três níveis: inscrições nas Federações, acesso a competições individuais, limitação ao número de estrangeiros por equipa.

A Frente Anti-Racista considera essencial alterar a lei e os regulamentos federativos, de forma a que permitam a plena participação desportiva de imi-

grantes e seus descendentes, pelo que decidiu contactar nesse sentido todas as federações desportivas e partidos políticos e dinamizar, com clubes, atletas, associações de imigrantes e todos os demais interessados, uma campanha «Desporto para todos», tendo como meta imediata a participação de milhares de atletas no próximo dia 29 de Maio, na iniciativa da Interjovem «Correr com o Racismo».

Educação sexual em debate

No balanço da campanha nacional «Educação Sexual, já! Sem medos», a JCP/Algarve criticou a falta de vontade política do Ministério da Educação para implementar a educação sexual nas escolas.

«O actual governo não tem vontade política para debater as questões da sexualidade nas escolas. Se a tivesse a lei 3/84, sobre a educação sexual e planeamento familiar, não estaria há 15 anos para ser regulamentada», disse Sérgio Martins, da direcção da Organização Regional do Algarve da JCP.

Em conferência de imprensa, o jovem dirigente comunista fez um balanço positivo da campanha, que decorreu no Algarve durante os meses de Fevereiro e Março, e que já tem desen-

volvimentos positivos, de que são exemplo as iniciativas em curso esta semana, na Escola Secundária de Vila Real de Santo António, onde os jovens têm vindo a debater as questões da sexualidade.

Do balanço desta campanha ressaltam os contactos com milhares de estudantes, professores e auxiliares de educação, as bancas de informação na Universidade do Algarve e em cerca de uma dezena de escolas secundárias, a distribuição de milhares de panfletos, a recolha de 3 000 assinaturas num abaixo-assinado exigindo a implementação da educação sexual nas escolas e a realização de três debates.

LOURES Visita a bairros

A Comissão Concelhia de Loures promoveu, no passado Sábado, uma visita a bairros de génese ilegal da Zona Oriental do concelho, em que participaram o deputado Joaquim Matias, o vereador Rui Dantas Ferreira, o presidente da Junta de Freguesia de Santa Iria de Azóia, Ernesto Costa, para além de vários dirigentes locais do Partido, e outros eleitos da CDU nas freguesias da Santa Iria, S. João da Talha e Bobadela. A iniciativa destinou-se a apresentar as propostas do PCP e auscultar opiniões sobre a alteração da Lei 91/95, de que depende a legalização destes bairros. No final da visita, realizou-se um encontro no Bairro da Fraternidade, com mais de uma dezena de comissões e associações de moradores das freguesias de Santa Iria de Azóia, S. João da Talha e Bobadela.

ALCOCHETE Recuperar o cais

A recuperação da Ponte Cais Ribeirinho é uma aspiração das populações que a Comissão Concelhia de Alcochete apoia, manifestando ao mesmo tempo disponibilidade para participar no debate público em torno do projecto. Por outro lado, a estrutura comunista reage a um comunicado do PS que acusa a gestão camarária de estar envolvida num polémico projecto de remodelação daquela infra-estrutura, apresentado para Administração do Porto de Lisboa, que detém a sua propriedade. O PCP considera que a Câmara tem tido conduzido este processo de forma clara, transparente e democrática, e que a reunião que reuniu com a APL realizou-se apenas para obter esclarecimentos sobre as intenções dos promotores da obra. Apesar da ponte depender exclusivamente do Porto de Lisboa, o PCP recorda que até ao momento nunca aquela entidade governamental procedeu a quaisquer obras, obrigando a Câmara, para evitar a sua total degradação, a efectuar ali várias intervenções. Por isso, não entende as «preocupações» da estrutura socialista, aconselhando-a a preocupar-se antes com o facto de, em três anos, a única obra do Governo no concelho ter sido o posto da GNR.

LISBOA Debate sindical

A luta e intervenção dos comunistas junto dos trabalhadores foi o tema de uma reunião realizada no passado dia 13 de Março, em que participaram quadros dirigentes sindicais de Lisboa.

No encontro foram abordados aspectos como a luta contra o pacote laboral e a mobilização para a jornada de dia 25 de Março, assim como a importância das próximas batalhas eleitorais e do reforço da CDU.

Foram ainda focados os congressos da União dos Sindicatos de Lisboa, em 20 e 21 de Maio, da CGTP e da Confederação Europeia de Sindicatos, e analisado o papel e a acção dos comunistas no movimento sindical e o reforço e influência do Partido nos locais de trabalho.

GABINETE DE IMPRENSA Demissão na Judiciária

O PCP exige mais informações do ministro da Justiça para que possam ser clarificados os contornos precisos da decisão que levou à demissão do Director-geral da Polícia Judiciária. Em nota do Gabinete de Imprensa, a direcção do Partido lembra que a referida demissão «é da responsabilidade e competência exclusiva do ministro da Justiça», mas seguramente, «este facto vem na decorrência de uma prolongada e visível degradação de relações institucionais, a que se juntam notícias e informações, algumas delas graves, que há muito teriam exigido uma intervenção do Governo». Na actual situação, o PCP entende que «deve ser concretizada a rápida substituição do Director-geral da PJ e que devem ser garantidas àquele polícia todas as condições indispensáveis à urgente investigação de importantes escândalos que corrompem a credibilidade do Estado, como são os casos da Universidade Moderna/Casa do Sino, da JAE, da Expo/98, entre outros, no sentido de não virem a cair no esquecimento».

BEJA O problema da terra

A Organização de Beja do PCP voltou a insistir na necessidade de uma verdadeira reforma agrária que entregue a terra a quem a trabalha, medida que considera fundamental para que sejam aproveitadas as potencialidades de Alqueva e para a modernização da agricultura e do mundo rural. A DORBE acusa o Governo e o ministro da Agricultura de iludir as pessoas com manobras demagógicas, notando que as recentes operações de entrega de arrendamentos dizem respeito a mesmo de quatro mil hectares, num universo de dois milhões de hectares. Por último, sublinha que «não é com rendas altas para os pequenos agricultores e com milhões para os grandes proprietários que se resolve o problema do regime e da propriedade da terra».

Jornada Nacional do PCP Com trabalhadores nas ruas da Baixa do Porto

Os comunistas do Porto realizaram na passada segunda-feira, uma grande acção de esclarecimento e sensibilização dos trabalhadores na Baixa da cidade contra os retrógrados projectos de alteração da legislação laboral do governo PS.

Alegria estampada nos rostos, bandeiras do Partido e da CDU a desfaldar ao vento, panos com as palavras de ordem, seguros pelas mãos de quem trabalha e sabe o que quer, e a rouquidão das gargantas, transformaram esta singular jornada de luta numa vigorosa condenação da política de direita do PS.

«25 de Abril, sim!, Futuro sem direitos não; O trabalho é um direito, Sem direitos nada feito; Guterres deixa-te de lérias, não nos vais roubar as férias; Com o PCP lutar p'rá direita derrotar; PCP reforçado, pacote derrotado», foram as palavras de ordem mais ouvidas.

Nesta iniciativa, integrada na Jornada Nacional do PCP «Valorizar os direitos de quem trabalha», foram muitos os membros do Partido que quiseram estar presentes, oriundos das empresas, dos serviços, da juventude e, justiça seja feita, os amigos e homens e mulheres sem partido que nos acompanharam e que quiseram dizer, «estamos convosco».

A camarada Ilda Figueiredo, acompanhada de destacados dirigentes sindicais e do Partido, foi alvo de inúmeras manifestações de curiosidade, simpatia e receptividade por parte das pessoas com quem se cruzou no desfile pela Praça da Batalha, pelas ruas Santa Catarina, Fernandes Tomás e Bolhão.

Foi aqui que se dirigiu às massas, declarando o seu apoio à luta dos trabalhadores contra o pacote laboral, que põe em causa importantes conquistas do 25 de Abril, como o direito a uma retribuição justa, a um emprego de qualidade e com segurança, às férias e a um sistema de Segurança Social mais eficaz.

E, continuando o seu improvisado, lembrou as bonitas promessas do PS em campanha eleitoral, que são cada vez mais desrespeitadas. Reportando-se à situação na região, Ilda Figueiredo denunciou a violação de direitos, o não cumprimento das 40 horas, os direitos das mães trabalhadoras e dos jovens trabalhadores, concluindo que esta legis-

lação do mostra é reveladora da prepotência e do arbitrio governo, cuja política não se distingue da seguida pelo PSD.

Garantiu que, seja na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu, os deputados comunistas são e serão uma voz activa na luta por uma Europa mais solidária, com dimensão social, e por políticas que conduzam a uma efectiva coesão económica e social.

Ilda Figueiredo terminou a sua mensagem com um apelo aos trabalhadores para que reforcem o PCP e a CDU nas próximas eleições para o Parlamento Europeu e Assembleia da República, única forma de garantir a viragem à esquerda e a defesa dos direitos de quem trabalha.



No Porto, os trabalhadores disseram não ao pacote laboral

Aniversário do PCP Comemorações prosseguem

À nossa Redacção continuam a chegar notícias sobre a realização de diversas iniciativas comemorativas do 78.º aniversário do PCP, que um pouco por todo o país são motivo de reunião e convívio entre militantes e simpatizantes comunistas.

No passado dia 13 de Março, na Quinta da Ribeira de Sintra, mais de 200 pessoas, participaram num almoço, promovido pela Comissão Concelhia local, em que esteve presente António Andrez, membro da Comissão Política do PCP. Na sua intervenção, este dirigente chamou a atenção para o pacote laboral, que visa a retirada de importantes direitos dos trabalhadores conquistados com a Revolução de Abril.

Andrez apelou à luta contra estas alterações legislativas «para que não cheguemos ao final do século XX com relações de trabalho iguais às do final do século XIX».

Também no Concelho da Moita, teve lugar, em 6 de Março, um jantar-convívio de aniversário, durante o qual foi homenageado o camarada José Martins Romão, combatente antifascista e tarrafalista, que participou na Revolta dos Marinheiros.

Na iniciativa estiveram mais de 300 pessoas e intervieram em nome da Comissão Concelhia Adelino Silva e José Martins e no final, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP.

No passado domingo, em São Bartolomeu de Messines e em Monchique, realizaram-se nos

respectivos centros de trabalho almoços de convívio comemorativos do aniversário do PCP. No mesmo dia, a data foi igualmente assinalada num convívio em Lagos.

Emigração

Em vários países de emigração portuguesa continuam a decorrer várias iniciativas de aniversário do PCP. Em Paris, no último domingo, cerca de 80 pessoas reuniram-se num jantar, em que participou José Roussado, do Secretariado da Organização do Partido na Região de Paris. Na sua intervenção referiu-se à luta do PCP contra a ditadura fascista e colonial, derrubada pela Revolução dos Cravos, e salientou as conclusões do plenário de militantes realizado, em Fevereiro, na capital francesa, onde foi aprovado um plano de acção que aponta como objectivo o alargamento da intervenção do Partido e o reforço dos resultados eleitorais para o Parlamento Europeu e Assembleia da República.

Na Suíça, em Martigny, na região montanhosa do Valais, teve lugar uma almoço, no qual participaram cerca de 40 pessoas. A intervenção sobre o momento político e as tarefas dos comunistas no momento actual esteve a cargo do camarada António Soldado, membro do Secretariado da Organização do PCP na Suíça.

CAMARADAS FALECIDOS

Manuel Matos Júnior

Manuel João de Matos Júnior faleceu recentemente com 74 anos. Era marinheiro e militava na Organização de Freguesia de S. Sebastião.

Joaquim Maia

Joaquim Ramalho Maia faleceu recentemente vítima de doença prolongada. Tinha 72 anos e estava organizado na freguesia do Couço, onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



Jantar na Moita com Carlos Carvalhas

2.ª Assembleia de Trás-os-Montes e Alto Douro PCP quer valorizar a região

Os comunistas de Trás-os-Montes e Alto Douro elegeram no passado domingo um novo organismo de direcção de âmbito regional, cujo objectivo é «pensar a nível regional para poder intervir melhor a nível local».

A 2.ª Assembleia realizada na cidade de Mirandela sob o lema «Com o PCP, valorizar e afirmar a região, defender o futuro» aprovou uma proclamação que propõe que os fundos do 3.º Quadro Comunitário de Apoio, referentes a Trás-os-Montes, sejam geridos e aplicados por uma comissão suficientemente representativa da região e na base de um plano estratégico de desenvolvimento a elaborar com toda a urgência pelas autarquias, as organizações políticas, económicas, sociais, culturais e ambientais.

Na assembleia participaram de cerca de centena e meia de delegados, que aproveitaram o almoço para comemorar o 78.º aniversário do PCP, ocasião em que António Lopes, membro da Comissão Política, fez um intervenção alusiva à data. Os parabéns foram cantados à volta de dois grandes bolos de aniversário.

Retomados os trabalhos, sucederam-se as intervenções

que colocaram de forma viva e informal preocupações com o reforço do Partido e a sua acção na defesa dos interesses dos transmontanos e durieneses.

Já no final do dia foram aprovadas a resolução política e a proclamação, assim como a proposta da nova Direcção Regional, composta por 19 membros, nove de Bragança e 10 Vila Real.

A proclamação é dirigida «aos trabalhadores, agricultores, professores, médicos, a todos os que desejam uma Região de Trás-os-Montes e Alto Douro com progresso» e apela ao reforço eleitoral para «dar melhor voz na Assembleia da República e no Parlamento Europeu». «O PCP precisa de mais votos e mais deputados. Precisa que os trabalhadores e o povo em geral lhe dêem mais força com o seu voto, simpatia e adesão. O povo transmontano precisa de um PCP mais forte e o PCP precisa dos transmontanos

para Ter mais força na defesa dos seus interesses».

Desenvolver potencialidades

A Assembleia decidiu levar a cabo nos próximos meses um conjunto de iniciativas, nomeadamente uma campanha de informação junto dos agricultores, para denunciar a política discriminativa do Governo e defender claramente o desenvolvimento do meio rural.

Junto da juventude, o PCP pretende desenvolver um movimento que se bata pela igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo que se propõe animar uma campanha de defesa e reforço dos Serviços Públicos de qualidade.

A par da luta pela criação de um organismo regional para gerir as verbas do 3.º Quadro Comunitário de Apoio a aplicar na região, o PCP vai exigir a elaboração e aprovação de um plano estratégico de desenvolvimento, com a participação das forças políticas, económicas, sociais, culturais e ambientais.

Por outro lado, exige do Governo a deslocação urgente



A Assembleia realizou-se em Mirandela com cerca de centena e meia de delegados

para a região de investimentos públicos significativos e consistentes medidas de apoio às actividades empresariais, bem como a extensão da rede de gás natural.

Outra iniciativa com relevo passa pela proposta feita aos deputados do PCP no Parlamento Europeu de iniciarem o processo de candidatura da Região Demarcada do Douro a Património Mundial.

Nos próximos meses, o PCP vai ainda promover uma

série de debates sobre os temas como a saúde, o Ensino, o Ambiente, a Agricultura, as infra-estruturas locais e regionais, entre outros.

No encerramento dos trabalhos - em que estiveram vários convidados, entre outros, o Presidente da Câmara de Mirandela, José Silvano, o deputado do PS, António Martinho, e a dirigente do Partido Ecologista «Os Verdes», Manuela Batista - usou da palavra Agostinho Lopes,

membro da Comissão Política do PCP. Este dirigente comunista apontou o fracasso da governação PS, que considerou muito semelhante no essencial à anterior política do PSD, e destacou os valores e potencialidades da região, referindo a importância para a economia nacional da Região Demarcada do Douro, das produções vinícolas, de azeite, cereais, fruta, animal e outras que, no entender do PCP, estão subaproveitadas.

Concelhias reforçam intervenção

As organizações locais e sectores do Partido prosseguem a realização de Assembleias, com vista à definição das principais linhas de intervenção dos comunistas e do reforço da influência do PCP.

Assim, com a participação de cerca de 150 delegados, reuniu recentemente a 4.ª Assembleia de Organização Concelhia de Vila Nova de Gaia, que definiu a actuação dos comunistas nos próximos anos.

A organização do Partido foi a principal preocupação da Assembleia que, como objectivos concretos, apontou a intensificação do recrutamento, a clarificação da situação dos militantes com ligação irregular e a constituição de organizações de base das várias freguesias.

Durante os trabalhos, foi ainda aprovado um documento sobre as batalhas eleitorais que se avizinham e eleita a nova Concelhia, constituída por 29 elementos, dos quais 24% não pertenciam à Concelhia anterior e 38% têm idades inferiores a 30 anos.

Honório Novo, que participou na Assembleia, interveio sobre o trabalho dos comunistas no Parlamento Europeu e os objectivos do PCP e da CDU.

Vidigueira

Por sua vez, no sábado passado, com a participação de Agostinho Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, também a Organização da Vidigueira reuniu a sua 3.ª Assembleia Concelhia.

A Assembleia, que identificou com rigor os problemas que mais afectam a acção do Partido no concelho, pretendeu restabelecer o envolvimento dos comunistas na organização, preparar melhor a afirmação política do Partido e ampliar a compreensão e a consciência sobre a possibilidade de se criar em Portugal uma alternativa progressista e de esquerda.

Os delegados à Assembleia aprofundaram ainda a situação económica e social do concelho, reflectiram sobre a intervenção dos comunistas das autarquias e elegeram a nova Comissão Concelhia, composta por 16 membros, com uma média etária de 41,5 anos.

Empresas de Loures

Sob o lema «Um Partido mais forte, com os trabalhadores, por um futuro melhor», também no sábado, reuniu a 3.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas de Loures.

A Assembleia caracterizou a situação das empresas nos concelhos

de Loures e Odivelas, constatando o grande crescimento do sector terciário que hoje domina mais de 75 por cento das cerca de cinco mil empresas existentes, onde laboram mais de 60 mil trabalhadores. Uma situação que coexiste com o encerramento ou deslocação de grandes empresas, levando, naturalmente, à redução de postos de trabalho.

O novo Organismo de direcção é constituído por 30 membros.

Vila Nova da Barquinha

No dia 14 de Março foi a vez da organização de Vila Nova da Barquinha reunir a sua Assembleia, no decurso da qual aprovou um plano de trabalho e elegeu a nova concelhia composta por 13 camaradas.

O reforço e rejuvenescimento da organização; a colaboração com a Juventude Comunista; a divulgação e promoção do «Avante!»; a Campanha Nacional de Fundos; a melhoria do trabalho autárquico e a preparação das campanhas eleitorais para o Parlamento Europeu e Assembleia da República foram algumas das prioridades que o Plano de Trabalho aponta para os comunistas de Vila Nova da Barquinha.

Barcelos

A Assembleia de Organização Concelhia de Barcelos, que se realizou no dia 13 de Março e teve a participação de 50 militantes, debateu, por seu turno, o relatório de Actividades e as Linhas de Acção Futura e elegeu uma Comissão Concelhia, composta por 21 elementos.

Entre as questões que mereceram a atenção dos participantes, destaca-se as comemorações dos 25 anos do 25 de Abril que, pela sua importância, os comunistas de Barcelos decidiram assinalar com uma exposição patente ao público, entre 17 e 25 de Abril, no Centro de Trabalho do PCP, um Documentário em Vídeo «Que Viva Abril» e um almoço comemorativo.

De análise que fez às próximas eleições, a Assembleia concluiu pela existência de condições para nas eleições para o Parlamento Europeu a CDU obter um bom resultado e, no que respeita às eleições legislativas, eleger um deputado do PCP pelo distrito de Braga.

Empresas da Amadora

«Por um Partido mais forte para intervir melhor» foi o lema a que se subordinou a 1.ª Assembleia da Organização do Sector de Empresas da Amadora.

Muito participada, a Assembleia aprovou um documento que caracteriza a situação político-económica do sector e aponta algumas

medidas para o reforço da organização e elegeu um novo organismo de direcção, que integrará 19 camaradas.

O desmantelamento do aparelho produtivo, o encerramento de empresas e as reformas antecipadas e pré-reformas, traduzindo-se por uma redução de dez mil postos de trabalho, são factores que, a par das insuficiências de trabalho organizativo, contribuíram, na opinião da Assembleia, para a redução do número de organismos do Partido no sector, designadamente de células de empresa.

Assim, a Assembleia aponta como prioridades de trabalho, entre outras medidas, o estabelecimento de contacto com as empresas onde existem membros do Partido, a reactivação de células, o reforço do recrutamento, a continuação da intervenção junto das estruturas unitárias dos trabalhadores.

Felgueiras

Também militantes das diversas freguesias do concelho de Felgueiras realizaram no dia 6 de Março a sua 5.ª Assembleia de Organização e elegeram a nova Comissão Concelhia, constituída por 12 membros.

Na reunião foram discutidos vários aspectos da política local e nacional, particularmente as exigências que o ano político em curso vai colocar aos comunistas.

Um dos aspectos mais positivos da Assembleia foi o novo impulso que deu à organização para vencer dificuldades e intensificar a intervenção do PCP no concelho a favor dos trabalhadores e da população em geral.

S. Miguel de Machede

A Organização do PCP em S. Miguel de Machede, por sua vez, reuniu, no dia 14 de Março, a sua 2.ª Assembleia, aprovando uma Proclamação que considera que a desertificação, o envelhecimento, a redução de postos de trabalho, os baixos salários e pensões e a pobreza crescente «não são uma fatalidade nem são inevitáveis».

Estes fenómenos resultam de opções políticas de fundo que os sucessivos governos do PSD e do PS vêm seguindo há muitos anos e impõem para S. Miguel de Machede um plano e programa específico integrado, que respeite as tradições culturais e inverta a situação.

Entretanto, para ultrapassar os problemas, a Assembleia defendeu a unidade e acção da população, cuja situação seria muito pior se não fossem os investimentos feitos pelo Poder Local e o seu apoio às Associações existentes.

Violência sobre as mulheres



Dos 905 milhões de analfabetos registados em 1990, cerca de 65 milhões eram mulheres; os salários das

mulheres são 30 a 40 por cento inferiores aos que os homens auferem por trabalho idêntico; as mulheres constituem cerca de 60 por cento da população rural pobre do mundo, um universo calculado em mil milhões de pessoas. Levados a plenário pela deputada comunista Luísa Mesquita, em debate suscitado a propósito de um projecto de lei do Partido «Os Verdes» sobre «protecção às mulheres vítimas de violência», os números, de modo eloquente, espelham a verdadeira dimensão de uma realidade a todos os títulos dramática. Em Portugal, como tratou de demonstrar a parlamentar comunista, sabe-se, não obstante a ausência de estatísticas, que o quadro não é diverso. Daí que, concluiu, qualquer juízo sobre as diferentes formas de violação dos direitos humanos, tenha forçosamente de ser contextualizado neste quadro social, em que o Estado tem pesadas responsabilidades, e não apenas à luz de «padrões culturais que perpetuam de geração em geração o ainda reduzido estatuto» atribuído à mulher na família, no local de trabalho, na comunidade e na sociedade.

Quotas de tomate



O deputado comunista Lino de Carvalho, acompanhado por uma delegação da Comissão Concelhia de Mora do

PCP, visitou sexta-feira passada a fábrica da Sopragol, uma das mais importantes unidades de transformação de tomate pelado no nosso país, com uma qualidade hoje reconhecida a nível internacional, e a única capaz de utilizar a quota nacional relativa àquele produto. A questão das actuais quotas atribuídas neste capítulo a Portugal foi, aliás, uma das questões abordadas no encontro da delegação com o responsável da fábrica, em relação à qual existem sérias preocupações, em tudo idênticas às que se levantam no que se refere à necessidade de obtenção de apoios financeiros que permitam fazer face aos avultados investimentos efectuados. Empregando regularmente cerca de sessenta trabalhadores, número que ultrapassa as duas centenas por altura da campanha, e mobilizando indirectamente cerca de três mil pessoas no sector agrícola, a Sopragol assume uma enorme importância económica para Mora, tanto maior quanto é certo que neste concelho, à imagem do interior do País, são duramente sentidos os efeitos da desertificação humana.

Saúde em Évora



O Grupo Parlamentar do PCP solicitou que a situação da prestação de cuidados de saúde em Évora seja inscrita na

ordem de trabalhos da próxima reunião da

Portugal e a Reforma da PAC

Prejuízos de que não há memória

Um «estrondoso fracasso» para o Governo português, inigualável até aos dias de hoje em negociações comunitárias, assim classificou o Grupo Parlamentar do PCP a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) recentemente aprovada pelo Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia.

Para o deputado Lino de Carvalho, que levou o assunto a plenário em declaração política proferida na semana transacta, os resultados obtidos são «de uma extrema gravidade para a agricultura e os agricultores portugueses», traduzindo-se nos «maiores prejuízos de que há memória».

Responsabilizando directamente o Governo pelos fracassos registados em toda a linha, desde a estratégia negociada até à definição de alianças, Lino de Carvalho aler-

tou para o facto de a presente reforma vir agravar o actual modelo de agricultura comunitária em que 83 por cento dos apoios vão para os cereais, o leite e a carne de bovino e apenas sete por cento é dirigido para as produções mediterrâneas (vinho, azeite e hortofrutícolas) e em que os agricultores portugueses recebem cinco a seis vezes menos do que a média dos seus congéneres comunitários.

Mais grave ainda, segundo o deputado do PCP, é a circunstância

de estarmos em presença de um novo quadro que não só agravará o «fosso com as agriculturas setentrionais mais desenvolvidas», como, inclusivamente, com os agricultores dos restantes países do Sul face aos resultados que a Espanha, a Itália e a Grécia conseguiram.

Resulta assim claro para a bancada comunista que o ministro da Agricultura «não conseguiu atingir nenhum dos objectivos globais» a que se tinha proposto, nem do ponto de vista da estratégia negociada previamente definida nem dos objectivos sectoriais por si anunciados.

Fundamentando a sua afirmação, num registo demolidor, Lino de Carvalho lembrou, por exemplo, no que se refere aos princípios da estratégia nacional de negociação, que o resultado foi «zero». Contra-

riamente às expectativas iniciais, denunciou, não haverá reequilíbrio dos apoios entre Estados membros, entre regiões e entre agricultores, continuando as agriculturas mais poderosas e os maiores agricultores a ser os principais beneficiários da PAC, em detrimento das agriculturas mediterrâneas, que continuarão a ser discriminadas.

Do mesmo modo que, entre os vários exemplo citados por Lino de Carvalho, continuará bloqueada a reconversão e a reorientação da produção, não haverá nenhum regime particular que garanta a segurança do rendimento dos pequenos agricultores, nem se vislumbram medidas reforçadas de apoio ao desenvolvimento rural.

No plano dos objectivos sectoriais anunciados pelo Executivo,

concretamente quanto a ajudas ou sistemas de apoio novos, as coisas não se passaram de modo diferente. Regressado da reunião, na mala Capoulas dos Santos nem promessas trouxe, ficando-se por um desconfortável «zero» ou «nada». Assim sucedeu com as culturas aráveis, com os bovinos, com o leite, com o vinho ou com o tomate. E nem mesmo a garantia de que Portugal receberia 37 milhões de contos de ajudas (quando o ministro chegou a falar da elevação das ajudas para 300 milhões) pode servir de consolo. É que, como sublinhou Lino de Carvalho, tal montante «não chega para compensar as quebras de preços acordados de 20 por cento para os cereais e oleaginosas, de 20 por cento para os bovinos e de 15 por cento para o leite».

Aproveitamento dos recursos hídricos

Urge vencer atrasos

Por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, a sala do Senado da Assembleia da República foi palco de um importante e animado debate sobre a Convenção Luso-Espanhola para o Aproveitamento dos Recursos Hídricos, que brevemente será alvo de debate e votação em plenário.

Procurando, de forma séria, recolher o máximo de informação sobre as vantagens da Convenção e sobre as críticas que lhe são feitas, com o objectivo de preparar a intervenção e o sentido de voto dos deputados comunistas, o Grupo Parlamentar do PCP convi-

dou cerca de três dezenas dos mais reputados especialistas nacionais em recursos hídricos.

Com a participação do camarada Luís Sá, membro da comissão Política do PCP, e dos deputados Lino de Carvalho e Pimenta Dias, bem como de Sérgio Ribeiro, deputado no Parlamento Europeu, o debate, a que fizemos referência na última edição do «Avante!», prolongou-se por cerca de 4 horas com a activa participação, entre outros, do Presidente do INAG, Eng.º Pedro Serra; do Dr. Mário Baptista Coelho, consultor da Comissão Mundial Independente

para os Oceanos; Eng.º João Bau, presidente da EPAL; Eng.º Pedro Leão de Sousa, presidente do Conselho Directivo do Instituto Superior de Agronomia; Eng.º Faria Ferreira, Conselheiro de Obras Públicas e Transportes; Prof.º Dr. Bordallo e Sá, do Instituto de Ciências Médicas Abel Salazar; Eng.º Luísa Tovar, do Departamento de Planeamento do INAG; Eng.º Francisco Teixeira da Direcção Regional de Ambiente do Norte; Dr. Mário Fernandes, do Instituto de Navegabilidade do Douro; Eng.º Rui Godinho, vereador da Câmara Municipal de Lis-

boa; Eng.º João Oliveira, vereador da Câmara Municipal de Serpa; Vicente Batalha, vereador da Câmara Municipal de Santarém.

Aprofundados ao longo do debate foram aspectos como a oportunidade da assinatura do Acordo sem que o Governo português dispusesse a tempo e horas de elementos fundamentais como os que decorrem dos Planos de Bacia que ainda não estão elaborados; questões institucionais ligadas aos organismos que vão executar o Acordo, como a Comissão para a Aplicação e Desenvolvimento do Convénio, que terá poderes de alteração de aspectos substanciais ao seu conteúdo, incluindo os que vão ser votados pela Assembleia da República, como o volume de caudais, o que se afigura inaceitável.

Para esta questão, levantada pelos deputados comunistas, não foi possível, aliás, obter resposta esclarecedora do Presidente do INAG, que confessou ter sido confrontado pela primeira vez com este problema, que reconheceu ser real.

Muito debatido foi também o regime de caudais e a ausência de capacidade de controlo do Estado português sobre a quantidade e a qualidade da água que nos chega de Espanha bem como o deficit de articulação entre as matérias da Convenção e o regime das águas costeiras e dos oceanos.

Reconhecido foi que Portugal é um país que possui o dobro da média comunitária por habitante de recursos hídricos disponíveis. Por exemplo, a Espanha tem 3.000 m³/habitante/ano e Portugal tem 3.100 m³/habitante/ano, e só considerando os recursos gerados nos próprios territórios. Contando com os caudais provenientes de Espanha, as disponibilidades em Portugal passam para 6.400 m³/habitante/ano. Recordado foi também que Portugal é um país de jusante, no essencial, e que essa posição geográfica não pode deixar de ser tida em conta na apreciação da Convenção que se aplica às bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana. Críticas contundentes foram produzidas a propósito, por um lado, do enorme atraso de Portugal na regularização e aproveitamento dos seus recursos hídricos – o atraso de Alqueva é um exemplo típico – e, por outro, da ausência de prévia informação, pelo menos à Assembleia da República, do curso das negociações com a Espanha.

Foi, no entanto, opinião generalizada dos intervenientes no colóquio que esta Convenção, apesar de muitos pontos críticos, é um texto que vai mais além do que os acordos anteriores negociados com a Espanha sobre a partilha dos recursos hídricos fronteiriços.



O regime de caudais e a qualidade de água que nos chega do país vizinho devem merecer uma aturada atenção do Governo nas negociações com a Espanha

Protecção dos animais

Melhorar a Lei e mudar comportamentos

Baixaram à comissão especializada, sem votação na generalidade, os três projectos de lei sobre protecção dos animais subscritos pelo PS, PSD e Partido «Os Verdes». O debate, realizado fez ontem uma semana, foi acompanhado no exterior por manifestações de sinal contrário em apoio e contra as soluções preconizadas sobretudo pelo projecto socialista.

Compartilhando da opinião que importa produzir legislação sobre

esta matéria, que reputou de importante, a bancada comunista posicionou-se no debate defendendo abertamente a introdução de dispositivos que aperfeiçoem o quadro legal, face às reconhecidas insuficiências que o mesmo enferma.

Qualquer transformação da legislação, porém, na perspectiva do Grupo comunista, não pode ter como consequência a abertura de novas linhas de fractura neste capítulo entre os portugueses, e

muito menos traduzir-se num corpo proibicionista que atinja práticas culturais que marcam a nossa identidade enquanto povo, algumas delas ancestrais como são os casos da caça ou de festividades que envolvem animais.

«Queremos uma legislação socialmente aceite, não queremos um instrumento legal que uns portugueses possam arremessar contra os outros», assinalou a propósito o deputado comunista Antó-

nio Filipe, para quem a legislação sobre a protecção de animais não deve ser um instrumento de divisão dos portugueses, antes deve «corresponder ao consenso que seja possível encontrar na sociedade portuguesa».

O que está em causa, pois, na opinião da bancada comunista, que corroborou a visão defendida neste plano pelo Partido Ecologista «Os Verdes», é a aprovação urgente de uma lei que crie

as bases para a regulamentação de variadíssimos aspectos associados a esta problemática, e que, ao mesmo tempo, funcione como estímulo para a desejável modificação de comportamentos individuais e colectivos, os quais, quantas das vezes, como lembrou António Filipe, estão na origem de «injustificados sofrimentos às outras espécies que conosco asseguram a continuidade da vida».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Projecto de lei do PCP, hoje em debate

Contra a discriminação racial em defesa dos direitos dos imigrantes

Prevenir a discriminação sob todas as suas formas - racial, cor, nacionalidade ou origem étnica -, sancionando simultaneamente a prática de actos que violem quaisquer direitos fundamentais, tal é, em síntese, o principal objectivo do projecto de lei que o Grupo Parlamentar do PCP hoje submete à apreciação do plenário.

Preenchendo a totalidade da ordem do dia, em agendamento potestativo requerido pela bancada comunista, o diploma visa sobretudo prevenir um conjunto de práticas discriminatórias que atingem muitos cidadãos no emprego e no acesso ao emprego, no acesso à saúde, à habitação, à educação, na prestação de bens ou serviços, no exercício de actividades económicas e no funcionamento da Administração Pública.

Na base desta iniciativa legislativa, que recolheu o contributo de diversas associações anti-racistas e de defesa dos direitos dos imigrantes, está a consideração de que no quotidiano, não obstante as disposições constitucionais que impedem a discriminação racial, um sem-número de cidadãos vê constantemente torpedeado o

seu acesso aos mais elementares direitos.

Com efeito, como assinala o diploma do PCP na sua nota preambular, apesar da Constituição consagrar os limites a partir dos quais qualquer condicionamento no acesso a um direito por razões baseadas na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica se traduz numa discriminação inconstitucional, a verdade é que na prática a ofensa a tais direitos está apenas explicitamente prevista e punida na nossa legislação ordinária, através do Código Penal, para um conjunto limitado dos fenómenos em que se manifesta essa prática discriminatória.

Significa isto que um vasto leque de práticas discriminatórias, «infelizmente comuns nos dias de hoje», como refere o preâmbulo do projecto de lei,



As soluções preconizadas no projecto de lei do PCP foram objecto de debate com associações de imigrantes e anti-racistas no Parlamento

«por não merecerem qualquer previsão explícita na legislação ordinária, permanecem impunes, tornando muitas vezes ineficazes as garantias constitucionais dos cidadãos».

Mas se a tipificação e prevenção de práticas dis-

criminatórias nos mais variados campos constitui em termos de enquadramento legal um passo importante, há que ter consciência de que o combate eficaz à discriminação racial não depende unicamente da sua

mais explícita condenação jurídica.

Daí a importância que encerra a criação do observatório preconizado no diploma, visando, como adiantou ao «Avante!» o deputado comunista António Filipe, «dotar o Estado português de um instrumento que recolha informação sobre a situação no plano nacional, desde a aplicação da legislação existente às queixas apresentadas pela sua violação, que centralize, trabalhe e encaminhe propostas e sugestões para uma mais eficaz acção de combate à discriminação racial, a todos os níveis, e que seja participado pelos agentes mais empenhados nessa luta».

Acessibilidades e transportes carecem de uma política clara

Em matéria de acessibilidades e transportes continua a faltar uma política clara que defina os objectivos e hierarquize as prioridades de investimento, capaz de dotar o País de uma rede estruturante de vias de comunicação. A opinião é do deputado comunista Joaquim Matias que vai mais longe na sua análise ao considerar que uma tal política tem de deixar de «fazer cedências a interesses de grupos económicos e a objectivos eleitoralistas». Estava-se num debate de urgência suscitado pelo PSD sobre a quebra de investimento público nas vias de comunicação.

Embora assentando que nem uma luva ao Governo PS, não foi apenas este a ser o alvo das críticas da bancada comunista. Delas não se livraram com idêntica acutilância os anteriores governos da responsabilidade do PSD, a quem Joaquim Matias acusou igualmente de não terem sido capazes de incrementar uma política susceptível de inverter a tendência de crescimento assimétrico, promovendo simultaneamente a coesão social e territorial do todo nacional.

Uma política, explicou, orientada para a melhoria das acessibilidades regionais e em particular das regiões mais desfavorecidas, através da priorização de infra-

estruturas de nível estruturante e de um sistema de transportes multimodal devidamente hierarquizado e potenciador das complementaridades funcionais dos diferentes modos de transporte».

Em vez disso, como fez notar Joaquim Matias, assiste-se a «uma competição sobre o número de quilómetros de auto-estrada efectuada em cada ano por este Governo e pelo anterior», como se isso pudesse iludir a ausência de «diferenças substanciais entre a política do Governo PS e as opções políticas do PSD, com ou sem CDS/PP», no domínio das vias de comunicação, acessibilidades e transportes.

Os resultados desta política, esses, como observou o deputado do PCP, estão bem à vista: «só o transporte individual sobrevive». E mal, pode acrescentar-se, uma vez que, sem alternativa, tratou de lembrar, «as vias ficaram desadequadas para a intensidade de tráfego que têm de suportar e tornaram-se perigosas dando origem a uma quantidade inadmissível de acidentes nas estradas e a congestionamentos insuportáveis nos centros urbanos e, em particular, nas áreas metropolitanas».

Quanto ao mais, não se pode propriamente dizer que o panorama seja animador. O que res-

salta do diagnóstico feito por Joaquim Matias é, aliás, para sermos rigorosos, arrasador. Falar de linhas ferroviárias, portos marítimos, metros de superfície, circulares regionais, itinerários principais, itinerári-

os complementares, auto-estradas, etc., é falar, invariavelmente, de projectos, programas, indecisões, adiamentos, obras em atraso. Obra concluída, essa, talvez lá mais próximo das eleições....

«Secreta» em roda livre

A ausência de fiscalização dos Serviços de Informação, resultante da demissão dos membros que integravam o órgão com competência para o efeito, foi considerada pelo líder parlamentar comunista como «indesejável e preocupante». Num comentário produzido em cima dos acontecimentos, pouco depois da demissão do Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informações, o presidente do Grupo comunista alertou sobretudo para os perigos decorrentes do vazio criado com a falta de fiscalização da «secretaria».

Lamentável, no entender de Octávio Teixeira, é designadamente o facto de esta demissão ocorrer pouco tempo depois daquele órgão ter sido eleito na Assembleia da República, após um prolongado impasse de vários anos provocado pelo PS e PSD.

«Esperemos que não passe muito tempo até nova eleição», sublinhou Octávio Teixeira, antes de lembrar a existência no Parlamento de um projecto de lei da autoria da sua bancada que prevê precisamente a alteração da forma de eleição do Conselho de Fiscalização. Em vez dos actuais dois terços necessários, de acordo com o articulado do diploma do PCP, a eleição careceria apenas da maioria absoluta dos deputados.

O Conselho de Fiscalização dos Serviços de Informação da República Portuguesa (SIRP),

recorde-se, depois de ter sido eleito pela Assembleia da República a 17 de Dezembro último, apresentou a sua demissão no passado dia 19. Presidido por Faria da Costa, o Conselho integrava ainda Sofia Galvão e Paulo Sousa Mendes.

Para a demissão de Faria Costa foram por si invocadas notícias sobre a alegada incompatibilidade entre ser professor na Universidade Moderna e presidente do Conselho de Fiscalização. Estas razões estão explicadas na carta de demissão entregue ao Presidente da Assembleia da República.

Tais motivos, na perspectiva de Octávio Teixeira, não têm sustentabilidade, uma vez que, frisou, «ser professor não tem qualquer incompatibilidade, na medida em que as investigações sobre a Moderna não têm que ver com os professores mas com a Direcção».

Entretanto, o Parlamento aprovou com os votos favoráveis do PSD, CDS-PP e PCP e os votos contra do PS a constituição de uma Comissão de Inquérito para averiguar a situação nos Serviços de Informação. A substituição do director do SIEDM, a demissão do director da PJ e a descoordenação na actuação do SIS são alguns dos pontos que justificam a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, proposta pelo PSD.

comissão parlamentar de Saúde em que esteja presente Maria de Belém. Este pedido, formulado em carta dos deputados Bernardino Soares e Lino de Carvalho ao presidente da comissão, surge na sequência do crescente clima de insatisfação que grassa entre a população e os próprios profissionais de saúde quanto às condições em que são prestados os cuidados de saúde no Hospital do Espírito Santo e do Hospital do Patrocínio. As preocupações existentes resultam sobretudo da falta de condições operacionais de articulação e de segurança entre as duas unidades, bem como das listas de espera, designadamente para intervenções cirúrgicas, contribuindo ainda para este clima a indefinição quanto à construção de um novo hospital regional.

Crise na suinicultura



O Parlamento aprovou um projecto de resolução subscrito pelo CDS/PP que recomenda ao Governo

a adopção de algumas medidas de apoio à suinicultura, actividade hoje a braços, como é sabido, com uma grave crise. Na sua origem, como assinalou no debate o deputado comunista Rodeia Machado, radicam questões desde há muito suscitadas pelo PCP, entre as quais avultam, por um lado, o excesso de produção de suínos na Europa Comunitária, e, por outro, a visão ultraliberal dos mercados. Recordado foi ainda o facto de as medidas adoptadas pelo Governo nesta matéria terem sido tardias e desajustadas da realidade nacional, porquanto, como observou Rodeia Machado, pela sua natureza, eram essencialmente dirigidas aos países com excedente de produção, o que não é o caso de Portugal, que produz apenas 70 por cento das suas necessidades neste domínio.

Nó de Trofa



O deputado comunista Pimenta Dias propôs a realização com carácter de urgência de uma visita da comissão

parlamentar de Administração do Território, Poder Local, Equipamento Social e Ambiente às obras em curso do nó ferroviário de Trofa. Na base deste pedido estão fundados receios quanto às consequências que advirão da execução do projecto de duplicação e electrificação da via férrea, sobretudo pela previsível divisão da cidade de Trofa em duas metades, separadas por inevitáveis paredes de betão ou vedações de rede e uma via férrea para comboios de alta velocidade. Os resultados de um tal cenário, que atravessamentos subterrâneos não minimizam, traduzir-se-ão na segmentação da cidade, originando, concretamente, como assinala Pimenta Dias, «dois universos urbanos, isolados e desarticulados», contrariamente ao que sempre sucedeu em que a via férrea «foi permitindo o convívio humano e a articulação social e económica das duas margens do comboio».

China rejeita escudo antimísseis

A China manifestou-se a semana passada contra a uma proposta norte-americana para a construção de um escudo de defesa antimísseis sobre a Ásia, anunciou a CNN. Este regresso ao projecto Guerra das Estrelas, concebido pelo presidente Reagan, suscita em Pequim, segundo o porta-voz do Ministério do Exterior da China, Sun Yuxi, «sérias preocupações». O projecto é considerado «uma ameaça à soberania da China e à sua integridade territorial». Já aprovado no Senado norte-americano, o projecto aguarda agora a votação da Câmara dos Deputados. Originalmente, o escudo de defesa foi concebido para proteger os Estados Unidos de um ataque de mísseis em pequena escala ou ataques acidentais, mas poderia ser usado também como sistema de defesa para o Norte da Ásia, pelo que o Japão e as tropas americanas estacionadas em território japonês, bem como Taiwan, ficariam protegidas contra eventuais ataques. Recordar-se que a China considera Taiwan parte integrante do seu território.

PSD da Finlândia vence eleições

O Partido Social-Democrata, do primeiro-ministro finlandês Paavo Liponen, foi o vencedor das eleições legislativas de domingo com 22,9 por cento dos votos expressos. O PSD elegeu 51 deputados, menos 12 que nas legislativas de 1995, e em segundo lugar ficou o Partido do Centro, com 48 deputados e 22,4 por cento dos votos. Os centristas elegeram mais quatro deputados que nas legislativas de 1995. Também os partidos Conservador, Verdes, União Cristã, Genuínos Finlandeses e Grupo Reformador registaram subidas, ficando respectivamente com 46 lugares (mais sete), 11 (mais dois), 10 (mais três) e um deputado. A Aliança de Esquerda perdeu dois lugares, ficando com 20 deputados; o partido Liberal Suéco manteve os seus onze lugares; e os Jovens Finlandeses perderam os dois deputados que tinham. A participação nas eleições ficou-se pelos 65,2 por cento, a mais baixa taxa desde 1939.

Oposição do Togo boicota eleições

A primeira volta das eleições legislativas no Togo, realizadas domingo, foram boicotadas pela oposição, como forma de pretexto pela fraude eleitoral das presidenciais de Junho de 1998. A não aceitação dos resultados dessas eleições pela União Europeia levou à imposição de sanções económicas ao Togo. Devido ao boicote, ao 81 lugares de deputados apresentaram-

México

95 por cento a favor dos índios

Três milhões de pessoas participaram no referendo informal sobre os direitos das comunidades índias organizado pelos zapatistas. O resultado foi claro: 95 por cento manifestaram-se a favor. Esta iniciativa mostra que os mexicanos querem que o Governo respeite os Acordos de San Andrés, como o primeiro passo a dar no caminho para a paz.

O Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) promoveu no domingo uma consulta popular para chamar a atenção sobre os direitos e culturas indígenas, revitalizar o movimento, trazer novos adeptos à causa e instar o Governo e o Congresso a uma mudança de atitude em relação ao conflito de Chiapas.

De acordo com o jornal mexicano «A Jornada», 95 por cento dos votantes disseram «sim» às quatro perguntas apresentadas. Os resultados finais só serão conhecidos hoje, quinta-feira, mas à hora do fecho da nossa edição já estavam contabilizados mais de 860 mil boletins dos quase três milhões de pessoas que participaram na iniciativa.

A primeira pergunta questionava se os povos indígenas deveriam «ser incluídos com toda a sua força e riqueza no projecto nacional e formar parte activa da reconstrução do novo México», enquanto a segunda perguntava se «os direitos indígenas devem ser incorporados na Constituição nacional de acordo com os Acordos de San Andrés e a proposta correspondente da Comissão de Concórdia e Pacificação do Congresso da União».

A terceira referia-se à desmilitarização de Chiapas e a quarta pretendia saber se a população quer que o governo «mande obedecendo».

Cinco mil activistas mobilizaram-se e nove mil mesas foram instaladas no distrito federal e em 31 estados para receber as respostas às quatro questões apresentadas. Todos os mexicanos com mais de 12 anos podiam participar neste referendo informal, dirigindo-se aos locais assinalados nas ruas e lugares públicos mais concorridos.

Participação civil

Os organizadores consideraram a iniciativa um êxito e vêem os resultados como uma «clara resposta para a paz». Nas palavras do dirigente do EZLN Alexander, a consulta efectuou-se «graças à boa vontade da sociedade civil», que usou os seus próprios recursos para o financiar, promover e implementar: «Isto é algo inédito, porque nasce da sociedade civil.» «Agradecemos a vontade do povo», acrescentou.

Numa conferência de imprensa a que assistiram representant-

es de organizações civis de partidos, os delegados zapatistas anunciaram que os resultados do referendo vão ser analisados nas suas comunidades e depois disso será enviada uma proposta ao Congresso.

Alexander considera que as declarações do Governo de Ernesto Zedillo desqualificando o referendo mostram que este está contra a solução pacífica para a questão de Chiapas. Para este indígena das comunidades de base do EZLN, a iniciativa revela a vontade dos mexicanos verem o Governo a «descer do seu pedestal de soberba».

Máximo, outro representante zapatista, denunciou as provocações e intimidações que os participantes e promotores do evento sofreram em alguns estados por parte de paramilitares, soldados, polícias e grupos ligados ao PRI (o partido no poder), e chamou a atenção para o perigo de possíveis actos de repressão contra os apoiantes da consulta particular-

mente em aldeias e pequenas comunidades.

Durante os quatro meses que precederam a iniciativa, numerosos zapatistas, sempre encapuçados, contestaram a política do Governo, assistiram a debates, promoveram jogos de futebol, tomaram pequenos-almoços com políticos e empresários e percorram praias, instando à participação.



Os zapatistas denunciaram intimidações durante o referendo por parte de paramilitares, soldados, polícias e grupos ligados ao PRI

Manifestação contra medidas económicas

Cerca de 100 mil pessoas desfilaram pelas ruas da Cidade do México na noite de quinta-feira, numa manifestação contra as medidas económicas apresentadas pelo governo. No protesto participaram estudantes, sindicalistas, trabalhadores, dirigentes políticos de esquerda, activistas zapatistas e populares, que responderam aos apelos da Frente Nacional de Resistência Contra a Privatização da Energia Eléctrica.

Esta é uma das principais medidas do pacote proposto por Ernesto Zedillo, apresentado como uma forma de modernizar o sector, responder às exigências do crescimento macroeconómico previsto e trazer novos fundos. O Sindicato Mexicano dos Electricistas teme um importante corte nos quadros do pessoal, se a intenção do governo for levada a cabo.

Os motivos de protesto multiplicavam-se à medida que desfilava um novo grupo: os estudantes manifestaram-se contra o aumento do preço das matrículas das universidades, os electricistas con-

tra a privatização do sector e o Partido da Revolução Democrática (PRD) contra a suposta fraude eleitoral nas eleições no distrito de Guerrero, enquanto os delegados do Exército Zapatista de Libertação Nacional, envergando passamontanhas, exigiam a aplicação dos Acordos de San Andrés.

«Zedillo, entende, a pátria não se vende!», gritavam os manifestantes. Numa camioneta, um boneco representando o antigo presidente Carlos Salinas, promotor durante o seu mandato do processo de privatizações, era vexado. Um participante carregou uma cruz de madeira de 60 quilos, representando o sofrimento dos mais de 70 mil trabalhadores do sector eléctrico desde o anúncio das privatizações.

Durante a iniciativa, o líder do Sindicato dos Electricistas advertiu o governo, os empresários nacionais e os investidores estrangeiros que «a pátria não tem preço e a Constituição do país não se vende».

Turquia

Mil presos no Ano Novo curdo

Cerca de mil pessoas foram presas pelas autoridades turcas no domingo, durante as comemorações do Ano Novo curdo. As forças de segurança reprimiram duramente as iniciativas curdas, promovidas nomeadamente pelo Partido Curdo dos Trabalhadores (PKK).

Seis polícias e um manifestante ficaram feridos nos vários incidentes registados no sudeste do país e nas grandes cidades, de acordo com a agência turca Anatólia, citada pela Lusa.

Três polícias foram feridos a tiro quando dispersavam os curdos concentrados no bairro de Gaziosmanpasa de Istambul. Em Diyarbakir, a capital do Curdistão turco, a polícia deteve mais de 500 pessoas numa marcha e em Gaziantep foram presos outros 110 manifestantes.

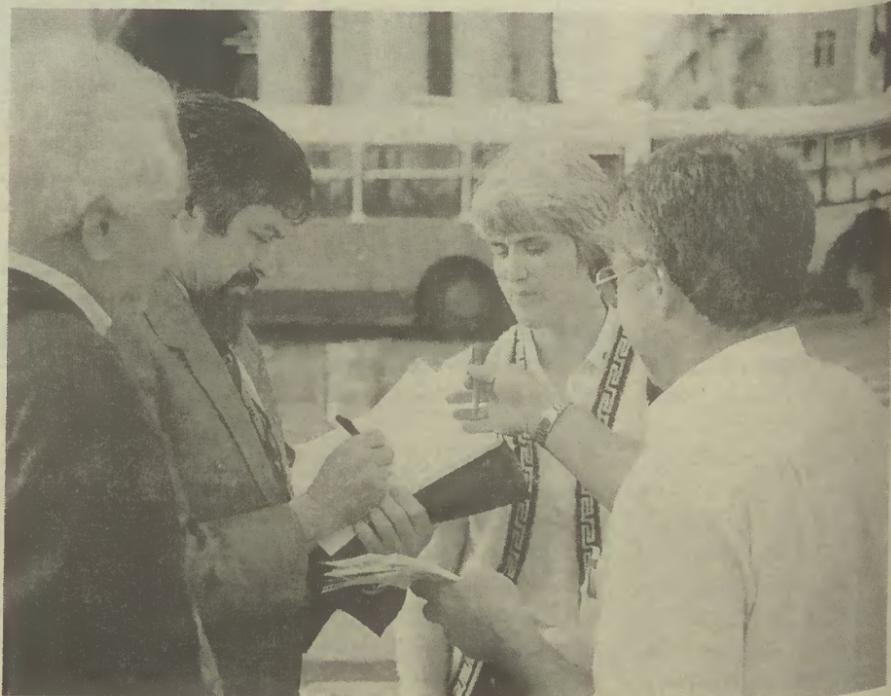
Proibidos de celebrar o seu Ano Novo, a Festa de Newroz que assinala o equinócio da Primavera, os curdos transformaram esta data numa tradicional forma de resistência contra a opressão turca. Este ano verificaram-se mais confrontos que o habitual, devido à prisão do líder do PKK, Abdullah Ocalan, e aos protestos dos seus seguidores e dos defensores dos direitos humanos.

Concentração em Lisboa

Realizou-se na terça-feira uma concentração popular pela libertação de Abdullah Ocalan, no Ter-

reiro do Paço, em Lisboa. A iniciativa foi promovida pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC), que exige a libertação de Ocalan «como um passo indispensável para a criação de um clima favorável à busca de uma solução pacífica e justa para o problema, no respeito pelos direitos do povo curdo».

Os organizadores defendem ainda o fim imediato das operações militares e da repressão contra o povo curdo e o respeito pelos direitos humanos. «A detenção arbitrária de Abdullah Ocalan constitui uma grave violação do direito internacional, da Convenção de Genebra e dos mais elementares princípios humanitários», sublinha o CPPC.



Concentração pela libertação de Ocalan, na terça-feira, em Lisboa, promovida pelo CPPC

NATO pronta a atacar Jugoslávia

O ataque da NATO à República Federal da Jugoslávia parecia estar iminente no encerramento desta edição. A peça de absurdo levada à cena em França, há uma semana, com a assinatura de um «acordo» sobre o Kosovo deu início à contagem decrescente do que qualquer observador imparcial terá de considerar um acto de terrorismo contra um Estado independente.

O que se passou em França foi simultaneamente uma farsa e um testemunho da prepotência dos EUA e dos seus aliados ocidentais. Depois de «conversações» em que as partes envolvidas em confronto nunca se sentaram à mesma mesa nem dialogaram, chegou-se a um «acordo» que os independentistas do Kosovo rubricaram num cerimónia grotesca a que nem a imprensa internacional pôde assistir.

Como um acordo implica por definição pelo menos duas partes, coloca-se a questão de saber quem acordou com quem e o quê. A resposta é simples: os independentistas do Kosovo

acordaram com o Grupo de Contacto (excepto a Rússia), um texto que negociaram com os EUA e que nunca foi negociável, nem negociado, com os jugoslavos.

Consumado o acto, chegou-se à fase dos ultimatós, que afinal foi sempre a mesma desde o princípio: ou a Jugoslávia assinava, abrindo a porta à secessão do país e às tropas da NATO, ou não assinava e a NATO lhe arrombava a porta para a entrada das suas tropas e da secessão do país.

«Escolha» difícil, como se compreende. Perante a «intransigência» de Belgrado, o pessoal da OSCE recebeu ordem de

retirada e retirou-se, o mesmo sucedendo com outras organizações, pessoal diplomático dispensável e estrangeiros em geral.

Num «último aviso», o norte-americano Richard Holbrooke foi à capital sérvia dizer ao presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic, a mandado de Madeleine Albright, que ou aceitava o «acordo» ou a NATO entrava em acção (mais de 400 aviões de combate, alguns dos quais portugueses, estão a postos para o ataque).

Aparentemente, a oposição da Rússia à intervenção da NATO é irrelevante. O mesmo se pode dizer quanto à China, cujo governo considerou «inaaceitável» qualquer acção militar contra a Jugoslávia, defendendo que a questão do Kosovo constitui «um assunto interno» daquele país que deve ser resolvido «pelo diálogo, com base no respeito da soberania e

da integridade territorial da Jugoslávia e assegurando os direitos e os legítimos interesses dos diferentes grupos étnicos do Kosovo».

«Os EUA e o presidente Clinton dizem que a América tem interesses vitais na região», lembrava há dias um responsável jugoslavo, fazen-

do de seguida a pergunta que ninguém quer ouvir:

«Então a Sérvia e a Jugoslávia? Onde é que é suposto termos interesses nacionais e de Estado? Se alguém tem interesses aqui somos nós e é por isso que estamos empenhados numa solução política, democrática e pacífica.»

As razões de Milosevic

Sempre que se fala da posição dos sérvios na questão do Kosovo é para dizer que não aceitam o «acordo» para a região, que mantém a sua «intransigência», que «não cedem». O que não se diz é que «acordo» é esse e quais as razões da «intransigência». Uma carta de Milosevic a Hubert Vedrine e Robin Cook, respectivamente ministros dos Negócios Estrangeiros da França e da Grã-Bretanha, explica os motivos em que radica a posição jugoslava. É essa carta que, pelo seu interesse, a seguir se reproduz.

«As conversações de Paris, a que chamaram adiamento, não ocorreram. A delegação do Governo da República da Sérvia e os representantes dos separatistas albaneses e do movimento terrorista nunca se encontraram para falar.

«Em relação ao Acordo assinado, há que dizer que foram assinados dois documentos em Paris.

«Um dos documentos foi assinado pelos representantes de todas as comunidades nacionais do Kosovo, e estes são os representantes do Kosovo. O outro documento foi assinado pelos representantes separatistas da Albânia e pelo movimento terrorista e eles, claro, não são representantes do Kosovo.

«Esse outro documento, a que chamam Acordo de Rambouillet, não é o acordo de Rambouillet. Porque nem em Rambouillet nem em Paris os negociadores negociaram. Não houve conversações entre eles, pelo que não pode haver um documento comum para ser aceite ou rejeitado.

«Por outro lado, o texto a que chamam Acordo de Rambouillet foi publicado pela imprensa do Kosovo (o jornal albanês «Koha Ditore») antes das conversações de Rambouillet começarem. Belgrado é tolerante, mas não é estúpida. Devido à estupidez de outros, o documento que deveria ter sido o resultado das conversações que ainda não tiveram lugar, foi publicado.

«Como é evidente, não temos nada contra a preparação de um rascunho de documento antes das conversações começarem. Mas somos totalmente contra o facto de não haver conversações nenhuma e de nos ser pedido que assinemos algo que sendo eventualmente um rascunho de acordo se transforme num acordo, sem que nunca nos tenhamos encontrado com a outra parte.

«Assim, a minha resposta à vossa declaração “o acordo está na mesa” é a seguinte: só um rascunho de acordo pode estar na mesa. Mas uma mesa vazia não leva a nenhum acordo. Nem nenhum acordo pode ser alcançado se apenas um lado da mesa está ocupado. As partes envolvidas têm que se sentar à mesa.

«Quanto às vossas ameaças de uma intervenção militar da NATO, o vosso povo deve sentir-se envergonhado por estarem a preparar o uso de forças contra uma pequena nação europeia só porque protege o seu território contra o separatismo, protege os seus cidadãos contra o terrorismo, e a sua dignidade histórica contra razanias que não sabem nada sobre história e dignidade.

«Afirmam que grandes movimentos das nossas forças de segurança são motivo de forte preocupação. Se pensam que são motivo de preocupação para os separatistas que pretendem retirar-nos uma parte do território da Sérvia e da Jugoslávia, é claro que eles é que devem estar preocupados. Se têm em mente alguns possíveis agressores fora da Jugoslávia, isso também deve ser motivo de preocupação para eles.

«É bem possível que uma pessoa normal pense que alguém que está a ser ameaçado não mostraria intenções de se defender.

«Vossas Excelências são ministros dos Negócios Estrangeiros de dois países europeus e diplomatas distintos. Nessa qualidade, têm o direito de mediar, de negociar, de apelar à boa vontade, de zelar pela paz na Europa, por melhores relações entre as nações. Mas não têm o direito de ameaçar outros países e outros cidadãos, ou para facilitar a vida noutros países.

«Mantemos a nossa convicção de que os problemas do Kosovo e Metohija devem ser resolvidos por meios pacíficos, através de negociações. O facto de as negociações não terem ocorrido nem em Rambouillet nem em Paris não significa que devemos desistir delas. Pelo menos do nosso ponto de vista democrático e pacífico.»

CPPC denuncia expansionismo militar

«A insistência com que os EUA têm colocado, no quadro das negociações de Rambouillet, e fora do quadro das Nações Unidas, a aceitação da presença militar da NATO dentro da Federação da Jugoslávia denuncia o seu real objectivo: reforçar a presença militar efectiva no centro da Europa e castigar todos os que se oponham à concretização dos seus projectos expansionistas». A acusação é do Conselho Português para a Paz e a Cooperação (CPPC), que em comunicado divulgado no fim-de-semana manifesta «a sua mais viva preocupação com a situação no Kosovo».

Para o CPPC, a «eventual intervenção da NATO no Kosovo confirma o carácter agressivo daquela aliança militar ao serviço exclusivo dos interesses estratégicos dos EUA», e acrescenta a «marginalização das Nações Unidas», bem como «a menorização e instrumen-

talização ao sabor das conveniências norte-americanas de organismos internacionais vocacionados para a prevenção e resolução pacífica de conflitos, como seja a OSCE».

Considerando que uma eventual intervenção da NATO naquela região, para além de «ilegítima e ilegal», só servirá para dificultar «uma solução pacífica que garanta a paz e a estabilidade» nos Balcãs, o CPPC exige ao Governo português que não participe nem apoie uma agressão à Jugoslávia, e reclama o fim das ingerências externas abusivas na região.

No seu comunicado, o CPPC apela ainda ao empenhamento sério da comunidade internacional na busca de uma solução política para o conflito que respeite a legalidade internacional, os direitos humanos e a soberania dos Estados.

Croácia acusada de crimes contra sérvios

Os sérvios foram vítimas de uma campanha de «limpeza étnica» levada a cabo pelo Exército croata em 1995, denunciou domingo o *New York Times* com base no relatório do tribunal internacional de crimes de guerra sobre a «Operação Tempestade».

Citando documentos secretos do tribunal criado pelas Nações Unidas em 1993, o NYT afirma que os investigadores chegaram à conclusão de que a Croácia efectuou execuções sumárias e bombardeou indiscriminadamente populações civis.

Segundo o jornal, o tribunal prepara-se para indiciar três generais croatas o que, a confirmar-se, seriam as primeiras acusações contra responsáveis do Exército croata por crimes cometidos na guerra dos Balcãs entre 1991 e 1995. Recordar-se que o conflito, que posterior-

mente levou à divisão da Bósnia, teve início com as manobras separatistas da Croácia. Com o apoio da Alemanha e a conivência da União Europeia, a Croácia aliou-se aos croatas bósnios e desencadeou uma guerra «étnica» contra os sérvios. A entrada da NATO no conflito, ao lado dos croatas, forçou a Sérvia a aceitar os acordos de Dayton, traduzidos na «paz» vigiada que hoje impera na região retalhada da Bósnia, cujo controlo efectivo está nas mãos dos chamados «árbitros» internacionais.

Mais de 100 mil sérvios foram expulsos das suas terras. Apesar disso, durante todo o conflito, e mesmo posteriormente, os sérvios foram sistematicamente acusados de múltiplos crimes, designadamente de «limpeza étnica».

O relatório agora divulgado pelo NYT vem dar uma nova

versão dos acontecimentos. «Ao longo da ofensiva militar, as Forças Armadas croatas e a polícia especial cometeram inúmeras violações da lei humanitária internacional, incluindo o bombardeio de Knin e outras cidades», diz o documento, acrescentando que «durante, e nos 100 dias que se seguiram à ofensiva militar, pelo menos 150 civis sérvios foram sumariamente executados e muitas centenas desapareceram».

De acordo com o jornal, os investigadores reuniram «material suficiente para determinar que os três generais que comandaram a operação militar» - e foram responsáveis pela expulsão dos sérvios - podem ser processados à luz das leis internacionais.

Até hoje, o tribunal criado pela ONU processou 83 pessoas, a maioria sérvios.

-se apenas os candidatos do Agrupamento do Povo Toglós (RPT), do presidente Eyadema, mais duas pequenas formações partidárias que, segundo os observadores, orbitam na zona de influência do RPT, e cerca de uma dezena de candidatos independentes.

Japão perdoa dívidas

Seis bancos japoneses (Sakura, Tokai, gestores de fundos Mitsui Trust, Sumitomo Trust, Banco Industrial do Japão e Banco de Crédito do Japão) vão perdoar as dívidas de 120 mil milhões de ienes (188 milhões de contos e 936 milhões de euros) à construtora nipónica Fujita e aceitarão a demissão do seu presidente, informaram fontes financeiras citadas pela Lusa. A Fujita anunciou no ano passado uma redução de mais de 900 postos de trabalho como parte de um plano de reestruturação. O montante da dívida agora perdoado representa um quinto dos 580 mil milhões de ienes de endividamento da Fujita.

Atentado na Rússia faz 60 mortos

A explosão de uma bomba no mercado central de Vladikavkaz, capital da república russa de Osetia do Norte, na sexta-feira, provocou a morte de pelo menos 60 pessoas e ferimentos em mais de uma centena. Este acto de puro terrorismo, não reivindicado por nenhum grupo, levou o presidente russo Boris Yeltsin a ordenar a formação da terceira comissão de inquérito em apenas dois dias. As anteriores destinam-se a investigar o comportamento de uma destacada figura do governo (mostrado pela televisão na cama com duas prostitutas, num vídeo artesanal), e o incêndio que destruiu um hospital psiquiátrico na região de Vologda.

Referendo na Venezuela

O Tribunal Supremo da Venezuela declarou inconstitucional a segunda pergunta que o presidente Chávez pretendia submeter ao referendo constitucional marcado para o próximo dia 25 de Abril e que, a ser aceite, dava ao presidente plenos poderes para fixar as bases da Assembleia Constituinte. A polémica pergunta mereceu as críticas de juristas, intelectuais e políticos, por considerarem que dava a Chávez «um cheque em branco», o que afirmam ser inaceitável. O processo para a elaboração de uma nova Constituição prevê a realização de três referendos consultivos: o de 25 de Abril para a definição das bases, o de 27 de Junho para a eleição dos 103 membros da Assembleia Nacional e o de 5 de Janeiro do ano 2000 para a aprovação da nova Constituição.

Carlos Carvalhas no Brasil

Carlos Carvalhas visitou o Brasil entre 15 e 22 de Março, onde se encontrou com os principais dirigentes dos partidos de esquerda, visitou o Parlamento Federal, foi recebido pelos governadores dos estados de S. Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e nas Câmaras Municipais de S. Paulo e Rio de Janeiro. Proferiu conferências, manteve encontros com intelectuais, com a comunidade portuguesa e com o embaixador de Portugal e deu entrevistas a rádios, a televisões do Rio de Janeiro, Porto Alegre e à TV cabo da Câmara de Brasília.

Em S. Paulo, o secretário-geral do PCP visitou a Casa de Portugal, a convite do Conselho das Comunidades Luso-Brasileiras e do Centro Cultural 25 de Abril, onde proferiu uma conferência sobre «As relações Portugal-Brasil e a integração europeia». Encontrou-se com o vice-governador estadual, do Partido Social-Democrata Brasileiro e realizou uma segunda conferência no salão nobre da Câmara Municipal de S. Paulo.

Em Brasília, Carvalhas encontrou-se com os líderes dos grupos parlamentares do Partido do Trabalhadores (PT), Partido Comunista do Brasil (PC do B), PSB e PDT. Foi também recebido na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, onde abordou questões de interesse mútuo para Portugal e o Brasil, referindo-se ainda ao 25.º aniversário do 25 de Abril e à questão de Timor-Leste.

O líder dos comunistas portugueses manteve encontros com o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temen, e com o presidente das Relações Externas do Senado, José Sarney. O embaixador de Portugal convidou o Secretário-Geral do PCP para um jantar, onde participaram portugueses residentes em Brasília e deputados e senadores brasileiros.

Em Porto Alegre, capital do Estado de Rio Grande do Sul, foi recebido pelo governador do Estado, Olívio Dutra (do PT) e na prefeitura. Proferiu uma palestra na Assembleia Legislativa, onde se encontrou com as comissões executivas do PT, PC do B, PCB e PSB e assistiu ao plenário da CUT onde proferiu uma intervenção.

No Rio de Janeiro, encontrou-se com Zuleide Faria, presidente do Partido Comunista Brasileiro, e outros membros da direcção nacional. Participou num acto solene na Câmara legislativa do Rio. Foi homenageado na Casa das Beiras.

De novo em S. Paulo, encontrou-se com Lula da Silva, dirigente histórico do PT, e com João Amazonas, presidente nacional do PC do Brasil, e com outros membros da sua direcção.

Nesta sua visita ao Brasil, Carlos Carvalhas teve oportunidade de trocar opiniões com o escritor professor António Cândido, Prémio Camões, com o arquitecto Oscar Niemayer, com Mário Lago e com economistas e sociólogos brasileiros.

Antes do seu regresso a Portugal, o secretário-geral do PCP encontrou-se com os membros da organização do PCP do núcleo de S. Paulo.

Itália Refundação Comunista em congresso

O Partido da Refundação Comunista, reunido no seu IV Congresso, elegeu Fausto Bertinotti como secretário-geral, no fim-de-semana na localidade de Remini, no norte de Itália. A iniciativa contou com a participação de cerca de 800 congressistas e 98 delegações estrangeiras.

Bertinotti, no discurso de encerramento, apelou «a toda a esquerda crítica, a que integra a maioria governamental e a que está fora do governo» e reiterou as críticas do partido ao governo de Massimo D'Alema.

Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, e Jorge Cadima, da Secção Internacional, representaram o PCP no congresso e transmitiram aos delegados uma saudação do Comité Central.

«O PCP aprecia altamente as posições assumidas pelos comunistas italianos em relação à perigosa política agressiva conduzida nos Balcãs pelos EUA, a Nato e as grandes potências da União Europeia. Também nós condenamos uma tal política, considerando de extrema gravidade as ameaças de agressão contra a nova Jugoslávia a pretexto da situação do Kosovo», salienta o Comité Central.

«Perante os preparativos para assinalar o 50.º aniversário da Nato com novas medidas de reforço e alargamento desta aliança agressiva, consideramos necessário trabalhar para erguer no nosso país e na Europa um amplo movimento pela dissolução da Nato, pelo desarmamento, por uma política de segurança e cooperação na Europa que valorize os princípios da Carta de Helsínquia e a OSCE», defendem os comunistas portugueses.



Fausto Bertinotti



O desenvolvimento rural não é contemplado com verbas

Reforma da PAC Organizações da lavoura exigem veto português

A Confederação Nacional da Agricultura não se conforma com o acordo-base saído da reunião dos ministros da Agricultura da União Europeia, em 10 e 11 de Março, e insiste no veto de Portugal.

Segundo a CNA, este acordo provocará a ruína das explorações agrícolas de base familiar e levará ao desaparecimento de outros sectores socioeconómicos. O desemprego aumentará e com o êxodo das populações rurais crescerão os problemas nas cidades.

Entre os resultados mais graves da negociação, a CNA refere a baixa de preços em 15 por cento no leite e 20 por cento nos cereais e na carne de bovino. São prejuízos que não são compensados pelo aumento das ajudas já que, para uma baixa de nove escudos por litro de leite, apenas está prevista um subsídio de 3\$50; no cereais, para uma baixa de 4\$80 por quilo, é dada uma compensação de 2\$40 e para a carne de bovino, que baixa 20 por cento, foi criado um prémio por abate e melhorado o prémio para o aumento área de forragem, medida esta que, considera a CNA, apenas beneficia as grandes áreas e grandes manadas.

E se o aumento de novos direitos de plantações de vinha é uma medida positiva, a verdade é que continua a ser possível enriquecer o vinho através da adição de sacarina e, embora com algumas reservas, abriu-se a porta à importação e vinificação de mostos de países estrangeiros à União Europeia.

Entre outros efeitos negativos, a CNA salienta ainda que caíram as quotas do trigo duro e do toma-

te e o aumento da área irrigada teve como contrapartida a diminuição do sequeiro.

Refira-se ainda que as verbas para o desenvolvimento rural não foram reforçadas, tendo desaparecido as indemnizações compensatórias por animal que foram substituídas por superfície, o que prejudica em particular.

A CNA afirma que Portugal foi o país mais prejudicado, uma vez que a Espanha e Itália conseguiram aumentar as culturas ará-

veis, como os cereais, em 9,2 milhões de hectares, no primeiro caso, e 5,8, no segundo. Também as quotas do leite foram aumentadas 70 mil toneladas para a Grécia; 150 mil toneladas para a Irlanda, 550 mil toneladas para a Espanha e 600 mil toneladas para a Itália.

Outras organizações da lavoura tem vindo a condenar a Política Agrícola Comum, nomeadamente a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, a organização de Produtores Hortofruticultores Unidos da Península de Setúbal, a Cooperativa Agrícola do Pinhal Novo, a Central Coop e Associação dos Agricultores do Porto.

Cimeira de Berlim discute Agenda 2000

Os Quinze Chefes de Estado e de Governo que ontem iniciaram uma Cimeira em Berlim deviam chegar hoje a acordo quanto à Agenda 2000, o qual deverá implicar um corte de cerca de 650 milhões de contos nos próximos fundos comunitários. O suficiente para pagar um aeroporto internacional e mais uma ponte sobre o Tejo. Estes cálculos foram divulgados pela Agência Lusa com base nas últimas propostas da presidência alemã sobre os próximos recursos orçamentais a afectar aos fundos comunitários.

Nas negociações, Portugal pretende não só manter o volume das ajudas financeiras que recebeu entre período de 1994/1999, como evitar que Lisboa e Vale do Tejo, a principal região portuguesa que constitui o motor económico do país, seja excluída do grupo das regiões mais desfavorecidas. Isso teria efeitos gravíssimos para o nosso país já que, actualmente, aquela região absorve cerca de um terço das ajudas comunitárias.

Além dos fundos para regiões e países, estão ainda em causa na Agenda 200 os recursos orçamentais da próxima PAC e o financiamento das adesões dos Estados do leste europeu, bem como alterações ao actual sistema de recursos próprios da UE.

Luxemburgo Portugueses votam pouco

No próximo Outono, os cidadãos dos Estados membros da União Europeia, residentes no Luxemburgo, que quiseram recensear-se, votarão ao lado dos luxemburgueses para elegerem os órgãos do poder municipal.

Porém, para surpresa de uns e confirmação do cepticismo de outros, o saldo final das operações de recenseamento ficou muito aquém das expectativas. E os que, clara ou disfarçadamente xenófobos, recebiam o «assalto» ao poder local luxemburguês pelos estrangeiros, nomeadamente pelos portugueses, passaram a dormir descansados.

Com efeito, a proporção dos eleitores estrangeiros comunitários para as próximas eleições municipais é de 6% para 94% de eleitores luxemburgueses.

Numa população total que ultrapassa 424 mil

habitantes, contam-se 111.509 cidadãos estrangeiros comunitários maiores de 18 anos, dos quais se recensearam apenas 13.835. Destes apenas 4.896 são portugueses, apesar dos nossos compatriotas constituírem o grupo maioritário da população estrangeira da UE, totalizando 42.571 almas. No entanto, este peso não se traduz do mesmo modo na sua expressão eleitoral, ao contrário de outros cidadãos estrangeiros, em particular dos italianos que têm no eleitorado estrangeiro uma expressão superior, em 7,3 por cento, ao seu peso na comunidade estrangeira.

Poder-se-á pensar que a culpa é da nossa lusitana maneira de ser, mas esta diferença de comportamentos explica-se também pela antiguidade da imigração italiana no Grão-Ducado, a sua integração na vida política e social do país e o seu nível de politização.

José Saramago recebido no PE

O prémio Nobel da Literatura, José Saramago, terminou ontem uma estadia de dois dias em Bruxelas, a convite do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, do qual fazem parte os deputados do PCP.

O escritor laureado, e candidato na lista do Partido às eleições europeias, de Junho próximo, foi recebido na terça-feira, pelo presidente do PE, estando depois presente na mini-sessão plenária, onde foi saudado na tribuna de honra do hemicíclio. Ainda no mesmo dia, Saramago participou num encontro-debate promovido pelos deputados do PCP e mais tarde numa sessão literária e de autógrafos.

Para ontem, o programa previa encontros com a representação permanente de Portugal e com alunos de português da escola Europeia e da Embaixada, uma recepção na residência do Embaixador de Portugal, terminado com um jantar-convívio na Associação de Portugueses Emigrados na Bélgica.

Escassez de atum

A grande escassez de atum que se tem feito sentir nos mares da Região Autónoma da Madeira está a ter repercussões nas economias e na subsistência familiar de grande parte das populações de freguesias como o Caniçal e o Machico, já de si debilitadas socialmente. Em pergunta à Comissão, Honório Novo quer saber se o Governo Regional ou o Governo da República deram conhecimento desta situação dramática e se, no âmbito da Política Comum de Pescas, ou fora dela, existe algum dispositivo orçamental ou algum programa específico que possam ser utilizados para compensar as drásticas diminuições de rendimentos destas comunidades.

Recolha de inertes

Por proposta apresentada pelo deputado Joaquim Miranda, o Parlamento Europeu aprovou resolução em que «considera indispensável a realização de estudos aprofundados sobre os impactes ambientais da recolha de inertes (areias) nas zonas costeiras das regiões insulares, a respectiva regulamentação e as formas de a disciplinar, bem como sobre as possíveis alternativas a essa recolha nas mesmas regiões». Na origem desta resolução, estão designadamente «as graves incidências ambientais, nomeadamente para o povoamento marinho» já observadas nas zonas costeiras da Região Autónoma da Madeira, de onde são retiradas grandes quantidades de areias com destino particular a obras públicas e à construção civil.

A resolução recomenda que a Comissão Europeia analise o problema, em articulação com os Governos nacionais e regionais respectivos, e disponibilize os meios financeiros necessários.

Deputado na Ovibeja

Na passada segunda-feira, o deputado do PCP no PE, Joaquim Miranda, visitou a Ovibeja, onde foi acompanhado por membros da Direcção Regional de Beja do PCP, e da Comissão Concelhia local do Partido.

Entrevista com Ilda Figueiredo

Texto: Margarida Folque

Fotos: Jorge Caria

Quando despertaste para a política?

Provavelmente na infância, quando conheci, no Troviscal, Arlindo Vicente, então candidato da oposição às eleições.

Mais tarde, em Aveiro, fiz parte da Juventude Operária Católica, tendo ocasião de conhecer de perto a profunda exploração de que eram vítimas algumas raparigas trabalhadoras que conosco participavam na JOC, o que nos levou a procurar formas de luta contra essa exploração. Costumo dizer, aliás, que começou aí a minha grande aprendizagem política.

Essa aprendizagem continuou no PCP?

Sim. É na continuação dos mesmos ideais de solidariedade com os explorados e de luta contra a injustiça social e a exploração que, em 1974, aderi ao PCP. Já professora na Escola Comercial Oliveira Martins, a cujo Conselho Directivo pertencia, fiquei a militar no sector dos professores, integrando a direcção do sector intelectual do Porto. Entretanto, comecei a dar alguma colaboração no Sindicato Têxtil do Porto onde, em 1977, passei a trabalhar a tempo inteiro, como técnica sindical.

Em 1979, quando fui para a Assembleia da República, estava já muito ligada aos trabalhadores e às importantes lutas que nessa época se desenvolveram no Porto.

Ainda hoje é frequente encontrar trabalhadores, sobretudo mulheres, dos têxteis que participaram em algumas dessas lutas. Lembro-me das lutas da Cifa, da Jacinto, da Abel Alves Figueiredo, enfim, tantas onde elas tiveram um papel muito importante.

Quanto tempo permaneceste na Assembleia da República?

Até 1991, embora com alguns intervalos, uma vez que, em 1982, fui eleita vereadora na Câmara de Vila Nova de Gaia, onde permaneci sete anos com a responsabilidade pelo pelouro do ambiente e jardins. Durante esse tempo, acumulei a actividade de vereadora com a de deputada na Assembleia da República. Em 1990, a maioria absoluta do Partido Socialista retirou-me o pelouro que detinha há sete anos - e onde, entretanto, se tinha realizado um importante trabalho -, levando-me a sair da Câmara e a ficar só na Assembleia da República.

É, a seguir, que apareces como candidata à Câmara do Porto?

Sim. Em 1993 fui eleita vereadora à Câmara do Porto e recandidatei-me em 1997. O trabalho realizado pela CDU ao longo do mandato levou, então, a que a votação da CDU na cidade tivesse subido de 7,2 para 11,2 por cento.

No primeiro ano de mandato, tive a meu cargo o pelouro da saúde e sanidade e era simultaneamente membro do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados da Água e Saneamento do Porto (SMAS). Entretanto, o presidente Fernando Gomes decidiu retirar-me o pelouro, com o argumento de

eu ter votado contra uma proposta da Câmara. Ora, a verdade é que tinha ficado decidido entre nós (até porque o PS tinha maioria absoluta e não precisava do meu voto para nada), que eu me reservava o direito de votar de acordo com os princípios que a CDU defendia na gestão da cidade. Provavelmente, o que se passou foi que a actividade da CDU começava a notar-se. Isto, para além do Presidente estar mal habituado e ter dificuldade em coexistir com alguém que mantém a sua independência política.

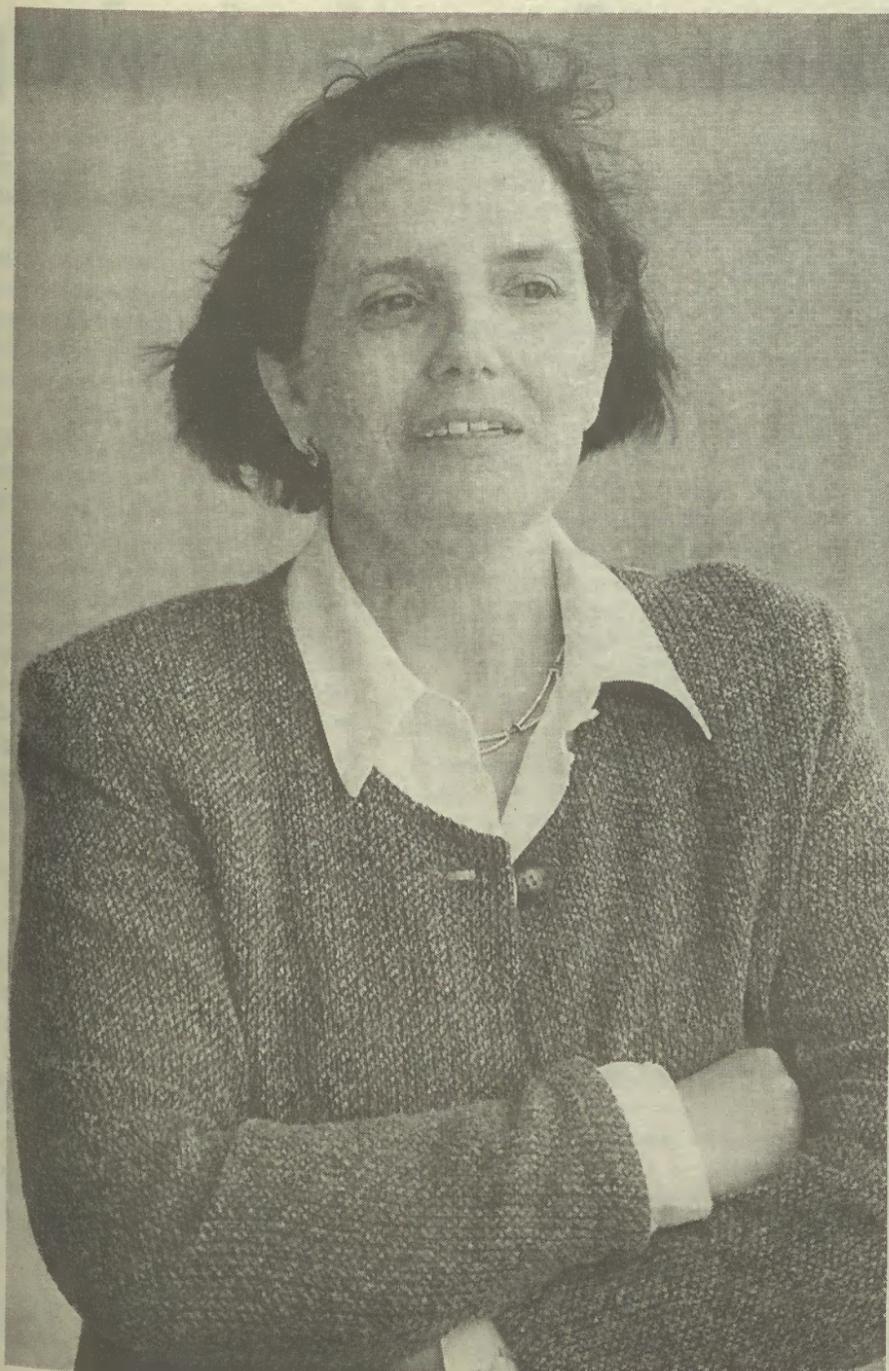
Apesar disso, continuaste na Câmara?

É claro que a partir daí procuraram o meu isolamento mas não conseguiram, pois continuei a receber semanalmente as pessoas no meu gabinete da Câmara e sempre estive disponível para fazer as visitas que os moradores e as instituições me solicitavam, que são muitas.

Apesar de ser a única vereadora da CDU, e de o PS ter maioria absoluta, ainda a semana passada foram aprovadas duas propostas importantíssimas que resultaram de visitas feitas a pedido dos moradores. Uma delas, com grande repercussão na comunicação social, diz respeito aos Guindais, uma zona lindíssima - uma escarpa do Douro na entrada da cidade - que há dois anos o Presidente da Câmara prometeu transformar num parque. Só que a promessa foi pura e simplesmente esquecida e a zona constitui hoje uma autêntica lixeira. Os moradores pediram o meu apoio e a CDU apresentou uma proposta, agora aprovada, no sentido de avançar com o parque e a recuperação da escarpa.

A outra refere-se à adjudicação por 58 mil contos da conclusão de uma rua na freguesia de Paranhos - a Rua Nova do Tronco -, também resultado de uma proposta da CDU.

São dois dos muitos exemplos concretos que a cidade conhece da intervenção da CDU e que leva os cidadãos a considerar a importância da nossa participação mesmo em minoria.



Ilda Figueiredo, de 50 anos, nasceu em Troviscal, Oliveira do Bairro, distrito de Aveiro, onde passou parte da sua juventude. Mais tarde muda-se para Chaves, quando o pai, até então camponês, arranhou um emprego como fiel de armazém nessa cidade. Aos 19 anos casa-se e vai para Vila Nova de Gaia, onde permanece até hoje, então iniciando o curso de economia na Faculdade do Porto e simultaneamente dando aulas como professora primária. Quando em 1973 termina a licenciatura em economia, já os seus dois filhos mais velhos eram nascidos. O terceiro nasce depois do 25 de Abril. Hoje, Ilda Figueiredo encabeça a lista da CDU às eleições de 13 de Junho para o Parlamento Europeu.

«Precisamos de mais força para defender os interesses nacionais»



Entrevista com Ilda Figueiredo **A sociedade penaliza a maternidade**



Como vê o papel das mulheres na política?

Há bocado tive oportunidade de referir o papel das mulheres, sobretudo desde o 25 de Abril, primeiro nas conquistas que se lhe seguiram, depois na sua consolidação e, por fim, na luta contra a perda dessas conquistas.

Por exemplo, no período muito conturbado do pós-25 de Abril, pude acompanhar de perto a luta das operárias têxteis, primeiro pelo emprego, contra o encerramento das empresas e o seu o abandono por parte dos patrões e, depois, por melhores salários, por melhores condições de trabalho, pela diminuição do horário de trabalho, contra as discriminações salariais, pela defesa dos seus direitos específicos como mães. O seu grande empenhamento e unidade na luta - embora, às vezes, tendo de ultrapassar grandes dificuldades -, é uma característica que registei.

Ainda hoje, na cidade do Porto, em geral, quem mais me procura para levantar os problemas de habitação, de urbanismo, de falta de saneamento, são as mulheres.

Não terá a ver com o facto de seres mulher?

É possível que também conte mas fundamentalmente o que se passa é que elas sentem mais de perto os problemas que se prendem com a família, pois sobre a mulher ainda recai a maior parte das responsabilidades da família e da casa.

Onde falha, então, a participação das mulheres?

Falha, e muito, numa fase seguinte, na participação política.

Às vezes procura-se associar a falta de participação da mulher na Assembleia da República ou no Parlamento Europeu com o facto de nes-

ses cargos ela ter que estar muito tempo afastada de casa e da família mas, nas autarquias, essa justificação não colhe, pois é aí que elas vivem e trabalham.

A justificação é outra e tem a ver com duas razões fundamentais. Uma, sem dúvida, a sobrecarga de trabalho e responsabilidades que não lhes deixa tempo nem para elas próprias. Às vezes oiço-as dizer que até gostavam «se tivessem tempo»... O pior é que não têm.

Mas há uma outra razão, de ordem cultural, que resulta de toda uma política de subalternidade que vivemos durante séculos e está inculcada nos próprios partidos políticos.

Se é verdade que a revolução de Abril fez em pouco tempo em Portugal aquilo que nalguns países demorou dezenas de anos - mudando rapidamente mentalidades, consagrando pela primeira vez na Constituição de 1976 o estatuto de igualdade de direitos e oportunidades -, também é verdade que, depois, se verificou alguma recuperação da mentalidade capitalista que sempre procurou desvalorizar o papel da mulher e os seus direitos, usando-a embora como mão-de-obra barata quando necessário. E pese embora todo um conjunto de lois que se apreçoam à maternidade, a verdade é que ela é altamente penalizada na nossa sociedade.

Esta situação é mais real do que parece. Tanto no emprego como na participação política. Porque, para além das suas reais dificuldades, muitas vezes são os próprios partidos que decidem por elas, não lhes colocando a questão ou colocando-lha em termos que as levam a não aceitar.

A proposta das quotas resolve o problema?

É óbvio que não. As quotas são uma falsa solução, pois não resolvem a sobrecarga de trabalho e

a efectiva falta de apoio à família e à maternidade, nem o problema das mentalidades. Através das quotas, apenas um número muito restrito de mulheres teria condições para as preencher.

Neste campo, sem dúvida que o PCP e a CDU têm dado um exemplo positivo sendo a força política com a maior percentagem de mulheres na AR - 26% nas últimas eleições - e em cargos autárquicos, onde tem a maior representação em termos nacionais. No entanto, é evidente que ainda há que reforçar essa participação.

Mas a quota dos 25 por cento que o PS propôs - apenas para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu e não para as autarquias, nem para o Governo, nem para cargos superiores da administração pública, o que não entendo - poderia também gerar uma grande desconfiança às mulheres que estão na política: a de que estariam aí não pela capacidade de desempenhar o cargo mas porque os homens lhes teriam feito o favor de as incluir na quota.

Para além de que as quotas não assegurariam o exercício efectivo dos cargos, pois já vi casos de partidos que elegeram mulheres nas listas mas rapidamente as substituíram por homens.

Qual é, então, para ti a alternativa?

A alternativa passa por um verdadeiro plano de promoção da igualdade, nos mais diversos

planos, desde o trabalho até às infra-estruturas de apoio à família ou aos centros de ocupação de tempos livres para as crianças. E, naturalmente, pela promoção da pedagogia para a igualdade, a começar pelos partidos políticos que têm de criar condições para que as mulheres participem não só nas listas mas efectivamente nos cargos. Mesmo em termos de funcionamento e de organização interna.

Como concilia a vida familiar com a profissão e os cargos políticos?

Da mesma maneira que tantas mulheres que têm de conciliar a sua vida familiar com o seu trabalho. Ou seja, além de vereadora sem pelouro na Câmara do Porto, sou consultora da União dos Sindicatos do Porto, dou aulas no ensino secundário e no ensino superior e estou a preparar o meu doutoramento em educação e desenvolvimento humano.

Por isso, provavelmente concilio mal mas assumo isso. Procuo, no entanto, realizar em cada momento o que posso e o melhor que posso. Procuo, sempre que possível, almoçar com o meu filho mais novo - o único que ainda vive comigo -, ir ao cinema, enfim, procuro estar o mais possível com ele e com o meu marido. E os momentos que estamos juntos, procuramos que sejam os mais agradáveis.



Agenda 2000 prejudica Portugal

É um grande salto da autarquia do Porto para a Europa. Considera que é um desafio motivador?

Sim, é um desafio muito forte.

Tens acompanhado as questões europeias?

Naturalmente que tenho. Não só enquanto fui deputada à Assembleia da República mas também como consultora da USP, onde tenho acompanhado muito de perto as questões europeias pelas suas implicações no tecido produtivo e no mundo do trabalho. Por outro lado, a minha própria actividade docente e de investigação leva a que essas questões estejam sempre presentes na minha vida.

Como vê as negociações da Agenda 2000, principalmente no que respeita aos fundos estruturais?

Com grande preocupação, já que as propostas que têm estado em cima da mesa são perigosas para o nosso país. Portugal tem uma economia e estruturas produtivas de grande debilidade - seja no plano agrícola, seja no plano das pescas ou da indústria - e naturalmente que se ressentirá do facto de hoje ter a sua capacidade de intervenção muito limitada em termos de políticas autónomas.

Com a adesão ao euro, perdemos a possibilidade de utilizar as políticas cambial e monetária, por um lado, enquanto por efei-

to do Pacto de Estabilidade ficámos, por outro, muito limitados no que se refere ao uso de instrumentos e políticas económicas que podiam facilitar a criação de emprego, de investimento público produtivo e em áreas de infra-estruturas de equipamentos sociais, culturais e educativos, essenciais para a melhoria da qualidade de vida da nossa população.

Um país como o nosso, que tem ainda níveis de atraso económico e social muito profundos, quando comparados com a média comunitária, tem forçosamente de contar com apoios financeiros para a recuperação desses atrasos. Ora, hoje o que aparece em cima da mesa é que, tendo os países ricos os seus objectivos cumpridos - metas da UEM, constituição do Banco Central Europeu, das políticas monetárias e financeiras únicas, do euro -, e estando mais concentrado o seu poder económico e político, desinteressam-se pelos problemas dos países com dificuldades, dos países da chamada coesão, como é o caso de Portugal.

Existem alternativas?

Para já, o nosso país deve ser ressarcido dos prejuízos resultantes de ter ficado sujeito a estas políticas monetárias e financeiras únicas do Banco Central Europeu, aos critérios da convergência nominal e do Pacto da Estabilidade. E a forma de o fazer é através dos fundos estruturais.

Uma Agenda 2000 que, logo à partida, previa uma redução em termos reais da ordem dos 500 milhões de contos a menos de fundos estruturais para Portugal ou, como a Alemanha propunha, até uma perda da ordem dos 200 milhões de contos por ano não pode de maneira alguma ser aceite por Portugal.

E quanto à reforma da PAC?

Tal como em 1992, esta reforma da PAC ensinada pelo Conselho Agrícola da União Europeia aponta para uma situação grave para a agricultura portuguesa. E uma vez que a maior parte das propostas que o Governo português apresentou não foi aceite, isso traduzir-se-á para Portugal pelo desaparecimento das explorações agrícolas familiares, designadamente as de menor dimensão que vão continuar sem qualquer apoio. As explorações e os camponeses vão ficar sem condições de competitividade no mercado e sem ter quem lhes compre a sua produção, na medida em que os produtores dos países ricos estão a ser subsidiados para fazer entrar cá os seus produtos a preços abaixo do que os nossos pequenos e médios agricultores conseguem produzir. Por isso, dentro de dias, quando das negociações da Agenda 2000, o Governo português não pode aceitar uma proposta deste tipo. A verdade é que só um número muito restrito de agricultores portugueses recebe subsídio que, em média, é um quinto ou um sexto do que recebem, por exemplo, os agricultores franceses.

A situação seria pior sem os comunistas

A intervenção dos comunistas no PE tem sido importante?

Tal como aqui na Assembleia da República, também no PE os três deputados europeus têm tido um importante trabalho de denúncia dos problemas dos diversos sectores económicos e produtivos e profissionais do nosso país, tornando clara a debilidade estrutural da nossa economia, os graves problemas sociais que mantemos e as enormes carências em infra-estruturas.

Quando nós falamos da necessidade de lutar pela harmonização social é disto que estamos a falar. Nós cumprimos os tais critérios de convergência nominal em termos monetários e financeiros mas estamos longe de cumprir em termos sociais ou em termos económicos.

Temos também apresentado propostas importantes, que nalguns casos têm sido contempladas, no sentido de melhorar relatórios, projectos, decisões que têm interesse para Portugal. Foram, por exemplo, os deputados portugueses que elaboraram o Relatório com propostas sobre a indústria têxtil e vestuário ou o documento de trabalho para uma melhor aplicação da política comum da pesca. Ou seja, têm participado, no seu conjunto,

em propostas, relatórios, projectos e perguntas que, de alguma forma, têm minorado os efeitos negativos das políticas europeias.

Eu diria: se os deputados comunistas portugueses não estivessem no Parlamento Europeu a situação seria pior.

Mas é preciso que o trabalho seja reconhecido...

Às vezes as nossas razões só são reconhecidas mais tarde, como, por exemplo, agora, relativamente à demissão da Comissão Europeia.

Em Janeiro, quando se pôs o problema da moção de censura à Comissão, os únicos deputados portugueses que votaram a favor da moção foram os deputados comunistas e uma boa parte do agrupamento em que estamos inseridos, o Grupo da Esquerda Unitária. Mas como os deputados portugueses do PS, do PSD e do PP e muitos dos seus agrupamentos votaram contra, a moção de censura não passou. Ainda que o peso da votação fosse tão forte que é dela que resulta a proposta de fazer o «relatório dos sábios» que esteve na origem da demissão da Comissão.

Quer dizer, está-se agora a braços com um problema que já podia ter sido já ultrapassado. A

verdade é que já então as acusações de irregularidades e de fraudes eram muito fortes, e com razão, como se veio a demonstrar.

Que implicações poderá ter a demissão da Comissão?

Eu diria que estamos num momento fulcral para um novo rumo para a construção europeia, pois, para além desta questão ter afectado as instituições comunitárias e a sua credibilidade, a Comissão e o Conselho de Ministros têm tido uma actuação, sobretudo em termos políticos, que criou grande descontentamento nas populações.

Eu recordo que foi a Comissão agora demissionária a autora da proposta da Agenda 2000 que reduz os fundos estruturais para Portugal em cerca de 500 milhões de contos, que propôs e conseguiu que fosse decretado o embargo da carne bovina a Portugal ou que, por exemplo, aceitou (o que é mais grave, com a anuência do comissário português Deus Pinheiro) que a África do Sul continuasse a usar um vinho com a designação de Porto, pondo em causa a designação genuína do nosso vinho do Porto.

Ora, isto são políticas muito desligadas dos cidadãos e muitas vezes contra eles. Daí eu achar

que este momento, até pelas eleições que se avizinhm, pode ser um momento importante para uma viragem nas políticas de construção europeia.

Nestas eleições, os comunistas continuam a ser a única força política com uma alternativa concreta, assente numa coesão efectiva - tanto no plano económico como no plano social -, que fomenta o emprego de qualidade, que combate a exclusão social.

É um escândalo que nesta Europa rica possam ainda coexistir 50 milhões de pobres e 20 milhões de desempregados.

Sendo as políticas europeias tão determinantes para Portugal, como se compreende o alheamento dos portugueses nas eleições para o PE?

Creio que existem duas razões básicas para o desinteresse dos portugueses. Por um lado, as políticas europeias que estão muito longe dos seus interesses - já falámos disso, desde a Política Agrícola Comum, à Política das Pescas ou mesmo à desregulamentação da legislação laboral e à retirada de direitos...

“O nosso país deve ser ressarcido dos prejuízos resultantes das políticas monetárias e financeiras do Banco Central Europeu, dos critérios de convergência nominal e do Pacto de Estabilidade”



“Os comunistas continuam a ser a única força política com uma alternativa concreta (...) É um escândalo que nesta Europa rica possam ainda coexistir 50 milhões de pobres e 20 milhões de desempregados”



“É fundamental que o nosso povo perceba que o seu dia-a-dia está dependente cada vez mais do que se passa nas instâncias comunitárias”



Entrevista com Ilda Figueiredo

... Mas isso não deveria levar, precisamente, a um maior empenhamento?

Exacto, mas isso prende-se com a outra razão: algum desconhecimento que existe ainda no nosso país acerca dos mecanismos de intervenção da política comunitária em Portugal. Ou seja, as pessoas vêem o PE como algo muito distante, não tendo presente que hoje são as decisões tomadas na União Europeia que influenciam as políticas nacionais.

Por exemplo, uma política fundamental para Portugal, como é a política orçamental, é hoje profundamente influenciada pela política europeia, na medida em que, havendo critérios de convergência nominal que se comprometeu a cumprir, a política económica, social, de emprego, de investimentos públicos, etc., está profundamente limitada.

O desinteresse dos cidadãos não estará ligado ao facto de, apesar de o PE ser o único órgão eleito, ter bastantes menos poderes que o Conselho ou a Comissão Europeia?

Houve, entretanto, algum reforço de poderes do PE decorrente das alterações introduzidas no último Tratado. Contudo, a recente crise gerada pela demissão da Comissão mostra como é importante que o PE reforce os seus poderes e tenha um acompanhamento muito mais próximo do que se passa com a Comissão. De qualquer modo, foi o uso do poder fiscalizador do Parlamento e a forte votação da moção de censura que levou a que a Comissão aceitasse a tal peritagem do grupo dos «sábios» com o resultado que é conhecido.

É bom, no entanto, lembrar que a Comissão não é a única responsável. Também os governos dos 15 países que compõem o Conselho de Ministros têm que assumir a responsabilidade

por não pugnarem pelo cumprimento do que os tratados dizem, nomeadamente no campo da coesão económica e social.

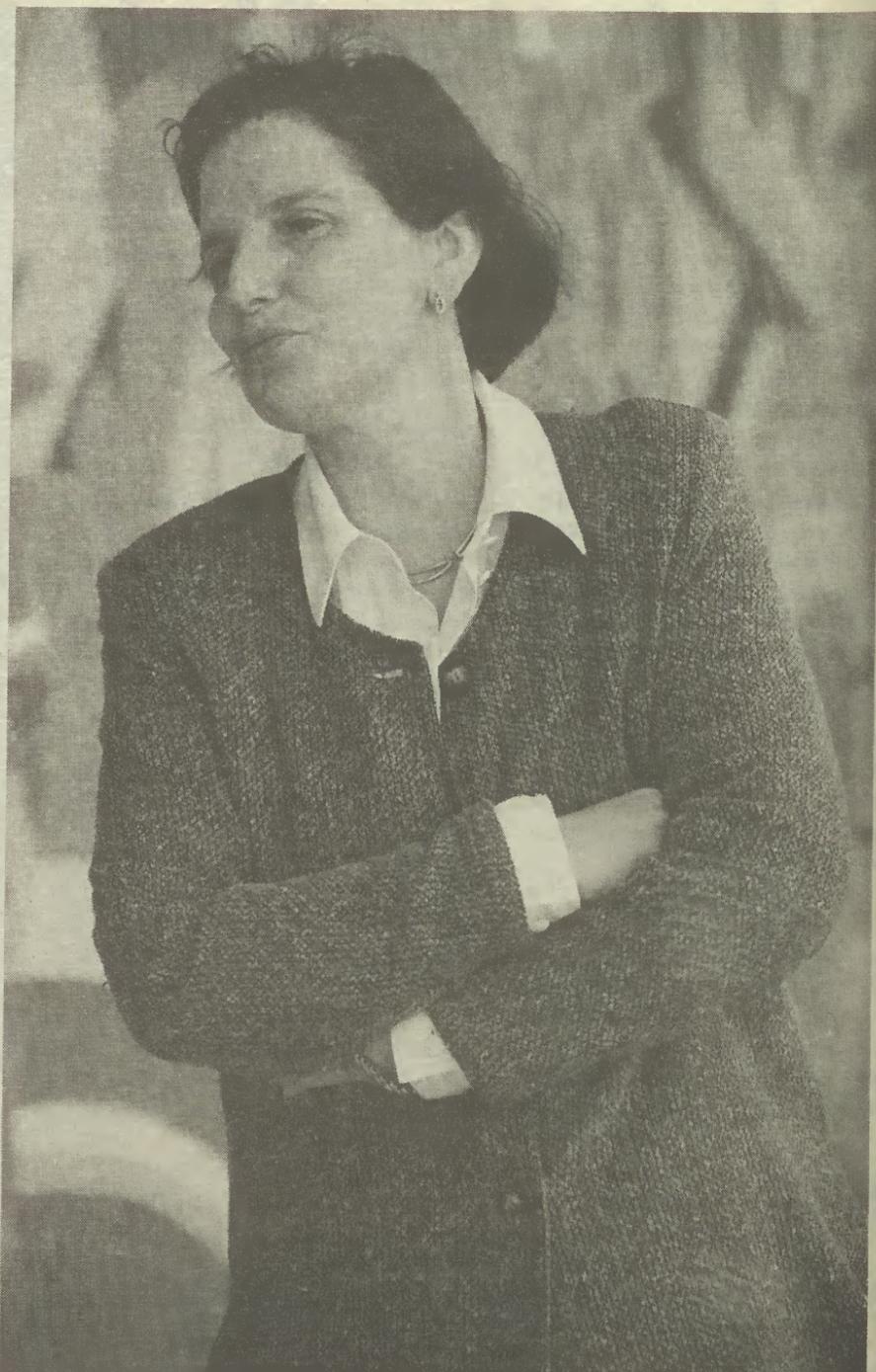
Incluindo o governo português...

Exactamente. Mas há uma outra questão importante que se prende com a necessidade de existir uma maior sensibilidade e intervenção dos cidadãos e dos parlamentos nacionais na definição das políticas europeias. Ou seja, o Governo português não pode ficar isolado na negociação dos grandes *dossiers* e depois dizer que não conseguiu fazer aprovar as suas posições, como aconteceu agora com a PAC.

Podia ter feito e pode vir a fazer muito mais. Primeiro, pode tentar que todas as questões e propostas sejam devidamente acompanhadas pela Assembleia da República e até pelas organizações nacionais das diversas áreas. Depois, e ainda em relação à questão da PAC e da Agenda 2000, por exemplo, não esquecer que tem o direito de veto que, apesar de se destinar a casos extremos, deve ser usado se persistirem as propostas indiciadas. Uma posição que, naturalmente, terá muito mais força se o país estiver bem informado. Infelizmente, o Governo tem feito pouco por isso.

E o que se pode fazer para alterar a situação?

É fundamental que o nosso povo perceba que o seu dia-a-dia está dependente cada vez mais do que se passa nas instâncias comunitárias. Pela nossa parte, vamos fazer um esforço para que esta mensagem chegue à população. Claro que não depende só de nós, já que as outras forças políticas em presença - mais interessadas em que essa mensagem não passe -, preferem fugir à discussão dos problemas concretos.



CDU dá voz ao País

Não receias o confronto com outros candidatos?

Naturalmente que não, porque o levantamento dos problemas e a defesa dos interesses do nosso país e da nossa população, dos agricultores, dos pescadores, dos industriais, dos comerciantes, dos trabalhadores, são questões básicas sempre presentes na nossa participação nas instituições comunitárias.

Em termos políticos, a campanha eleitoral é fundamental para tratar estas questões. Nós temos um espantoso trabalho realizado pelos nossos deputados no PE, em conjugação com o colectivo partidário, pois uma pessoa só não consegue ter conhecimento de todas as áreas, de todos os problemas e das diferentes propostas que são apresentadas.

Aliás, é essa ligação estreita com o colectivo da CDU e os seus apoiantes que permite ter confiança na campanha que se avizinha, sem esquecer, naturalmente, o trabalho pessoal e colectivo dos próprios elementos da lista ao Parlamento Europeu.

A propósito da lista, gostaria de referir que os três deputados que temos no PE são novamente candidatos nos primeiros lugares na lista da CDU estando, pois, presente na campanha, todo este conhecimento de funcionamento das estruturas e dos problemas.

Estás a dizer que a CDU vai eleger mais deputados?

Não tenho varinha mágica para saber o que se vai passar mas tenho grande confiança no trabalho do nosso colectivo, da CDU, dos seus apoiantes e no seu esforço para fazer chegar aos eleitores portugueses a alternativa clara que defendemos. No dia 13 de Junho, saberemos o resultado.

O alargamento da União Europeia é positivo?

Nós temos dito que apoiamos esse alargamento, desde que não se faça à custa dos interesses dos países mais débeis. Porém, com o pretexto do alargamento, o que se pretende é reduzir fundos estruturais a Portugal para os transferir para ajudas de pré-adesão aos novos países aderentes. A isso nós dizemos não.

Por duas razões básicas. A primeira é que Portugal, cujo Produto Nacional Bruto (PNB) é apenas 1,2 por cento do PNB do conjunto da União Europeia, tem já hoje uma contribuição da ordem de 1,4%.

Logo, se os recursos próprios da Comunidade são baixos para fazer face a um novo alargamento o que é preciso é aumentá-los. Mas esse aumento deverá verificar-se à custa dos países mais ricos.

Já quando do Pacote Delors, ainda a União Europeia era a 12, se propunha que os recursos próprios da Comunidade passassem para 1,32 do PNB da UE. Não se percebe, pois, como é que agora - quando já estamos a 15 e se pretende alargar a mais países - isso não se faz.

Uma Europa Federalista ou uma Europa das Nações?

Hoje, as políticas que são praticadas na UE já têm algo de federalismo, ou seja, as decisões já muitas vezes são tomadas por maioria. Ainda agora, com a reforma da PAC, o próprio ministro confirmou que 70% dos agricultores portugueses vão continuar de fora das ajudas comunitárias e por isso estava em desacordo com o que se tinha passado. Mas... aquilo passou-se porque as potências mais ricas impuseram.

Ir mais longe do já se vai, como defende o candidato Mário Soares - convicto federalista -, «para falar a uma só voz», é retirar completamente a voz aos pequenos países e falar apenas com a voz de três grandes potências europeias - Alemanha, França e Inglaterra -, sem ter em conta as especificidades e características culturais dos pequenos países, como Portugal.

Quais vão ser as principais linhas da campanha eleitoral da CDU?

Queremos tocar principalmente os sectores que mais se têm sentido prejudicados com as políticas europeias, insistindo na necessidade de novas políticas, e os trabalhadores, cujos interesses e direitos têm sido também profundamente afectados. E, sobretudo, denunciar um Governo que, sob a capa do socialismo, está a levar por diante um ataque cerrado aos direitos dos trabalhadores, na defesa dos interesses do capital e

do patronato mais retrógrado, designadamente através da tentativa de revisão da legislação laboral.

Vamo-nos dirigir também à juventude, a quem boa parte das alterações à legislação laboral é dirigida, às mulheres, para quem queremos uma efectiva igualdade de oportunidades e, naturalmente, a todas as camadas da população atingidas pela política neoliberal do Governo. Assim não será esquecida a questão da preservação da nossa identidade cultural, inclusive junto dos nossos emigrantes, e a defesa dos interesses dos imigrantes dos países de língua oficial portuguesa que vivem e trabalham em Portugal.

Nas iniciativas em que já participaste tens sentido uma boa receptividade?

Sim, muito boa. As diversas iniciativas que o PCP tem promovido a propósito do 78.º aniversário, que têm sido muito interessantes, vivas, alegres e de grande entusiasmo, deram, sem dúvida, força à própria candidatura da CDU e ao seu empenho em levar por diante esta batalha fundamental para o nosso país.

Muitas vezes, os trabalhadores e as suas organizações, os agricultores, os pescadores e mesmo alguns pequenos e médios empresários pedem-nos ajuda. E nós tentamos de todas as formas corresponder mas a verdade é que, para conseguir que as nossas propostas que vão ao encontro dos seus interesses possam ser aprovadas, precisamos de força e de mais deputados.

Ora, como são os votos que elegem deputados, é fundamental que a necessidade do reforço da CDU seja entendida pelos vários sectores da população. É com isso que contamos em 13 de Junho.



Legislar contra a discriminação racial

Por iniciativa do PCP, a Assembleia da República debate hoje mesmo, pela primeira vez, um Projecto de Lei destinado a prevenir a prática de discriminações no exercício de direitos por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.



■ António Filipe

O Grupo Parlamentar do PCP decidiu utilizar um dos seus direitos de marcação da Ordem do Dia da Assembleia da República, para levar a debate o primeiro Projecto de Lei apresentado em Portugal com o objectivo de dar cumprimento, com carácter geral, no plano legislativo, às obrigações assumidas pelo Estado Português quando, em 1982, ratificou a Convenção Internacional sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pelas Nações Unidas em 21 de Dezembro de 1965.

A proibição da discriminação racial tem em Portugal pleno acolhimento constitucional. Desde logo no artigo 13.º da Lei Fundamental, que se refere ao princípio da igualdade, segundo o qual, "todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei" e "ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qual-

quer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica ou condição social". Mas também no artigo 15.º, que dispõe que "os estrangeiros e os apátridas que se encontrem ou residam em Portugal gozam dos direitos e estão sujeitos aos deveres do cidadão português", exceptuados os direitos políticos, o exercício de funções públicas que não tenham carácter predominantemente técnico e os direitos e deveres reservados pela Constituição e pela lei exclusivamente aos cidadãos portugueses.

Acontece porém que o tratamento legislativo da discriminação racial (definida na referida Convenção Internacional como "qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência fundada na raça, cor, ascendência na origem nacional ou étnica que tenha como objectivo ou como efeito destruir ou comprometer o reconhecimento, o gozo ou o exercício, em condições de igualdade, dos direitos do homem e das liberdades fundamentais no domínio político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública"), tem sido disperso e lacunar. Por isso, apesar da aplicabilidade directa do texto constitucional e de alguns progressos legislativos verificados aquando da última revisão do Código Penal e da eliminação de algumas (que não todas) as restrições injustificadas no acesso de estrangeiros ao emprego, subsistem

situações em que a violação do princípio da igualdade e a prática de discriminações de origem racial, não se encontram expressamente previstas e sancionadas na legislação portuguesa. Neste, como noutros aspectos, a realidade vivida pelos cidadãos fica muito aquém do que dispõe o texto constitucional.

Daí que a necessidade de ser aprovada legislação destinada a prevenir e sancionar a discriminação racial, seja hoje, não apenas generalizadamente reconhecida no plano nacional e mesmo internacional, como reivindicada pela totalidade dos movimentos anti-racistas e associações representativas dos imigrantes e defensoras dos direitos humanos. Já em Novembro de 1997, a Assembleia da República havia debatido uma Petição de cidadãos, reivindicando essa aprovação. E mais recentemente, o aperfeiçoamento da legislação contra a discriminação racial foi defendido pelo Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas e recomendada num recente relatório sobre Portugal aprovado pelo Comité das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial.

Prevenir discriminações

O Projecto de Lei apresentado pelo PCP, visa prevenir a discriminação racial sob todas as suas formas e sancionar a prática de actos que se traduzam na violação de quaisquer direitos fundamentais, ou na recusa ou condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais, ou culturais, por quaisquer cidadãos, em razão da sua pertença a determinada raça, nacionalidade ou origem étnica, considerando-se como tal:

- A subordinação da oferta de emprego, a cessação de contrato de trabalho ou a recusa de contratação;
- A discriminação entre trabalhadores;
- A recusa de fornecimento de bens ou serviços;
- O impedimento ou condicionamento, por acção ou por omissão, do exercício normal de uma actividade económica;
- A recusa ou condicionamento de venda, arrendamento ou subarrendamento de imóveis;
- A recusa de acesso a locais públicos ou abertos ao público;
- A recusa ou limitação de acesso a cuidados de saúde por parte de estabelecimentos de saúde públicos ou privados;
- A negação, condicionamento ou limitação da admissão em estabelecimentos de ensino públicos ou privados;
- A constituição de turmas ou a adopção de outras medidas de organização interna segundo critérios discriminatórios;
- A recusa, condicionamento ou limitação no exercício de direitos perante a Administração directa ou indirecta do Estado, as regiões autónomas ou as autarquias locais;
- A produção ou difusão de anúncios de ofertas de emprego, ou outras formas de publicidade ligada à pré-selecção ou ao recrutamento, que contenham qualquer especificação ou preferência racial;
- E ainda, qualquer acto em que, publicamente ou com intenção de divulgação ampla, qualquer pessoa singular ou colectiva faça uma declaração ou transmita uma informação por meio da qual um grupo de pessoas seja ameaçado, insultado ou avil-

tado por motivo da raça, cor, nacionalidade ou origem étnica.

Para além de estabelecer as sanções contra-ordenacionais correspondentes a estas práticas e o elenco dos direitos e garantias dos lesados, o Projecto do PCP propõe ainda a criação de um Observatório sobre a Discriminação Racial, a funcionar junto do Alto Comissário para a Imigração e as Minorias Étnicas, com a participação designadamente de representantes dos sindicatos, das associações de imigrantes e das associações anti-racistas.

A importância do PCP

Esta iniciativa não é um acto isolado na intervenção política e parlamentar do PCP. Num quadro marcado por retrocessos profundos em matéria de direitos dos cidadãos não nacionais, decorrentes dos Acordos de Schengen e das orientações xenófobas prevaletentes na União Europeia, de que são exemplos as alterações à legislação sobre estrangeiros e sobre direito de asilo aprovadas pelos Governos do PSD e do PS, o PCP tem desenvolvido uma acção intensa e permanente pelo reconhecimento dos direitos dos imigrantes residentes em Portugal e por um posicionamento do Estado Português que respeite a dignidade de todos os seres humanos e que seja compatível com as nossas responsabilidades como país de imigração e de emigração.

Esta intervenção traduziu-se num conjunto importante de iniciativas legislativas em diversos domínios: da regularização extraordinária de imigrantes, de alterações à lei de asilo, de eliminação de discriminações no acesso ao emprego, de alteração da legislação sobre estrangeiros, de atribuição de capacidade eleitoral activa e passiva em condições de reciprocidade e com discriminação positiva dos cidadãos da CPLP, de apoio às associações de imigrantes, de simplificação do recenseamento eleitoral, de igualdade no acesso ao desporto e de prevenção da discriminação racial. De tudo isto, não resultou apenas a diferença de uma política alternativa em matéria dos direitos dos estrangeiros. Resultaram também progressos inequívocos, na eliminação de discriminações no acesso ao emprego, na dispensa de intervenção do SEF no recenseamento eleitoral, na discriminação positiva dos cidadãos originários da CPLP em matéria de capacidade eleitoral, na abertura de um processo em curso de apreciação da lei de estrangeiros, na aprovação na generalidade de legislação de apoio às associações de imigrantes, finalmente, na colocação da discriminação racial na ordem do dia da Assembleia da República. Progressos que têm a marca indelével da acção coerente do PCP.

É pois legítima a expectativa de que mais esta iniciativa do PCP se possa traduzir, até ao final desta legislatura, na aprovação de uma lei antidiscriminatória de enorme importância. As manifestações de apoio ao projecto e à iniciativa do PCP vindas de movimentos anti-racistas e de associações representativas dos imigrantes, e o facto do PS, após o anúncio do debate, ter vindo a apresentar um projecto de lei sobre a mesma matéria, revelam a existência de condições políticas reais para a aprovação de uma lei contra a discriminação racial que seja dignificante para o nosso país.



■ Artur Ramísio

A luta Nas empresas corticeiras do Grupo Amorim pelo Caderno Reivindicativo

Américo Amorim já não é só o «rei da cortiça». Os seus negócios alargaram-se, entre outros, a sectores como a Banca, às actividades imobiliárias, à hotelaria. Trata-se, pois, de um poderoso grupo monopolista que, para melhor poder gerir o vasto império, recorreu ao que agora está em moda – a criação de uma «holding».

Em sentido inverso evoluíram os salários e os postos de trabalho, degradando-se de ano para ano os primeiros e diminuindo o número de trabalhadores em 10 por cento em apenas 2 anos. Mas mesmo em relação aos trabalhadores hoje ainda no activo, uma boa parte são contratados a prazo e algumas dezenas são subcontratados a uma outra empresa alugada de mão-de-obra, a «SELECTA», que se sabe ter sede em Lisboa e delegações no Porto e em S. João da Madeira e, ao que parece, também faz parte do Grupo Amorim.

Por outro lado, em contraste com a prosperidade do sector, os trabalhadores corticeiros são dos mais mal pagos a nível nacional. Acresce a isto o facto de, num sector de grande peso de mão-de-obra feminina, haver ainda discriminações salariais em função do sexo e de ser também um sector de risco em termos de doenças profissionais e de graves acidentes de trabalho. Os trabalhadores das empresas do Grupo Amorim não fogem à regra do sector.

Em face desta situação, em Setembro do ano passado, as Comissões Sindicais e de Trabalhadores do Grupo Amorim, reunidas em Plenário, decidiram apresentar à Administração do Grupo um Caderno Reivindicativo, tendo-o entregue no dia 28 do mesmo mês.

Um aumento salarial de 5.000\$00 para todos os trabalhadores, a passagem à situação de efectivos de todos os contratados a prazo e o fim dos contratos de mão-de-obra alugada, a redução do horário de trabalho em 1 hora por ano até às 35 horas semanais, correcções no enquadramento das categorias profissionais e melhorias quanto à medicina preventiva e curativa nos casos de doenças declaradas, são alguns dos 12 pontos do Caderno apresentado. Traduzido em números, o montante das reivindicações, num ano, significa apenas 0,5 por cento do volume de negócios tido pelo conjunto das empresas em causa no ano de 1997.

Passaram dias, semanas, meses... e o Grupo Amorim nem sequer se dignou a acusar a recepção das reivindicações dos seus «colaboradores» (forma agora tão do agrado do patronato para substituir a palavra trabalhadores), talvez na ideia de que a capacidade destes para lutarem por elas seria tão débil que nem valeria a pena dar-lhes resposta.

Em contrapartida apresentaram um plano de férias, com o intuito provável de desviar a atenção dos trabalhadores para a sua discussão, manobra de diversão já usada em ocasiões anteriores, mas que desta vez acabaria por não resultar.

Plenários dos mais participados de sempre em todas as empresas, um abaixo-assinado onde cerca de milhar e meio de trabalhadores, ao mesmo tempo que exigiam negociações, lamentavam

«que a Direcção da «holding» não tenha tido uma atitude que correspondesse a um maior respeito pela dignidade de quem, com o seu esforço e dedicação, torna possível que este grande grupo económico prospere» e concentrações à porta da Administração, foram algumas das persistentes acções que acabariam por obrigar a que alguma resposta tivesse de ser dada.

A resposta dizia o seguinte: «Optaremos por manter a actual estrutura de diálogo, ou seja, manter os interlocutores por empresa, pois não identificamos quaisquer vantagens numa análise de Grupo.» Ou seja: uma resposta hipócrita, pois, anteriormente, em todas as ocasiões que as ORTs de cada uma das empresas do Grupo apresentou qualquer reivindicação, as respectivas Direcções remeteram sempre para a «holding» a responsabilidade da sua negociação. Desta vez, a novidade do conjunto de ORTs apresentarem um único Caderno Reivindicativo, para além de assentar no facto de todas as empresas pertencerem ao mesmo sector e se situarem na mesma área geográfica, teve sobretudo a ver com a forma como o Grupo Amorim anteriormente procurou fugir às negociações com os trabalhadores.

O recurso à greve e o início das negociações

As vias do diálogo tentadas pelos trabalhadores só foram dadas como esgotadas ao final de cinco meses. Vias que apenas tiveram como eco ameaças, diversos actos repressivos e até uma proposta provocatória apresentada numa das empresas do Grupo - Corticeira Amorim, de um «aumento» salarial de 1.375\$00, ainda assim condicionado à aceitação do já falado plano de férias. E os trabalhadores desta empresa decidiram recorrer a formas superiores de luta, com uma greve a 19 de Fevereiro a que aderiram 90 por cento dos 470 trabalhadores.

A primeira reacção pública da Administração foi de

«surpresa total, para depois reagir de acordo com a «tradição» patronal. Primeiro, que a greve teria sido de 70 por cento, reduzindo a sua «avaliação», mais tarde, aos 34 por cento.

O Grupo Amorim estremeceu. Afinal, os trabalhadores ousavam lutar pelos seus direitos e em conjunto com o seu Sindicato traziam a luta para a rua, para a população, para as páginas dos jornais, para os microfones das rádios e ecrãs das televisões. Solidários com eles manifestavam-se os trabalhadores de outras empresas, os Sindicatos de outros sectores e, em particular, a União dos Sindicatos de Aveiro. Solidário desde a primeira hora sempre esteve, igualmente, o PCP.

O Grupo Amorim surpreendeu-se, sobretudo, com a elevada consciência de classe dos que, embora sozinhos nas formas mais avançadas de luta, mantinham nos objectivos desta a satisfação de reivindicações que abrangiam os trabalhadores de todas as empresas do Grupo. Mas, fazendo uso do «quero, posso e mando» característico da classe a que pertence, persistiu na arrogante atitude de não querer negociar.

Adesão de 95 por cento no segundo dia de greve, a 3 de Março! Apesar deste reforçado alarme, a opção ainda voltou a ser a de procurar quebrar a força dos trabalhadores, através do aumento da repressão e da chantagem e até mesmo de provocações directas aos trabalhadores concentrados à porta da empresa. A própria GNR, talvez por infeliz coincidência, o que é um facto é que nunca terá sido vista a passar tantas vezes à porta da fábrica como nesse dia, e até uma humilde caravana onde se fritavam umas bifanas para os grevistas foi obrigada a fechar.

Mas ainda não foi desta que o Grupo Amorim cedeu à razão que assistia aos trabalhadores. Daí que a terceira greve já anunciada para dois dias depois tivesse ido por diante, com uma adesão



pela módica quantia total de 15 contos!

Neste terreno, Américo Amorim está a investir 2 milhõ-

es de contos na construção de uma nova fábrica, o que é bom, visto que a criação de postos de trabalho onde mais estão a fazer falta, além de fazer justiça ao facto de ser no local de origem da matéria-prima, tem um carácter positivo. Contudo, pelo que a vida tem mostrado e por aquilo que mais à frente veremos, não serão razões altruístas as que orientam Américo Amorim, mas antes razões que têm a ver com a obtenção de maior lucro, resultante não só da dádiva de uma área de terreno com aquela dimensão, mas também por ir poupar muitíssimo no transporte da matéria-prima.

reforçada relativamente à anterior. E desta vez sim, o Grupo Amorim aceitou sentar-se à mesa com os trabalhadores para tratar do Caderno Reivindicativo.

Na altura em que se escreve este artigo já ocorreram duas reuniões entre a Administração, representada ao seu mais alto nível, e os representantes dos trabalhadores das várias empresas corticeiras do Grupo. Os resultados ainda não são visíveis, nem sequer sobre a seriedade negocial da entidade patronal, pois ainda nada de concreto foi avançado como resposta às reivindicações.

Mas, atendendo à complexidade do processo e às enormes dificuldades que se tiveram de ultrapassar, ter-se chegado a este patamar, que constitui um considerável avanço na caminhada para chegar aos objectivos pretendidos com o processo reivindicativo, é o resultado da unidade, organização e luta dos trabalhadores, a que não é alheia a acção coerente e determinada dos seus representantes.

Por isso, apesar de parcial, é uma importante vitória. Daí a conclusão que deste exemplo desde já deve ser tirada: vale a pena lutar!

O que é hoje o Grupo Amorim

Continuando a ser Portugal o maior exportador mundial de cortiça, a posse por Américo Amorim das principais fábricas do sector (que se estende a vários países do mundo) e de vastas áreas de montado de sobro, faz com que este mantenha, de forma ultimamente reforçada, o controlo mundial deste mercado que, como o jornal «Expresso», em Dezembro, dizia, «actualmente proporciona lucros de excepção».

Uma boa parte do império Amorim está sediada em Santa Maria da Feira, onde cerca de uma dezena de unidades fabris de transformação de cortiça, só entre 1994 e 1997 e de forma crescente

de ano para ano, atingiram um volume de negócios superior a 126 milhões de contos. Aliás, em algumas revistas que recentemente publicaram listas com as maiores empresas do País, as do Grupo Amorim figuravam nos lugares cimeiros, demonstrando com toda a evidência a enorme riqueza criada por pouco mais de 1500 trabalhadores.

Contribui também para a grandeza deste grupo económico o aproveitamento de determinadas mordomias, como é esta de comprar 15 hectares de terreno, devidamente infra-estruturado e em pleno centro da produção da melhor cortiça do mundo,

O Robin dos ricos

■ José Machado

Se o PS fosse realmente um Partido Socialista e não um partido liberal que assenta a sua política económica e industrial no liberalismo económico, não apresentaria um projecto de lei que visa permitir às empresas arrecadar milhões de contos retirados aos trabalhadores que fazem trabalho nocturno.

No debate com os trabalhadores das Indústrias Eléctricas que vimos desenvolvendo, na preparação da luta nacional de 25-03-99, sobre as implicações do pacote laboral nos direitos dos trabalhadores, temos afirmado que com a redução do período de trabalho nocturno, das actuais 20 horas às 07 horas do dia seguinte para o intervalo entre as 00 e as 05 horas previsto no projecto de lei, as empresas iriam arrecadar milhões de contos retirados aos trabalhadores que fazem trabalho nocturno.

Se esta realidade for projectada para os trabalhadores a nível nacional que prestam trabalho nocturno, e por isso entendendo que era importante que todos os sectores fizessem este levantamento, compreende-se melhor a dimensão dos milhões oferecidos

Se o PS fosse realmente um Partido Socialista, e não um partido liberal, que assenta a sua política económica e industrial no liberalismo económico, não apresentaria um projecto de lei com estas implicações para os trabalhadores portugueses.

Junto dos trabalhadores do sector dos Fabricantes de material Eléctrico e Electrónico e do Grupo EDP, temos divulgado um estudo do Gabinete Técnico da nossa Federação que demonstra as perdas médias mensais daqueles que labutam em horário nocturno, de que apresentamos uma síntese nos quadros seguinte:

São milhares os trabalhadores nesta situação que, sacrificando-se a trabalhar em horário nocturno, com graves prejuízos para a vida familiar, vêem o Governo e o patronato, em conluio, tentarem roubar-lhes milhões de contos que irão reverter para os bolsos dos patrões, talvez para amanhã servirem de financiamento do patronato ao PS nos próximos actos eleitorais de Junho e Outubro de 1999.

Nem o facto de no projecto de lei constar que esta alteração ao período de trabalho nocturno apenas terá eficácia se for negociada e publicada na contratação colectiva sectorial modifica a nossa frontal oposição e denúncia dos objectivos vergonhosos do Governo na apresentação de tal projecto.

Sector dos Fabricantes de Material Eléctrico e Electrónico

Turno Fixo das 17 H. à 01 H.

| Categoria | Grau | Retribuição | Diuturnidades | Perdas mensais |
|--|------|-------------|---------------|----------------|
| Profissional Especializado 2.º escalão | 10/A | 86 005\$ | 0 | 19 848\$ |
| Profissional Especializado 2.º escalão | 10/A | 103 565\$ | 4 | 23 900\$ |
| Profissional Especializado 1.º escalão | 8 | 97 750\$ | 0 | 22 558\$ |
| Profissional Especializado 1.º escalão | 8 | 115 310\$ | 4 | 26 611\$ |

Turno Fixo das 15 H. às 23 H.

| Categoria | Grau | Retribuição | Diuturnidades | Perdas mensais |
|--|------|-------------|---------------|----------------|
| Profissional Especializado 2.º escalão | 10/A | 86 005\$ | 0 | 14 886\$ |
| Profissional Especializado 2.º escalão | 10/A | 103 565\$ | 4 | 17 925\$ |
| Profissional Especializado 1.º escalão | 8 | 97 750\$ | 0 | 16 919\$ |
| Profissional Especializado 1.º escalão | 8 | 115 310\$ | 4 | 19 958\$ |

GRUPO EDP

Regime de 2 turnos com folgas rotativas

| Base Remuneração (20) | Antiguidade (15 anos) | Retribuição (total) | Perdas mensais |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------|
| 17 2000\$ | 23 400\$ | 195 400\$ | 11 867\$ |

Regime de 3 turnos com folgas rotativas

| Base Remuneração (20) | Antiguidade (15 anos) | Retribuição (total) | Perdas mensais |
|-----------------------|-----------------------|---------------------|----------------|
| 172 000\$ | 23 400\$ | 195 400\$ | 11 274\$ |

ao patronato pelo Governo PS. Realmente, justifica-se dizer que surgiu o Robin dos Bosques do final do século, na pessoa do Eng.º António Guterres, amigo dos capitalistas, que retira aos pobres para dar aos ricos, envergonhando assim o seu irmão medieval, que sempre esteve do lado dos pobres.

Este projecto de lei do Governo PS traduz claramente mais um favor ao grande patronato que, organizado na CIP, certamente irá agradecer ao Primeiro-Ministro, apoiando-o nos próximos actos eleitorais, tal como aconteceu nas eleições de Outubro de 1995.

É claro que o Governo PS, quando decidiu politicamente avançar com este projecto de lei, fez contas sobre as suas implicações no prejuízo dos trabalhadores e benefícios do patronato.

O PS, que enche a boca de preocupações com os mais desfavorecidos, onde se supõe incluir os trabalhadores, é um Partido hipócrita, de interesses e não de princípios, fragilizado face aos interesses egoístas e exploradores do grande patronato.

Todos sabemos, por experiência vivida, que Governo, patronato e divisionistas da UGT, de mão dada, se for necessário, tentarão, na Concertação Social, arranjar maneira de ultrapassar esta aparente vantagem de remeter para as convenções colectivas a eficácia da alteração da lei.

Por tudo isto, consideramos que o caminho é o da luta sindical a nível nacional, com greves no dia 25 de Março nas empresas e horas de trabalho, de forma a permitir uma poderosa participação na Acção Nacional de Luta, convocada pela CGTP-IN, que demonstre o repúdio dos trabalhadores portugueses pelo pacote laboral do Governo PS.

Temos de fazer recuar o Governo neste objectivo, deixando claro que para os trabalhadores este Governo não serve, porque governa contra os seus interesses e, por isso, deverá ser fortemente penalizado nos próximos actos eleitorais, em que surge como fundamental um reforço da votação no PCP, como forma de garantir uma mudança real de política.

Recuperar o 8 de Março Por Abril!

■ Odete Santos

O País novo que cantámos há 25 anos era feito de direitos subitamente conquistados.

Para as Mulheres Abril foi a igualdade.

Foi a promessa do fim das discriminações.

Foi o salário igual para trabalho igual.

Foi a afirmação de que no Portugal de Abril caíram os redutos masculinos.

Nenhuma profissão seria jamais proibida às mulheres.

A maternidade deixaria de ser motivo de discriminação.

E é esse filho turbulento - o mês de Abril - que ainda embalamos, enquanto perguntamos:

nestes 25 anos, por onde andaram as vozes das mulheres?

Nas últimas décadas foi-se perdendo o sentido do Dia Internacional da Mulher.

Se ninguém se atreve a dizer publicamente que o Dia da Mãe ou do Pai não deviam existir, porque todos os dias do ano lhe deveriam ser destinados, já o mesmo não se passa com o 8 de Março.

Muitos homens, e até algumas mulheres, aparecem a contestar o Dia Internacional da Mulher.

Mas é um dia que é reconhecido pelas Nações Unidas. Apesar de ser um dia tão pouco ao jeito das "modernidades" de alguns movimentos de mulheres.

Porque o 8 de Março assinala - como o 1.º de Maio para todos os trabalhadores - as lutas pela redução do horário de trabalho, contra o trabalho infantil, por melhores salários, das operárias têxteis de Nova Iorque.

O 8 de Março é a afirmação de que a discriminação da mulher está estreitamente ligada à exploração das mulheres trabalhadoras.

Porque, segundo o poder económico nas mãos dos capitalistas, o seu trabalho é menos produtivo do que o trabalho dos homens. Porque têm os filhos para cuidar. Porque têm os idosos para tratar.

Daí que a verdadeira raiz da discriminação das mulheres seja uma discriminação de classe.



Retrocessos

Nos finais da década de 70 assistimos, e não só em Portugal, a retrocessos na luta das mulheres.

As vozes que clamavam pelo empowerment das mulheres - o Poder para as mulheres - e que se reivindicavam de algumas correntes feministas, esqueceram os reais problemas das mulheres para passarem a exigir a metade dos poderes - a paridade com os homens.

São visíveis, em vários países, os estragos causados pela importação do feminismo norte-americano.

As organizações de mulheres aparecem enfraquecidas nas lutas pelos reais problemas das mulheres.

Sintomática é a fraca mobilização das organizações de mulheres na luta pela despenalização do aborto, em Espanha como aqui.

Significativo o facto de campear as discriminações no acesso ao emprego, por via da maternidade.

Por onde andaram as vozes das mulheres de Abril que não foram suficientemente fortes para contrapor à paridade e às questões de poder a necessidade de construir a igualdade?

Discriminação de género ou discriminação de classe?

Partindo de uma premissa errada, não falta quem considere a discriminação do sexo feminino uma mera discriminação de género.

Por visar todas as pessoas do mesmo sexo. A premissa errada é esta, precisamente: a de que as mulheres são todas discriminadas de igual maneira. Independentemente da classe a que pertencem.

Quando era a própria lei a consagrar a desigualdade das mulheres (como aconteceu no fascismo) também a própria lei soube distinguir na discriminação. Foi no fascismo que se concedeu o direito de voto às mulheres licenciadas e às mulheres que pagassem impostos de determinado montante.

Mas hoje, que temos a igualdade consagrada na lei, será que a discriminação abrange, de igual forma, todo o sexo feminino?

Subsistindo discriminações na família e no trabalho, importa perguntar as razões que levam às mesmas.

Na família, a discriminação existe a partir da sobrecarga da mulher com o 2.º turno. Isto é: com as tarefas caseiras, com as tarefas de apoio à infância e à 3.ª idade. É a mulher, normalmente, quem providencia a alimentação, vestuário e alojamento, pelo bem-estar da família, acumulando tais funções com o desempenho de uma actividade profissional.

O Estado neoliberal, demitindo-se das funções sociais por que deve responsabilizar-se perante todos os cidadãos, demitindo-se de implementar uma rede de infra-estruturas de apoio às famílias, de apoio à infância, à juventude e aos idosos, é ele, esse Estado, que continua a perpetuar as condições para a desigual partilha de tarefas no casal.

Na sua fúria privatizadora, os estados neoliberais deste final de século exigem às mulheres que contribuam com o valor económico do trabalho doméstico, para que a força de trabalho necessária à

criação dos lucros capitalistas se reproduza sem encargos para estes e para o Estado.

Não admira, assim, que surjam, como aconteceu em Portugal, propostas de lei como a do trabalho a tempo parcial, com a qual o poder político acena às mulheres como uma forma de conciliar a vida em família com as actividades profissionais.

Não admira também que, como em Portugal, surjam propostas no sentido de as faltas dadas para assistência aos membros do agregado familiar, embora justificadas, sejam descontadas nas férias.

De uma ou de outra maneira, criam-se as condições para que o trabalho das mulheres continue a ser pior remunerado do que o dos homens. Se os homens portugueses ganham, em média mais 1,3 ou 1,4 do que as mulheres, segundo mostram as estatísticas do INE, então serão normalmente as mulheres a ser contratadas em *part time*, porque a perda do salário será menor. Então a partilha de tarefas nas famílias continuará a ser a mesma no que toca aos encargos com a família, com as crianças, com os idosos. Porque perder-se-á menos dinheiro no orçamento familiar se for a mulher a faltar.

As discriminações na família são, assim, ditadas não por questões biológicas que vocacionem o sexo feminino, especialmente, para as tarefas caseiras, mas pelas exigências ditadas pelo poder económico ao poder político.

É ainda o poder económico que desvaloriza o trabalho feminino, considerando este trabalho menos produtivo dadas as tarefas familiares que recaem sobre a mulher. Porque as mulheres são mães, têm a licença de parto, faltam para cumprir encargos familiares.

Assim, se o traço comum que une todas as mulheres na discriminação de que são vítimas é a maternidade e a desigual repartição de tarefas na família, a verdade é que esse elo, que só aparentemente torna a discriminação da mulher uma discriminação de género, tem as suas raízes na discriminação da mulher enquanto instrumento gerador do lucro dos Capitalistas.

A discriminação da mulher é, assim, uma discriminação de classe, mais ou menos alargada consoante o grau da exploração.

Haverá sempre, no sexo feminino, as menos discriminadas. As que perpetuam o próprio sistema económico que discrimina a Mulher.

Essas não são irmãs das Mulheres de Abril, aquelas de quem Maria Teresa Horta diz:

O Povo somos Mulheres do meu País.

As ideologias não terminaram!

A reivindicação da Paridade nos órgãos de Poder, ou de quotas como as que eram propostas pelo Governo para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu, sob a capa de uma aparente modernidade, assentava numa ideia velha e revelha contra a qual todas nós lutámos.

A ideia de que as mulheres apenas por questões biológicas, pelo facto de terem nascido mulheres, tinham direito a um tratamento especial.

A paridade e as quotas têm atrás de si a ideia do direito à diferença de uma parte da humanidade. O direito à diferença resultante de características biológicas.

Com base neste direito à diferença, justificou-se nos Estados Unidos a segregação dos negros.

Com base no direito à diferença, vedaram-nos profissões que se consideravam tipicamente masculinas (como a Magistratura).

Com base num alegado direito à diferença, enfraqueceram as vozes das mulheres exploradas que são seres solidários com todos os oprimidos. É que nessa solidariedade conhecem avanços nas lutas.

A ideologia da discriminação meramente sexista cumpre o objectivo de, por outra forma, nos tentarem convencer de que as ideologias acabaram. De que já não há classes.

De que a discriminação do sexo feminino é meramente uma discriminação de género.

Pelo direito à igualdade! Por Abril!

Quando conhecemos as queixas de organizações de mulheres de países como a Finlândia, apercebemo-nos de que a paridade é um engodo. Um faz-que-anda-mas-não-anda. A Finlândia tem uma elevada percentagem de mulheres nos órgãos de poder político.

E, no entanto, só 3% de mulheres chegam a cargos de direcção nos locais de trabalho. O salário das mulheres é apenas 75% do salário dos homens. A crise económica abateu-se sobretudo sobre as mulheres, como aconteceu nos outros países nórdicos, todos eles com elevadas taxas de participação das mulheres nos órgãos de poder.

O caminho da luta não passa, afinal, pela paridade ou pelas quotas.

Na construção da igualdade a mulher luta contra o neoliberalismo. Contra o poder político demissionista e subserviente ao poder económico. Contra o Poder económico neoliberal.

É e nessa luta que as Mulheres discriminadas se encontram com os seus iguais. Todos os que são vítimas de exploração.

E assim, se cumprirá Abril!



A demissão da Comissão Europeia e as piruetas políticas

■ Honório Novo

Em Dezembro de 98, o PE analisa de novo a gestão orçamental de 96 e volta a recusá-la. Exerce a sua competência fiscalizadora e exige à Comissão Europeia (CE) as informações e explicações a que se tem furtado, e que permitam a análise plena daquela gestão orçamental. A rejeição das contas de 96 constitui, simultaneamente, uma profunda crítica à CE por graves acusações de clientelismo, fraude e corrupção, as quais já haviam levado o Tribunal de Contas da UE a idêntica recusa.

O Grupo Socialista vota a favor das contas da Comissão e os seus deputados portugueses anunciaram fazê-lo para evitar a "abertura de uma crise que não contribuiria para o aparecimento do euro nas melhores condições", e por considerarem que a Agenda 2000 proposta pela Comissão era "uma base aceitável, designadamente para os pequenos países e os países do Sul". Lamentam, ainda, "a insensatez dos portugueses que colaboraram numa manobra de verdadeira censura política à Comissão", visando o voto do PCP contra, já que os deputados do PSD se haviam absterido...

O PSD afirma (talvez em nome da AD) ser contra "o enfraquecimento da Comissão", e do interesse de Portugal "evitar um clima de instabilidade política e institucional no momento em que se discute a Agenda 2000".

O PCP considera a Comissão "ainda mais fragilizada e incapaz de enfrentar os importantes assuntos da agenda europeia", pelo que estima "indispensável e urgente iniciar o processo tendente à constituição de um novo Colégio". Acrescenta que os restantes partidos "não só se

afirmaram coniventes com situações de clientelismo e corrupção" como renovaram a confiança política numa CE "que sistematicamente tem adoptado posições contrárias aos interesses nacionais".

Os resultados da Comissão de Inquérito e as reacções

Horas antes de divulgadas as conclusões da Comissão de Inquérito, o Secretário de Estado Seixas da Costa, defende que a

Os responsáveis do governo, e do PS e do PSD, que ensaiaram a manutenção da Comissão, não revelaram apenas conivência com a corrupção. Confirmaram igualmente uma certa cultura política.

O "hábito faz o monge" e, para estes partidos, o que tem sido habitual é que as conclusões de inquéritos tenham em Portugal como destino "...o caixote do lixo". Isto é, mesmo que as suas conclusões apontem para responsabilidades inequívocas, ninguém se demite nem é demitido. Veja-se o que ainda recentemente sucedeu com o caso Optimus, vamos ver o que irá acontecer com outros casos hoje muito falados, seja o da JAE, da Universidade Moderna ou do serviço de informações militares.

Como em Portugal impuseram esta prática, julgaram "normal" que o mesmo iria acontecer com o inquérito à Comissão Europeia. Daí desvalorizarem as conclusões, terem tentado criar na opinião pública a ideia de que nada de grave existia para que quem advogasse a demissão, ou uma nova moção de censura, fosse apodado de desestabilizador e antieuropeísta...

Só que não estavam a falar sozinhos e existem outras culturas de rigor e de responsabilização política. Sem falar de outras motivações menos claras.

Esta tentativa de branqueamento revela igualmente uma enorme falta de sensibilidade e uma incapacidade de previsão política daqueles partidos, perante o que podia ser decidido em poucas horas. Existia o cenário da demissão da Comissão, por decisão própria, ou pela apresentação de uma nova moção de censura.

Esta ainda lhes permitia insistir na não gravidade das conclusões, sustentar um eventual voto negativo, e fazer de novo a apologia da "estabilidade". Mas os resultados da moção de censura de Janeiro e o acentuar das responsabilidades colectivas da Comissão, apontavam para um aumento dos que votariam agora a censura. Nada disto foram estes partidos capazes de prever, o que, confirmando incapacidades, revela também níveis de informação (até dentro dos seus partidos... europeus) mais que insuficientes para avaliar a situação.

E quanto ao futuro?

Inadmissível foi também a tese enunciada por Guterres e Marcelo para a saída desta "crise".

Ambos defenderam que esta Comissão se mantivesse em gestão até

ser nomeada uma outra, depois das eleições para o PE, em Janeiro de 2000. Ou seja, a demissão da CE deveria ser entendida como um "mero número folclórico" sem consequências funcionais, os comissários deveriam continuar a exercer os seus cargos, incluindo Deus Pinheiro - com ainda menor controlo democrático por estarem demissionários - durante mais nove meses. Um "mimo" de transparência democrática!..

Responsáveis de outros países e do PE pronunciaram-se entretanto pela nomeação de um novo Presidente, já no Conselho Europeu dos próximos dias 24 e 25 deste mês. Perante uma "onda" diferente, os responsáveis do governo português corrigem, de novo tardiamente, a "mira" e passam a incluir nos seus cenários também esta possibilidade. Não "acertam" uma...

O PCP desde logo defendeu o início urgente do processo de nomeação de um novo Presidente da Comissão para reconstituir uma instituição com capacidade política renovada. Com diferentes formas de procedimento, mais e melhor controlo, funcionamento mais aberto e transparente. E, fundamental, que tenha como base a modificação essencial de orientações políticas, abandonando a exclusividade do monetário e do financeiro e privilegiando a coesão e os aspectos sociais e do emprego. Não em palavras mas em actos.

Há quem fale numa Comissão mais forte. Mas o que está em causa não é a sua "fortaleza" mas os caminhos que percorre. E este não pode ser caminho único até cair de novo...



Antes desta votação, a CE exercera uma verdadeira chantagem considerando que se as suas contas não fossem aprovadas, o PE deveria ser "consequente" e apresentar uma moção de censura à Comissão...

O Grupo Socialista aceita o "repto" e, na inexistência da figura de moção de confiança, apresenta uma moção de censura à Comissão **anunciando desde logo que votaria contra ela**. Esperava a recusa massiva da moção de censura e, através dela, a renovação da confiança política na CE

Em Janeiro de 99 crescem as provas de favoritismo e de fraudes na Comissão. O cerco aperta, a relação de forças transforma-se.

O Grupo Socialista procura uma saída para renovar a confiança política na CE. Dá-se por satisfeito com a designação de uma comissão de inquérito independente e, acto contínuo, retira a moção de censura. Só que havia já uma outra que considerava haver suficientes provas que aconselhavam a demissão da CE. Os resultados da votação desta são "históricos": 232 votos a favor, 293 contra, 27 abstenções. Com votos favoráveis do PCP e contra de todos os restantes partidos portugueses...

Curiosas são as declarações então proferidas por estes partidos.

O PS repete-se, anunciando o "fim a uma crise institucional que ameaçava a vitalidade e eficácia da CE", e considera haver "defendido os interesses de Portugal e da Europa que em nada beneficiariam com a queda da Comissão".

CE deveria manter-se para bem dos interesses dos países menos poderosos da UE nas negociações da Agenda 2000...

Conhecidas as demolidoras conclusões do inquérito, que, no entanto, nada acrescentaram de factual ao que já era conhecido, o PS e o PSD defendem logo "que o conteúdo do relatório não justifica a destituição automática dos vinte comissários europeus"...

Enquanto o PS detecta no documento "uma certa ambiguidade", valoriza "a estabilidade da vida política europeia" e "não deseja o fim desta Comissão"..., o PSD afirma "não haver nenhuma matéria" no relatório que justifique "uma censura global à Comissão"...

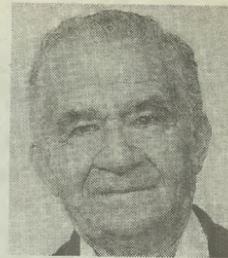
Por seu lado, em Lisboa, durante uma reunião do "movimento europeu", Guterres, tendo a seu lado o primeiro candidato da lista do PS ao PE, pronuncia-se no mesmo sentido...

O PCP vê confirmadas as razões pelas quais "tinha votado a moção de censura", pelo que considera que "a Comissão estava politicamente morta", defende a "demissão em bloco da CE", e disponibiliza-se para, caso tal se não verifique, vir a "apoiar uma nova moção de censura".

No final do mesmo dia, o inevitável acontece. A Comissão demite-se.

O golpe de rins das declarações dos responsáveis dos partidos que, em Janeiro, haviam votado contra a moção de censura e que, horas antes, nada viam de grave nas conclusões do inquérito e se esforçavam por manter a Comissão, seria inacreditável se não estivessem documentadas.

Do ataque à cidadela cubana à mitificação dos «dissidentes»



■ Miguel
Urbano Rodrigues

De repente, as cadeias de televisão e a chamada grande imprensa da Europa, dos EUA e da América Latina desencadearam uma poderosa ofensiva contra Cuba e a sua Revolução. Há muitos anos que não se assistia a uma campanha similar.

O pretexto invocado para esse bombardeamento mediático contra a Ilha, as suas instituições e os dirigentes do Partido e do Estado é o julgamento de quatro *dissidentes*.

Recentes alterações ao Código Penal cubano que agravaram as penas que atingem terroristas, narcotraficantes, proxenetas e outros delinquentes são utilizadas como tempero e complemento nessa estranha campanha.

Curiosamente, meses atrás, os jornalistas e escritores que nestas semanas manifestam a sua solidariedade aos quatro réus de Havana não tinham sequer - com raríssimas excepções - conhecimento da existência dos seus novos heróis.

Por que passou, então, esse grupo de *dissidentes* do anonimato ao estrelato? O alarido dos *media* não pode tapar a realidade. Os quatro falsos heróis da democracia cumprem na campanha em curso uma função meramente instrumental. Não são, nunca foram

«presos de consciência». Em Cuba não há delitos de consciência. Ninguém é perseguido pelas suas ideias.

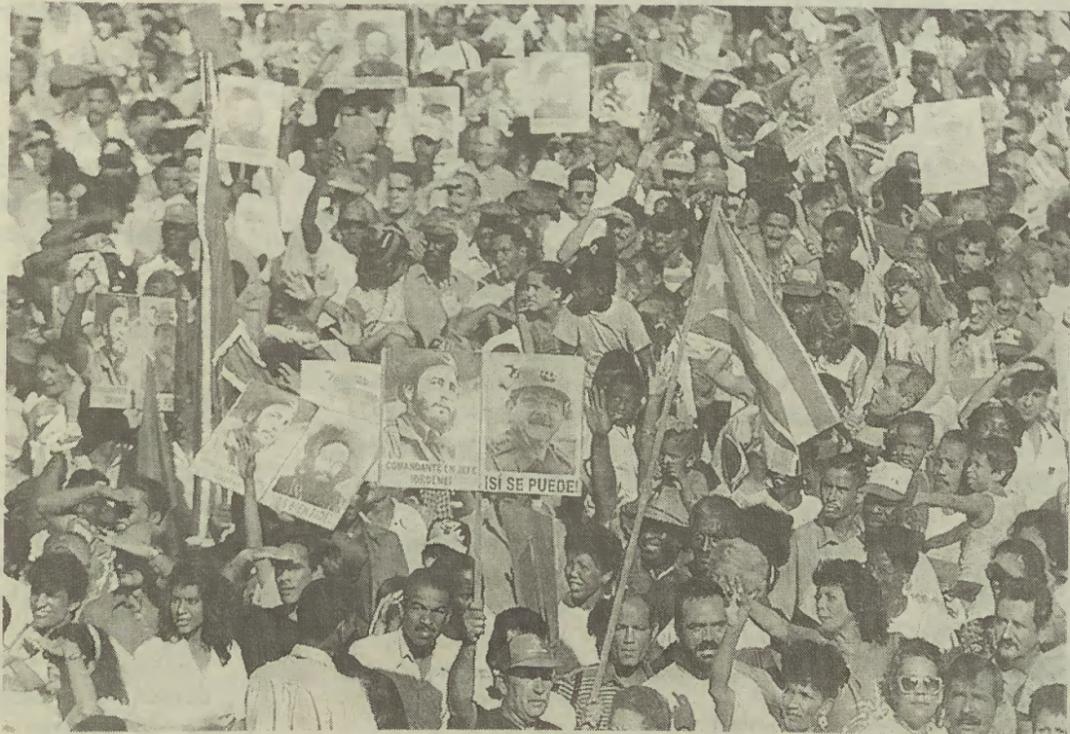
Esta campanha anticubana que dá a volta ao mundo foi concebida em Washington e o seu desenvolvimento cuidadosamente planeado.

Os êxitos alcançados por Cuba em 1998 na frente diplomática foram tantos e de tal magnitude que a Casa Branca e o Departamento de Estado sentiram a necessidade de contra-atacar. Vale a pena recordar as condenações do bloqueio na Assembleia Geral da ONU, a derrota da projecto anticubano na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra, a visita do Papa à Ilha e o conteúdo dos seus apelos, e sobretudo o papel de Cuba na dinamização do combate mundial à globalização capitalista. Nos próprios EUA os clamores contra o bloqueio começavam a incomodar a Casa Branca, num momento em que a solidariedade cubana com os países do Caribe devastados pelos últimos furacões contribuía para aumentar o prestígio da Revolução Cubana na América Latina.

Washington elaborou uma estratégia ofensiva ambiciosa. Um dos seus objectivos é esvaziar de significado e desacreditar a próxima Cimeira Ibero-Americana. Os EUA fizeram tudo o que estava a seu alcance para impedir que a sede dessa Conferência fosse Havana. Mas não conseguiram o que pretendiam. No Porto, foi confirmada por unanimidade a decisão tomada na reunião da Ilha Margarita. Os chefes de Estado e de governo da América Latina, de Portugal e Espanha não somente vão reencontrar-se em Novembro de 99 na capital cubana como aprovaram a Agenda proposta por Fidel Castro. Ora esse tema - os riscos de uma crise económica mundial e as suas consequências na América Latina - incomoda muito os EUA, cujo governo teme o protagonismo de Cuba na denúncia das responsabilidades norte-americanas na imposição das políticas irracionais do neoliberalismo ortodoxo. No início do Ano 2000, economistas de todo o mundo voltarão a Havana para aqui debaterem a problemática da globalização. Para a Administração Clinton é importante, nas vésperas de um ano eleitoral, tentar impedir que a Revolução Cubana, em vez de se desgastar, se fortaleça e assuma um papel de liderança no combate ao neoliberalismo.

Manobras de pressão

Não é segredo - embora as televisões e os grandes jornais se abstenham de abordar o assunto - que o Departamento de Estado já iniciou manobras de pressão e mesmo de chantagem junto de governos latino-americanos com o objectivo de evitar que alguns



chefes de Estado compareçam na Cimeira de Havana. Para que tal jogo produzisse um mínimo de efeito, a sr.^a Albright e os seus assessores precisavam, porém, de um *assunto* que pudesse funcionar como pretexto de uma campanha de desinformação e de calúnias dirigida contra Cuba.

O julgamento dos quatro *dissidentes* pareceu adequado como tema susceptível de oferecer a alguns presidentes argumentos para justificarem a sua não comparência na Cimeira. Trata-se, portanto, de fazer do julgamento de Havana um folhetim sobre os horrores de um Estado totalitário, uma ditadura comunista que desrespeita os direitos do homem.

Mas, tal como costuma ocorrer com as montagens em que o dedo da CIA aparece, a campanha está cheia de buracos que deixo iluminar o ventre da conspiração da mentira.

Os artigos, análises e programas sobre os réus de Havana insistem muito na sua qualidade humana e intelectual e no suposto prestígio social de que gozariam. Ora estamos perante uma mentira grosseira. Qualquer turista que desembarque em Cuba logo verificará, se a tal trabalho se der, que três dos *dissidentes* - Martha Beatriz Roque, Felix Carcases, e René de Jesus Gomez - são pessoas totalmente desconhecidas da opinião pública. Quanto ao quarto, Vladimiro Roca, a sua notoriedade relativa resulta apenas de ser filho de um patriota respeitado cujo nome não soube honrar. Talento ninguém lho atribui. Um amigo meu que o conheceu definiu-o como aprendiz de jornalista sem vocação nem imaginação, preguiçoso.

No tocante a valores humanos e éticos, a biografia dos quatro é esclarecedora.

Nos últimos anos, nenhum dos inocentes «presos de consciência» viveu de um salário ligado ao exercício de uma profissão. Mas, surpreendentemente, todos exibiam um padrão de vida próprio de gente abastada, incompatível com as carências do período especial. Um deles tem quatro casas. De onde lhes vinha o dinheiro?

Documentos tornados públicos durante o julgamento dissipam dúvidas sobre a fonte de tanta fartura. O dinheiro vinha nuns casos de quadros da CIA, através de intermediários, noutros da pior escória de Miami, ligada à Fundação Cubano-Americana de Mas Canosa. Colaborador da chamada Rádio Martí, montada e financiada pelo Governo Federal dos EUA com o objectivo de hostilizar a Revolução Cubana, Vladimiro Roca apoiou e assinou apelos que incitam à prática do terrorismo. Tornou-se um companheiro de confiança aos olhos dos dirigentes de organizações terroristas ao defender a internacionalização do bloqueio e lançar advertências ameaçadoras a empresas estrangeiras que investem em Cuba. Durante o primeiro semestre de 1997, a Rádio Martí transmitiu 71 vezes declarações suas gravadas. Beatriz falou 24

vezes à mesma emissora, René Gomes 13 e Bonne Carcases 12.

A declaração «patriótica»

Numa declaração subscrita pelos quatro, amplamente difundida pelas organizações terroristas, esses cavaleiros da democracia condenaram o assalto a Moncada, qualificando-o como «um dia lutuoso e fratricida» da história cubana. O desembarque do «Granma» e a epopeia da Sierra Maestra surgem também aos olhos dos quatro *dissidentes* como acontecimentos deploráveis. Estigmatizam-nos em documentos que firmaram. As ligações conspirativas que mantiveram durante anos com cabecilhas de grupos terroristas controladas pela CIA, como os *Jovenes de la Estrella* - organizadora de atentados e crimes em que morreram muitos cubanos - e os *Hermanos al Resgate*, não eram apenas de natureza sentimental e de raiz ideológica. Roca e os seus três companheiros eram generosamente

pagos pelas actividades contra-revolucionárias que desenvolviam no interior do país. Tudo isso ficou claro e provado no julgamento que tamanha indignação levantou de Nova Iorque a Paris, de Madrid a Bruxelas. Roca e seus comparsas foram durante anos directamente ou indirectamente autênticos *empregados* do governo norte-americano. Recebiam dinheiro para cumprir tarefas que em qualquer país são punidas por configurarem o crime de traição à pátria. A prática de actos de espionagem menos graves do que os seus implica nos EUA a aplicação de pesadas penas.

Entretanto, os mesmos *media* que fizeram dessa Audiência um acontecimento mundial erigindo em mártires da democracia quatro aventureiros contra-revolucionários prestaram atenção mínima ao julgamento do terrorista salvadorenho que em 1997, pago por gente da Fundação Cubano-Americana de Miami, colocou em hotéis e restaurantes de Havana engenhos explosivos que mataram um turista e feriram outras pessoas. O tema foi considerado desinteressante.

Desmascarar os EUA

Organizações de direita norte-americanas ligadas à defesa dos direitos humanos já principiaram a protestar contra a severidade da sentença pedida pelo Procurador da República para esse terrorista, mas não consta que se mobilizem para exigir a libertação dos 15 patriotas porto-riquenhos que por se baterem pela independência da sua pátria cumprem em presídios dos EUA penas que, somadas, representam séculos de prisão. Os bombardeamentos do Iraque também não ferem a sensibilidade de tais organizações. Desmascarar esta gigantesca e farsaica campanha contra Cuba e a sua Revolução tornou-se uma exigência ética e política. Para atingirem um objectivo estratégico inconfessável - a sabotagem da Cimeira de Havana -, os EUA mais uma vez recorrem a métodos inaceitáveis num Estado que se apresenta como o guardião de valores e princípios da democracia.

Nunca é excessivo lembrar que a Revolução Cubana é imperfeitíssima e tem consciência dos seus múltiplos erros, de graves mazelas e insuficiências. A verificação dessa evidência não deve impedir o reconhecimento de que a resistência do povo cubano ao cerco e acosso imperialistas configura um acontecimento de extraordinário significado para a humanidade.

Numa época de medos difusos, de apatia, de sacralização do dinheiro, na qual uma potência hegemónica no seu relacionamento com o mundo desenvolve uma política assente no assalto à razão e no culto da irracionalidade, Cuba tem feito no seu combate mais do que o suficiente para merecer o respeito e a solidariedade dos homens e mulheres que amam a liberdade. Acusada de a ignorar e violar, esta Ilha emerge, afinal, como a Cidadela que tenta preservar valores eternos da condição humana ameaçados pela barbárie norte-americana.

A cassandra americana

No Jornal da Noite da RTP2, na passada segunda-feira, o inevitável Nuno Rogeiro foi mais uma vez convidado a expender as suas opiniões, agora sobre o ultimato com que a NATO anda a «dar oportunidade» à Jugoslávia (ou o que resta dela) para «negociar» o Kosovo. Obviamente que Nuno Rogeiro não se fez rogado. O homem tem opiniões acerca de tudo, quer se fale dos interesses dos EUA (a sua especialidade e paixão irreprimível), se discuta a teoria quântica ou se analise a migração das tartarugas. Desta vez, a douda personagem tinha por parceiro de comentário, nem mais nem menos, que o embaixador da Jugoslávia em Portugal, o que lhe tornou a dissertação particularmente constrangedora. Afivelando, como sempre, a máscara do *enfant terrible* que está ali displicentemente para iluminar o pagode, Rogeiro não hesitou em «explicar» ao embaixador a história do seu próprio país, numa exibição de ignorância só comparável à que, concomitantemente, fez no capítulo da insolência mais

PONTOS CARDEAIS

grotesca. E apesar de o embaixador, com estômago de diplomata, lhe ter metido na ordem os delírios geopolíticos ao explicar-lhe com meridiana clareza que, à luz de todo o direito internacional, as minorias étnicas em qualquer país, ainda que localizadamente maioritárias, não podem atentar contra a integridade territorial e a unidade do Estado que historicamente as acolheu, o «estratego» Rogeiro não apenas ignorou tudo o que ouviu, como passou à ameaça por interpostos norte-americanos, chegando à arrogância de advertir o embaixador de que «era melhor os sérvios e o sr. Milosevic aceitarem esta oportunidade» porque, caso contrário, não apenas serão bombardeados pela NATO como verão os seus adversários albaneses «serem armados pelos EUA», que têm uma «visão mais militarista destas coisas!» O Hitler também raciocinou assim em relação a esta trágica zona dos Balcãs e o resultado foi a tragédia que toda a gente sabe. Pelos vistos toda a gente

menos o Rogeiro, nas suas imperiais demências de cassandra americana...

«Rumores»

É sabido que o jogo nas bolsas de valores assenta bastante nos chamados «rumores». Também se sabe que o «rumor» da gíria bolsista não passa do reles boato que, a coberto do anonimato e do «diz que diz-se», tantos malefícios e devastações pode causar. Vem isto a propósito de uns «rumores» que, esta semana, reanimaram a Bolsa de Valores de Lisboa, conseguindo o prodígio de gerar uma «alta» de negócios ao arripio das «baixas» ocorridas na generalidade das bolsas europeias, perante as quais, recorde-se, a portuguesa faz figura de uma criança no meio de uma competição de *rugby* povoada de calmeirões. E o que aconteceu? Segundo o *Diário de Notícias*, «bons resultados, rumores de novas fusões nas telecomunicações e as perspectivas da descida dos juros na Europa e no Brasil explicam o entusiasmo do

mercado, que aproveita os preços de saldo das acções», informação antecedida numa outra a afirmar que «bancos e telecomunicações puxaram ontem pela bolsa». Ou seja: uns boatos (perdão, «rumores») encheram o olho e acenderam a gula dos investidores, fazendo com que acções de bancos e telecomunicações que se encontravam numa derrapagem acelerada se transformassem, instantaneamente, em negócio promissor! Por isso não foram, propriamente, «os bancos e telecomunicações» que «puxaram pela bolsa», mas os «rumores» que davam como boa a compra das degradadas acções desses «bancos e telecomunicações»... Quando os «rumores» se dissiparem, a poeira assentar e estas valorizações artificiais sofrerem a inevitável erosão (ou a punhalada nas costas numa especulação externa), quem há-de ficar a arder serão os milhares de pequenos investidores que foram atrás de «rumores». Quanto a quem os lançou (e que nunca será descoberto, evidentemente...), corre o rumor de que já tem mais alguns «rumores» prontos a encaminhar o pagode para novos «investimentos»...

PONTOS NATURAIS

■ Mário Castrim

Do meu diário

José Saramago

Porque os sapatos de ouro frontalmente recusaste. Porque acenaste adeus às nuvens e porque disseste aos céus que não. Porque seguiste para a frente

de frente. Porque nunca falseaste as palavras. Porque viste o futuro com os teus próprios dedos. Porque não te exilou. Porque uma flor na haste

escolheu os teus olhos. Porque o dia continuaste merecendo. Porque não em leilão te puseste. Porque em vão nem sequer assististe à freguesia.

Por isso, quando passas, entre o fogo dormidas forças "panzer" se erguem logo.

Sofia

Está muito preocupada e o caso não é para menos: a filha adoceceu. Sofia põe-lhe a mão na testa para lhe ver a febre que é muita. Vai buscar-lhe o xarope. Encosta-a na almofada vã, vã, sossega a mãezinha está aqui.

Sofia. Sofredora e só Sofia, mãe solteira.

(Enfim, com cinco anos até é natural.)

Palradores

Palavras. As palavras. As palavras esvoaçam à minha volta. Tontas. Na Rádio, na TV e nos jornais. Palavras. Borboletas espetadas no álbum.

Palavras. Os cactos dos grandes desertos.

(Na mesa posta, inúmeros pratinhos servem aperitivos aos muitos convidados do silêncio)

Palavras a face escondida da Lua.

A razão, as flores

Acudam. Acudam que estão querendo matar as flores!

Acudam, camaradas, acudam que estão querendo colocar as flores fora da lei.

O medo conduz de novo os tanques pelas estradas para mostrar às flores que já não têm futuro.

Acudam, camaradas. Estão querendo tirar-nos a razão das nossas feridas.

XADREZ

DCC - 25 DE MARÇO DE 1999

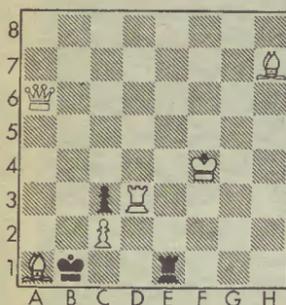
PROPOSIÇÃO N.º 1999X11

Por: Werner Speckmann

2.º Prémio «Die Schwalbe» - 1954

Pr.: [3]: Pç3 - T61 - Rb1

Br.: [6]: Pç2 - Bs. al. h7 - Td3 - Da6 - Rf4



Mate em 3 [três] lances

SOLUÇÃO DO N.º 1999X11 [W.S.]

1. Td8!, Tg1; 2. Db6+, -; 3. Dg1 / Ta8 #

1.... Th1; 2. Db7+, -; 3. Dh1 / Ta8 #

Ensaio: 1. Td4?, Tg1!; 2. Db6+, Rç1!; 1. Td5?, Th1!; 2. Db7+, Rç1!; 1. Td6?, Tg1!;

2. Db6+, R:a1!; 1. Td7? Th1; 2. Db7+, R:a1!

A. de M. M.

DAMAS

DCC - 25 DE MARÇO DE 1999

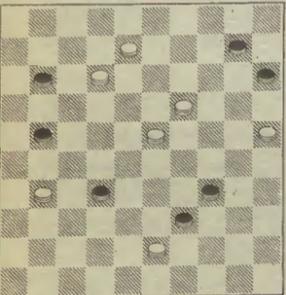
PROPOSIÇÃO N.º 1999D11

Por: A. Kovrijkine [URSS]

«L'Effort n.º 78», F., V / VI.1961

Pr.: [3]: 10-11-15-21-32-34-39

Br.: [7]: 8-12-19-23-25-31-43



Branças jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 1999D11 [A.K.]

1. 19-14! (10X28); 2. 25-20. (39X48=D);

3. 8-2=D. (48X26);

4. 2X25, (26X3); 5. 25-39. (15X24); 6. 39X3+

4.... (26X3); 5. 20-14. (3X20); 6. 25X32+

4.... (15X24); 5. 25-3. (26X8); 6. 3X20+

2.... (15X24); 3. 8-2=D. (39X48=D);

4. 2X8. (48X26); 5. 8-3. (26X8); 6. 3X33+

3.... (15X24); 4. 2X8. (48X26); 5. 8-3. (26X8);

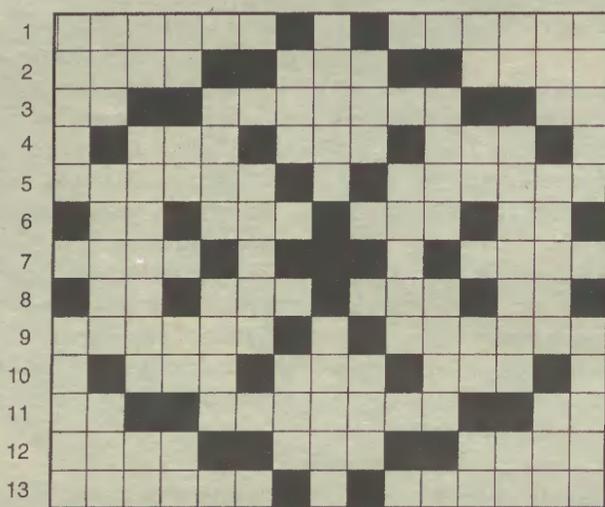
3.... (15X24); 4. 2X8. (48X26); 5. 8-3. (26X8);

6. 3X33+

A. de M. M.

PALAVRAS CRUZADAS

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



HORIZONTAIS: 1 - Distráido (bras.); membro de agremiações literárias denominadas Arcádias. 2 - Abastado; acusado; diz-se de toda a curva fechada e alongada. 3 - Artigo antigo; matéria corante amarela extraída do fruto da arequeira; Rádio (s.q.). 4 - Compareciam; nome da décima sétima letra do alfabeto grego (pl.); ninho. 5 - Insecto que rói a madeira (pl.); compromete seriamente (fig.). 6 - Actínio (s.q.); satélite da Terra; ave corredora; Cálcio (s.q.). 7 - Trajam; selo antigo com uma bola de metal pendente. 8 - Comparecer; análogo; conjunto de duas pessoas; espécie de escumilha. 9 - Aéreos; que tem soro. 10 - Enfermidade; fluido aeriforme; o m. q. lírio. 11 - Gálio (s.q.); ajuzado (fig.); cânhamo de Manila. 12 - Seguimento de coisas; esmaga; ilha com forma anelar originada pela acumulação e consolidação de recifes de coral, encerrando uma lagoa que comunica com o mar, típica dos mares quentes. 13 - Grande barraca, coberta de palmas secas para habitação dos indígenas da América; conjunto de vereadores.

VERTICAIS: 1 - Cobrir com areia; dinheiro (ant.). 2 - Infame; lugar aprazível (fig.); dama de companhia. 3 - Partícula afirmativa do dialecto provençal; engodaram; Tálcio (s.q.). 4 - Àquele; antes de Cristo (abrev.); concede gratuitamente; o sono infantil. 5 - Condutor de palanquim, na Índia; espécie de turques de madeira, usada pelos pentecostais. 6 - Instrumento que serve para marcar ângulos no terreno (pl.). 7 - Rapar o sal na salina e juntá-lo com o rodo; aguardente de cereais. 8 - Patos (reg.); pequena inchação na cabeça ou testa, produzida por pancada (pl.). 9 - Interj. de dor (pl.); passa para fora. 10 - Agastas-te sem dizer o motivo. 11 - Espécie de antílope originário da América do Sul; cilindro. 12 - Cobalto (s.q.); dirigia-se (fig.); graceja; antemeridiano (abrev.). 13 - Avenida (abrev.); beijos; Tântalo (s.q.). 14 - Doar; experiências (fig.); maior. 15 - Agarrada com as gavinhas; comeve (fig.).

SOLUÇÃO:

HORIZONTAIS: 1 - Avoador; arcade. 2 - Ricos; réu; oval. 3 - El; arecinha; Ra. 4 - lam; rós; nio. 5 - Roscas; anassa. 6 - Ac; Luat; emta; Ca. 7 - Usant; buia. 8 - Ir; tel; part; lo. 9 - Asados; soro. 10 - Mat; gás; lis. 11 - Ga; cat; aliado; má. 12 - Elio; mti; atol. 13 - Maloca; cômara. 14 - Areat; argem. 15 - Vil; odst; aia. 3 - Oc; icarant; T. 4 - Aoy; A. C.; dá; od. 5 - Amal; tola. 6 - Sulas. 7 - Rer; gim. 8 - Recos; galos. 9 - Uis; sã. 10 - Amus. 11 - Aita; rolo. 12 - Co; ia; ri; a. m. 13 - Av; óculos; Ta. 14 - Dar; calos; mor. 15 - Elada; abala.

A. de M. M.

AGENDA

1999
**Força
PCP!**

A Esquerda
que faz a diferença

PCP

JORNADA NACIONAL DE RECOLHA DE FUNDOS

— ACÇÕES PÚBLICAS
DE RECOLHA —
SANTARÉM

Sexta-feira às 17h - no Centro
da Cidade (zona pedonal)

ENTRONCAMENTO

Sábado às 9h - no Mercado

VALONGO

Sábado às 10h - Bancas de rua
nas Feiras do Campo e de Valongo

PORTO

Sexta-feira - Banca em Sampaio
Bruno

Sábado - Porta a porta em
Ramalde, Paranhos, Campanhã

VILA NOVA DE GAIA

Sexta-feira - Banca
na Av. da República

GONDOMAR

Sábado - Porta a porta no Bairro
mineiro de S. Pedro da Cova
e no Lugar de Santa Ovaia
em Fânzeres

SACAVÉM

Sábado, 27, às 15h,
na Sede do Sacavenense
Acção sociocultural, educação
e património

- forum promovido pela
Com. de Freguesia do PCP
com a participação de Paulo

Piteira, Paulo Sucena,
Morais e Castro, José João,
Óscar Esteves

CANEÇAS

Hoje, dia 25, às 21h30,
no Mercado Velho

AUGI - Áreas Urbanas de Génesis
Illegal

- debate público sobre as alterações
à Lei recentemente propostas
pelo PCP, com o deputado António
Filipe e o presidente da JF de
Caneças, Armando Fernandes

SOBRAL DE MONTE AGRAÇO

Sábado, 27, às 15h,
no Auditório Municipal

Encontro CDU dos concelhos
de Alenquer, Arruda dos Vinhos,
Azambuja, Cadaval, Lourinhã,
Mafra, Sobral de Monte Agraço
e Torres Vedras

Com a participação de Carlos
Chaparro e António Bogalho

SILVES

Sexta, 26, às 21h30, no CT do PCP
Encontro concelhio
de eleitos e activistas da CDU

«Ara: as explosões que abalaram o fascismo»

Debate sobre o livro de Jaime Serra
Hoje, 25 de Março, 21h no Vitória -
Espaço Cultural

Com Jaime Serra, António Ventura,
Carlos Coutinho

78.º Aniversário do PCP

- **Alvão** - Convívio no Centro de Trabalho, com a presença de José Soeiro: Sábado, 27 às 16h
- **Baixa da Banheira** - Almoço-convívio nos Alentejanos, com Francisco Lopes e Ilda Figueiredo: Domingo, 28 às 13h
- **Benavente** - Jantar-convívio no Restaurante Miradouro, com Octávio Teixeira: Sexta-feira, 26 às 20
- **Couço** - Almoço-convívio no Centro de Trabalho, com Aurélio Santos: Sábado, 27 às 13h
- **Lisboa** - Jantar-convívio no Centro de Trabalho da Av. Duque de Loulé, promovido pelo Sector de Empresas de Lisboa: Sexta, 26, às 20h
- **Sarilhos Grandes** - Almoço no Centro de Trabalho, com Jorge Pires: Domingo, 28 às 13h
- **Setúbal** - Jantar-convívio no Restaurante O Quintal, com Jorge Pires: Sexta-feira, 26, às 20h
- **Vale da Amoreira** - Almoço-convívio nos Bombeiros (Fontainhas), com José Capucho: Domingo, 28 às 13h

Reuniões e plenários

SEIXAL

Reunião de quadros sobre

O papel do "Avante!" na batalha política e ideológica do Partido

Sexta-feira, 26, às 21h, no Centro de Trabalho,
com a participação de José Casanova

CASCAIS

1.ª Assembleia do Sector de Empresas de Cascais

Sábado, 27, às 15h30, no CT de Tires

LISBOA

Plenário de militantes da freguesia de S. Domingos de Benfica - no Salão da JF, dia 26 às 21h, com António Andrez

Plenário de militantes da freguesia de Benfica - no CT de Benfica, dia 27 às 15h
Assembleia plenária da célula Ministério das Finanças e Pequenos Ministérios - no CT Vitória, dia 31 às 19h

LOURES

Plenário de militantes da freguesia de S. Julião do Tojal - no CT do Zambujal, hoje, dia 25, às 21h30

1.ª Assembleia da organização da Freguesia de Sto. Antão do Tojal - no Salão da JF, dia 27 às 15h30. No final, jantar-convívio.

TORRES VEDRAS

Plenário mensal de militantes - dia 26 às 21h, no Centro de Trabalho.

Eleições para o Parlamento Europeu

13 Junho 1999

A cabeça de lista da CDU nas eleições para o PE, Ilda Figueiredo, e os deputados eleitos em exercício - Joaquim Miranda, Sérgio Ribeiro e Honório Novo - participam nos próximos dias em várias iniciativas públicas de divulgação das políticas da CDU e do PCP no Parlamento Europeu e em visitas de recolha de informação.

Hoje mesmo, dia 25, Ilda Figueiredo estará no Algarve para contactos e encontros com instituições e estruturas na área do Turismo - Região de Turismo, Sindicato da Hotelaria, Escola Superior de Gestão Hoteleira e Turismo, Associação de Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve -, no que será acompanhada por Carlos Luís Figueira e outros dirigentes do PCP no Algarve.

Sábado, no Porto, Ilda Figueiredo e Honório Novo participam no debate sobre «Um novo modelo de desenvolvimento do Norte - Um novo rumo para a construção Europeia» promovido pela Direcção Inter-Regional do Norte do PCP e que decorrerá no Hotel Tuela, das 15 às 18h30. Outros participantes: Armando Carvalho, da CNA, Carlos Silva, sociólogo, Rui Sá, eleito na AM do Porto, Vítor Santos, professor do IS de Engenharia.

Segunda-feira, dia 29, Ilda Figueiredo e Honório Novo dão início em Viana do Castelo a uma campanha dirigida aos agricultores e à Lavoura do distrito, visitando nomeadamente a Feira de Ponte de Lima.

Por seu lado, Joaquim Miranda efectua na próxima Sexta-feira uma visita ao distrito da Guarda, com deslocações às Adegas Cooperativas de S. Paio, Pinhel e Vila Nova de Tázem e a participação, à noite, num colóquio sobre a Agenda 2000 (às 21h no Salão dos Congressos - Sala Pequena)

Joaquim Miranda estará também presente no debate subordinado ao tema «Que Europa Queremos?», a realizar Sábado a partir das 15h no Anfiteatro 2 do Colégio Luís Verney da Universidade de Évora, por iniciativa dos professores comunistas daquela Universidade e no âmbito do ciclo «PCP - Diálogos com o Alentejo». Neste colóquio participam, além de Joaquim Miranda, o Brigadeiro Pezarat Correia e o jornalista José Goulão.

Quanto a Sérgio Ribeiro: o deputado vai ser um dos participantes no debate a promover pelo Rádio Clube de Cascais no Teatro Gil Vicente em Cascais sob o tema «O Euro e as perspectivas futuras da União Europeia» - Sexta-feira, dia 26, às 22h - e na sessão pública marcada para Sábado às 15h na sede da Associação Académica da Guarda sobre «Políticas sociais em Portugal e na Comunidade Europeia», que contará também com a participação de Joaquim Dionísio, do Gabinete de Estudos da CGTP-IN Luísa Mesquita em Alpiarça e Chamusca

A deputada do PCP na Assembleia da República visita no próximo dia 29 o Centro de Saúde, a Escola EB 2,3 e a Junta de Freguesia de Vale de Cavalos, no Concelho de Chamusca, e a Cooperativa «O Chouriço», em Alpiarça



6.º Congresso

Juventude Comunista Portuguesa

Escola Brinquedaria de Almada - 27 e 28 Março 1999

Sábado e Domingo, 27 e 28 de Março
Escola C+S António da Costa - Almada

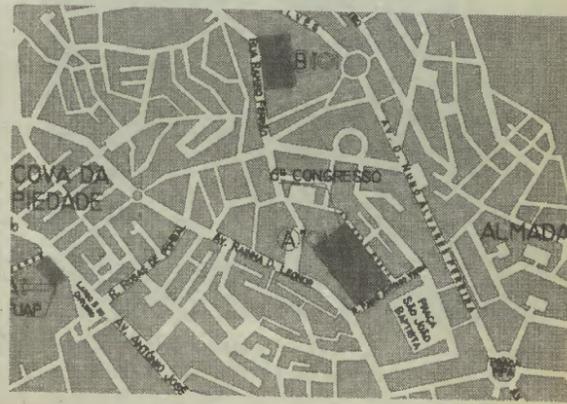
Estará presente **Carlos Carvalhas**

Secretário-geral do PCP

que intervirá na sessão de encerramento - Domingo
cerca das 17h

Camionetas do Porto para o 6.º Congresso:

Sábado, 5h30 CT da Póvoa de Varzim - 5h35 Vila do
Conde - 5h45 Cemitério do Campo - 6h CM de
Valongo - 6h10 Est. CP de Ermesinde - 6h20 Vendas
Novas (Rio Tinto) - 6h30 Pç. da Liberdade (Porto) -
6h45 CT V. N. Gaia



Carlos Carvalhas na OVIBEJA

O Secretário-geral do PCP, acompanhado de uma
delegação do Partido, visita no próximo Sábado às
18h30 a 16.ª OVIBEJA - Feira do Alentejo, no Parque
de Feiras e Exposições de Beja

Excursão à Serra da Estrela Dias 27 e 28 de Março

Promovida pela Comissão de Freguesia dos Prazeres
Dia 27: Saída às 6h45 do CT do PCP na R. Possidónio
da Silva, 74 - Dormida, jantar e pequeno-almoço no Hotel
de Turismo da Guarda
Dia 28: Passeio por Guarda, Manteigas, Piornos, Torre,
Sabugueiro, Seia (almoço), Nelas - Santa Comba Dão,
Buçaco, Luso, Coimbra.

Inscrições e informações:

CT dos Prazeres - tels. 3972467 - 3974661

MADRID, LLORET DE MAR, BARCELONA, MONSERRAT, ANDORRA, COSTA BRAVA

10 dias - 18 a 27 de Junho

Transporte em autocarro, jantar, dormida e pequeno-almoço
em hotel em Madrid à ida e à volta. Estadia em Lloret de
Mar, com hotel em regime de pensão completa e três
excursões incluídas

Organiza:

Comissão Concelhia de Almada do PCP

Informações e inscrições: A. Cabrita - Tels. 2753939 - 2752777

TELEVISÃO

Quinta, 25

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
17.55 Futebol: Portugal-Azerbaijão (Sub-21)
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Teneas
21.40 Grande Entrevista
23.30 Miguel Ângelo ao Vivo
00.45 24 Horas
01.35 Crónicas de Uma Mulher (de Paul Bogart, EUA/1995, com Jamie Lee Curtis, Tom Hulce, Peter Friedman, Kim Cattrall. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.45 O Noivo das Gémeas (de Mollie Miller, EUA/1989, com Hayley Mills, Patricia Richardson, Roy Baker, Patricia Richardson. Aventuras)
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Patinagem Artística
21.05 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 Peregrinação Exemplar (de Robert Bresson, Fr./Suécia/1966, com Anne

Sexta, 26

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.55 Futebol: Portugal-Azerbaijão (AA)
23.00 Conversas de Mário Soares
00.10 Conde Monte Cristo
01.15 24 Horas
01.30 Ciclismo
02.05 NBA

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 A Terra
16.35 Encontros Imediatos
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo
19.00 Um, Dó, Li, Tá
19.55 Patinagem Artística
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Noites Brancas (Longa-metragem: O Grande Salto, de Joel Cohen, EUA/1994, com Tim Robbins, Jennifer Jason Leigh, Paul Newman, Charles Durning. Ver Destaque)

Sábado, 27

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
11.30 Made in Africa
12.00 Companhia dos Animais
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top+
15.00 Espelho Meu
15.35 Saber & Fazer
16.15 Regresso ao Futuro - III (de Robert Zemeckis, EUA/1990, com Michael J. Fox, Christopher Lloyd, Mary Steenburgen. Comédia / Ficção Científica)
17.15 Um Rapaz e o Mundo
17.55 Estrada Viva



Sic 11 Horas

18.40 Santa Casa
20.00 Telejornal
21.00 Casa Cheia
21.35 Perigo Imediato (de Phillip Noyce, EUA/1994, com Harrison Ford, Willem Dafoe, Anne Archer, Joaquim de Almeida. «Thrillers» Político)
23.50 Já Que Falamos em Sexo
00.30 24 Horas
01.10 Cats

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Cidade Louca
13.00 Contos Assombrosos
13.30 Dinheiro Vivo
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.10 2001
19.40 Onda Curta (Trompe l'Oeil, de Xavier Lieband, Fr./1997. Ver Destaque)
20.10 Horizonte
21.10 O Caminho das Estrelas
22.00 Jornal 2
22.35 O Lugar da História
23.35 Alló, Alló!
00.05 Crimes do Pior
00.35 Smith & Jones
01.00 Ondas de Paixão (de Lars von Trier, Din./1996, com Emily Watson, Stellan Skarsgård, Katrin Cartlidge. Ver Destaque)

SIC

08.00 Buêrére
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Malvados Dólares (de Francis Weber, EUA/1992, com Matthew Broderick, Jeffrey Jones, Heidi Kling. Comédia)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.05 Ai os Homens!
23.20 Mulher
00.20 O Sexo e a Cidade
00.50 Detective Inocorrível (de Peter Levin, EUA/1986, com Ed O'Neil, Matthew Lawrence, Audrey Landers. Telefilme / Acção)
02.50 Último Jornal

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Primeira Vaga
23.00 Estrangulador (de John Bradshaw, EUA/1997, com Chris Sarandon, Catherine Mary, Vlasta Vrana. Drama)
01.00 Doido por Ti
01.50 Viver e Morrer em Little Odessa (de James Gray, EUA/1994, com Tim Roth, Edward Furlong, Moira Kelly, Vanessa Redgrave. Drama)
03.55 A Esquadra de Brooklyn

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Domingo, 28

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.35 Made in Portugal
15.00 Os Flintstones (de Brian Levant, EUA/1994, com John Goodman, Elizabeth Perkins, Rick Moranis, Rosie O'Donnell. Comédia)
17.00 Moby Dick
18.05 Anúncios de Graça
18.45 GLX
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.15 Jet 7
22.00 Atlântico
22.55 Débora
23.30 Domingo Desportivo
01.00 Perigo Iminente
01.55 24 Horas

RTP 2

09.30 Novos Horizontes
10.30 Missa
11.30 Civilizações Desaparecidas
12.15 Heróis em Acção
13.05 Ekhaya
14.00 Desporto 2
18.15 Jornal de África
18.50 A História de Nikita
19.35 Bom Bordo
20.10 Corpus Christi
21.05 Ivanhoe
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.05 Olhos nos Olhos (Documentário: «Curro Romero»)

SIC

08.00 Buêrére
11.55 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Fantasma Detective (de Blake Edwards, EUA/1988, com George Carlin, Molly Hagen, Timothy Stack. Telefilme)
16.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
18.00 Eternamente Joveni (de Steve Miner, EUA/1992, com Mel Gibson, Jamie Lee Curtis, Elijah Wood, Isabel Glasser. Fantasia)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Polícias à Solta
21.30 Chuva de Estrelas
22.40 Hilda Furacão
23.45 A Outra Face (de John Woo, EUA/1997, com John Travolta, Nicolas Cage, Joan Allen. Acção)
02.05 Último Jornal
02.50 Dra. Quinn

TVI

09.00 Animação
10.35 Novos Ventos
11.10 Missa
13.00 Os Últimos Paraísos na Terra
14.00 Country, A Minha Terra



Novas Aventuras do Super-Homem

(de Richard Pearce, EUA/1984, com Jessica Lange, Sam Shepard, Wilford Brimley, Matt Clark. Ver Destaque)
16.00 12:01, Ameaça Final (de Jack Sholder, EUA/1992, com Helen Slater, Jonathan Silverman, Martin Landau. «Thriller»)
17.35 O Silêncio dos Culpados (de Ezzio Greggio, EUA/1993, com Billy Zane, Dom De Louise, Joanna Pacula. Comédia)
19.30 Futebol (Campeonato de Itália)
21.15 Directo XXI
22.00 Culpado ou Inocente
23.00 O Berço do Inocente (de Bill Corcoran, EUA/1994, com Corbin Bensen, Antanda Pays. Drama)
01.00 Cantinflas à Minuta (de Miguel M. Delgado, Méx./1954, com Mario Moreno «Cantinflas», Rosita Arenas. Comédia)

Segunda, 29

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
20.55 Contra Informação
21.00 Nós os Ricos
21.35 Canções da Nossa Vida
23.00 Guerra Fria
00.15 24 Horas
01.05 Máquinas
01.45 Prelúdio de um Beijo (de Norman René, EUA/1992, com Alec Baldwin, Meg Ryan, Kathy Bates, Ned Beatty. Ver Destaque)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Rumo ao Sul
16.35 O Nosso Charly
17.30 Madeira
18.00 Informação Religiosa

Terça, 30

RTP 1

08.00 Infantil
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.55 Esmeralda
15.40 Malha de Intrigas
16.35 O Amigo Público
18.15 País País
19.00 País Regiões
19.15 Os Lobos
20.00 Telejornal
21.05 Cromos de Portugal
21.50 Herman 99
23.50 Dharma e Greg
00.30 24 Horas
01.20 Histórias de Nova Iorque (de Martin Scorsese, Francis Ford Coppola e Woody Allen, EUA/1989, com Nick Nolte, Rosanna Arquette, Talia Shire, Giancarlo Giannini, Woody Allen, Mia Farrow)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.35 Robin dos Bosques (de Wolfgang Reitherman, EUA/1973. Animação)
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa

Quarta, 31

RTP 1

08.00 Infantil
10.00 Praça da Alegria
11.30 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Consultório
14.45 Esmeralda
16.00 Malha de Intrigas
16.30 O Amigo Público
18.15 País País
19.05 País Regiões
19.25 Futebol: Liechtenstein-Portugal (AA)
21.30 Telejornal
22.30 Diário de Maria
23.40 Despertares (de Penny Marshall, EUA/1990, com Robert De Niro, Robin Williams, John Heard, Julie Kavner. Drama)
01.55 24 Horas
02.45 Rotações

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.40 Derrick
16.35 O Homem Sombra
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Hugo



«Diário de Maria»: à Quarta à noite na RTP1

19.30 Hugo
19.10 Opera Vox
20.00 Corpus Christi
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.50 Jogo Falado
23.50 Novos Heróis

SIC

08.00 Buêrére
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Torre de Babel
22.00 Roda dos Milhões
00.10 Duetos Imprevistos
01.15 Último Jornal
01.50 Filmes do Século («La Ronde», de Roger Vadim, Fr./It./1964, com Jane Fonda, Jean-Claude Brialy, Maurice Ronet, Jean Sorel. Drama)
03.35 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Chacina dos Inocentes (de James Glickenhaus, EUA/1993, com Scott Glenn, Jesse Cameron-Glickenhaus. «Thriller»)
00.10 A Sombra da Dúvida (de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy, Bruce McGill, Kevin Dunn. Drama)
02.30 Doido por Ti

18.30 Hugo
19.10 Opera Vox - «Carmen»
20.00 Corpus Christi
21.00 Portugalmente
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.35 Acontece
22.55 The Crown and the Country
23.20 Ler para Crer
00.20 A Noite com Jools Holland

SIC

08.00 Buêrére
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.10 Torre de Babel
23.15 Casos de Polícia
00.15 Balada de Nova Iorque
01.15 Toda a Verdade
02.20 Último Jornal
03.25 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 A Chacina dos Inocentes (de James Glickenhaus, EUA/1993, com Scott Glenn, Jesse Cameron-Glickenhaus. «Thriller»)
00.10 A Sombra da Dúvida (de Brian Dennehy, EUA/1995, com Brian Dennehy, Bruce McGill, Kevin Dunn. Drama)
02.30 Doido por Ti

SIC

08.00 Buêrére
11.00 Sic 11 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
16.00 Fátima Lopes
18.00 Meu Bem Querere
19.00 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Jornalistas
22.05 Torre de Babel
23.05 Assalto às Misses (de Paul Lynch, EUA/1994, com Andrew Clay, Robert Davi, Shannon Tweed. Acção)
00.50 Último Jornal
01.30 Noites Longas - Ozu, O Século em Japonês (O Filho Único, de Yasujiro Ozu, Jap./1936, com Choko Iida, Shinichi Himori, Masao Hayama. Ver Destaque; Ele É um Pai, de Yasujiro Ozu, Jap./1942, com Chishu Ryu, Shuji Sano, Haruhiko Tsudo. Ver Destaque; Uma Galinha no Vento, de Yasujiro Ozu, Jap./1947, com Kinuyo Tanaka, Shuji Sano, Kuniko Miyake. Ver Destaque)

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.50 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Pérola Negra
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosa
16.00 Animação
18.00 A Lenda de Guilherme Tell
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.35 Quero Justiça! (de Paul Warner, EUA/1994, com Stephen Baldwin, Sheryl Lee, Mickey Rourke. Acção)
00.40 Os Vigilantes
01.45 Doido Por Ti
02.25 Desporto
03.15 A Esquadra de Brooklyn



Para ver Sábado, «Cats» - versão para televisão da ópera-rock em cena em Londres há vários anos

Wiazemsky, François Lafarge, Philippe Asselin. Ver Destaque)
00.30 A Paixão dos Santos

SIC

08.00 Buêrére
10.00 Cuidado com o Fantasma
11.00 Sic 11 Horas
13.30 Primeiro Jornal
14.00 Juiz Decide
15.00 Fátima Lopes
17.45 Meu Bem Querere
18.45 Pecado Capital
20.00 Jornal da Noite
21.00 Conversa da Treta
21.30 Um Sarilho Chamado Marina
22.05 Torre de Babel
23.05 Esta Semana
01.00 Da Terra à Lua
02.05 Último Jornal
03.00 Vibrações

TVI

09.00 A Bela e o Monstro
09.45 TVI Jornal
10.00 Animação
12.30 Fascinação
13.30 TVI Jornal
14.00 Serras Azuis
15.05 Mulher Perigosas
16.00 Animação
18.00 Heróis por Acaso
19.00 As Novas Aventuras do Super-Homem
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
22.00 Dadores (de Larry Shaw, EUA, com Melissa Gilbert, Jack Scalia, Pemell Roberts, Wendy Hughes, Marc Lawrence. Telefilme)
24.00 Terra, Conflito Final
01.00 Doido por Ti
02.20 A Esquadra de Brooklyn

TELEVISÃO



Tim Robbins e Paul Newman, tal como surgem, descarados, em «O Grande Salto», dos irmãos Coen



Sam Shepard e Jessica Lange nos principais papéis de «Country, A Minha Terra», de Richard Pierce

Por isto e por aquilo...

Peregrinação Exemplar

(Quinta, 22.50, RTP2)

Em *O Meu Cinema*, espaço «animado» por João Bénard da Costa, eis um dos filmes mais despojados e recatados de Robert Bresson, o célebre realizador francês. A história conta-se em duas palavras: um burro, de nome *Balthasar*, é assim baptizado pelas crianças de uma aldeia que com ele se acostumaram a brincar. Mas o filme faz-nos acompanhar as vicissitudes do trajecto do nosso burro, ao passar de dono em dono, tanto sendo amado como sendo maltratado. Para uns, um filme fortemente comovedor e representante do apogeu da magia *bressoniana*, para outros, um objecto fílmico altamente bocejante – sem dúvida que a polémica se instalou em relação a um realizador que não prima pela facilidade e, muito menos, pela consensualidade. A decidir.

Crónicas de uma Mulher

(Quinta, 01.35, RTP1)

Adaptação para a televisão por cabo norte-americana de uma peça de Wendy Wasserstein (entre outros, Prémio Pulitzer), este filme acompanha a trajectória de uma mulher que atravessa diversos períodos da história americana entre os 60 e os 80, uma época marcada pela revolta, a contracultura, a afirmação feminista, o liberalismo da esquerda e a totalitária recuperação *yuppie* – tudo através das relações que essa mulher estabelece com amigos e amigas e nas diversas ocupações profissionais durante estes anos. Boas referências, também, para a interpretação de Jamie Lee Curtis.

O Grande Salto

(Sexta, 22.50, RTP2)

Este é um dos mais extravagantes filmes saídos da famosa dupla dos irmãos Coen (Joel e Ethan), aos quais se associou na circunstância Sam Raimi para a escrita do argumento: uma história louca, numa reconstituição admirável dos anos 30 (e das altas comédias que povoavam os filmes de então), com «executivos» corruptos, jovens ambiciosos subindo por todos os meios nas suas carreiras, e jornalistas fura-vidas (à maneira de Katherine Hepburn), dando largas às suas denúncias. Brilhantes interpretações de Tim Robbins (viram-no na semana passada no *Condenados de Shawshank*, na

TVI?), Paul Newman e Jennifer Jason Leigh ajudam a compor o ramalhete.

Onda Curta: Trompe l' Oeil

(Sábado, 19.40, RTP2)

Realizado por Xavier Liebard, esta curta-metragem francesa datada de 97 (e assinalada com referências elogiosas) é o fruto do trabalho de pesquisa de uma série de depoimentos que nos devolvem um tempo de alegria e euforia após os anos de barbárie nazi, nos dias da Libertação. Trata-se de um episódio de uma série televisiva: *O Preço da Vitória*.

O Meu Nome é Bill W.

(Sábado, 22.00, TVI)

Considerado de qualidade «acima da média», este telefilme dirigido por Daniel Petrie foca os problemas de um alcoólico inveterado que encontra a sua recuperação num centro de alcoólicos anónimos. Uma grande interpretação de James Woods, bem acompanhado por James Garner.

Ondas de Paixão

(Sábado, 01.00, RTP2)

Realizador dinamarquês, cuja formação se aprofundou em várias escolas de cinema (entre as quais a de Munique), Lars von Trier é, hoje, um dos nomes de referência do moderno cinema nórdico, com filmes como *The Element of Crime*, *Epidemic*, *Europa* e este *Ondas de Paixão* que conquistou o Grande Prémio do Júri no Festival de Cannes de 96. Diz-se que o seu cinema, em particular este filme, é uma hábil mescla da arte do melodrama e do reflexo da simbologia nórdica e, assim, uma feliz conjugação dos traços criativos de cineastas como Douglas Sirk (aliás, Detlef Sierck) ou Carl Dreyer. Uma história de paixão, carregada e dramática, com desfecho altamente surpreendente, num filme a descobrir.

Country, A Minha Terra

(Domingo, 14.00, TVI)

Injustamente pouco divulgado e conhecido, este filme admirável de Richard Pierce (cuja visão não pode deixar de evocar essa obra-prima de John Ford, *As Vinhas da Ira*) dá-nos a conhecer as extremas dificuldades dos agricultores do *Middle West* norte-ame-

ricano, quando as suas terras deixam de ser rentáveis e é preciso dar cumprimento às dívidas dos empréstimos contraídos para os investimentos. O argumento é centrado nas personagens de um casal – *Gil Ivy*, cuja tragédia leva à queda no alcoolismo, e de *Jewel Ivy*, que, contra tudo e contra todos, encabeça e organiza a luta das mulheres dos agricultores. Um história de coragem num tom cinematográfico quase-documental, com Sam Shepard e Jessica Lange (que também produziu o filme) nos principais papéis.

Prelúdio de um Beijo

(Segunda, 02.00, RTP1)

Espécie de amor à primeira vista, até parece que o encontro entre Peter e Rita, durante uma festa, só poderia redundar em casamento – e o facto é que tal vem a acontecer. O problema é que, logo na sua viagem de núpcias, Peter começa a perceber que Rita se transformara quase por completo e parecia não ser, afinal, a mulher à qual jurara juntar-se para toda a vida. Até que... Bom, o resto fica para ver, já que (como filme fantástico que é), a história assim contada a frio se arriscaria a frustrar as expectativas. Boas interpretações de Alec Baldwin e Meg Ryan

num filme de Norman René que é uma adaptação de uma peça teatral de grande êxito na Broadway.

O Filho Único; Ele é um Pai; Uma Galinha no Vento

(Quarta, das 01.30 às 04.30, SIC)

Integrado nas suas habituais «Noites Longas», a SIC desperdiça aqui (numa inútil madrugada até altas horas) a oportunidade de tornar mais visível a obra de um cineasta que a própria estação, na sua promoção, considera «uma das mais fortes personalidades do cinema japonês do século (...) e que atingiu nos seus filmes «um notável equilíbrio entre a descrição objectiva do real e a serenidade de uma visão interior espelhada na escolha formal dos planos fixos e da utilização «da câmara à altura do chão», eliminando travellings e panorâmicas». Sendo claro que esta descrição não é propriamente aquela que poderia servir para caracterizar o *Bib Show Sic*, sem dúvida que a estação não deixa de ser persuasiva ao aconselhar-nos descobrir (porventura com a ajuda do videogravador!) três dos filmes de referência de Yasujiro Ozu, datados dos anos 30/40.

CABO & SATÉLITE

Pantanal: Terra Esquecida

Lembram-se da excelente telenovela brasileira «Pantanal»? Pois, nesta emissão integrada na série documental «As Maravilhas da Amazônia», o canal Discovery debruça-se sobre «a maior concentração de vida selvagem no hemisfério Sul», numa vasta extensão que ocupa a região ocidental do Brasil, a parte oriental da Bolívia e o nordeste do Paraguai. É hoje, quinta-feira. (Discovery, Quinta-feira, das 19 às 20 horas)

A história do Québec

De tempos a tempos, ouvem-se nos noticiários referências às eternas ambições independentistas do Québec, mas será que sabemos das razões de tais anseios? Ora, podemos ficar a saber um pouco mais sobre o Québec – hoje a maior das províncias do Canadá, com perto de 1 milhão e 500 mil quilómetros quadrados de área, correspondentes a 16% da superfície total do grande país da Norte América – se começarmos a acompanhar, a partir de amanhã, uma série de 13 episódios, «Epopéia na América...» que nos fala da colonização iniciada por Jacques Cartier e que resultou no genocídio das populações ameríndias... Às sextas-feiras, no canal francófono TV 5. (TV 5, sexta-feira, das 20.05 às 21.00)

Uma obra imprescindível de mestre Kurosawa

Embora haja uma inflação de filmes nas nossas televisões (e a

televisão não é propriamente um meio que, pelas suas dimensões, se adequa da melhor maneira ao grande cinema) sem dúvida que é imperioso não deixar de ver no canal Hollywood (sem aqueles intermináveis intervalos para a publicidade) a fabulosa e pessoalíssima versão do grande cineasta japonês Akira Kurosawa,



inspirada no drama do *Rei Lear*. Chama-se *Ran - O Senhor da Guerra* e verdadeiramente espantosos são, logo, os primeiros 40 minutos, uma lição de como preparar, em cinema, a narração de uma intriga e a composição das suas personagens principais. (Hollywood, segunda-feira, das 21.00 às 23.45)



Meg Ryan e Alec Baldwin, o par de «Prelúdio de um Beijo», um filme de Norman René

Um escritor na armadilha

José Saramago foi a Cuba decerto menos fazer a passagem de ano que estar presente quando do 40.º aniversário da Revolução Cubana. A RTP terá ajustado com ele que uma sua equipa de reportagem o acompanhasse, não decerto para produzir com a sua colaboração mais um libelo acusatório contra a Cuba de Fidel mas sim para registar como decorreria o encontro do escritor com a Ilha. Desse ajuste parece ter resultado o rigoroso exclusivo de que a RTP abundantemente se gabou ao anunciar a transmissão da reportagem. Tudo bom, pois, excepto que a RTP traiu a boa-fé e a confiança do escritor: o telefilme, que abusivamente intitulou de «Cuba segundo Saramago» deveria ter-se intitulado, isso sim, «Cuba segundo Alberto Serra». Este é o nome do sujeito que, como jornalista, a avaliar pelo que se viu, andou por Cuba mais a ouvir os opositores de Fidel e a catar imperfeições do regime que a acompanhar Saramago e a ouvi-lo.

É claro que a traição da RTP, infelizmente, não é coisa de espantar: sabe-se que há gente em quem não se pode confiar. Aliás, José Saramago também o sabe, mas é capaz de andar um bocadinho esquecido em consequência dos quilómetros que, em legítima defesa, um dia pôs entre Lisboa e a sua casa.

É de elementar justiça dizer que o Serra fez um bom trabalho: não apenas vasculhou o bastante para poder encontrar defeitos (o que, bem se sabe, não é tão difícil como se desejaria e como decerto seria sem as décadas de cerco que Cuba vem suportando) como também conseguiu não encontrar os numerosos e muito orgulhosos apoiantes da Revolução que qualquer turista de boa-fé, desses que nem sequer são especialmente «de esquerda», encontra quando percorre Cuba. Em compensação, encontrou mais de um anticastista de língua nada embaraçada pelo medo da terrível repressão policial. Tais felizes encontros não são, porém, surpreendentes depois de vermos um momento da reportagem em que um jornalista, real ou suposto, em conferência de imprensa realizada em Havana, questionou Saramago sobre declarações que o escritor fez à TSF. Pelos vistos, e salvo melhor explicação, a TSF tem um interessante nível de audição em Cuba. A menos que, neste caso, a transmissão não tenha sido feita pelas ondas hertzianas e por satélite mas sim, mais santamente, pelo chamado Espírito-Santo-de-Orelha.

Infiltrado na bagagem

Por sinal que a pergunta originou um momento particularmente desagradável na reportagem do Serra. É que, tendo sido perguntado acerca da já proverbial questão dos direitos humanos em Cuba (de alguns, não de todos, não dos que, igualmente inscritos na já cinquentenária Declaração, são diária e tranquilamente violados no chamado «mundo democrático»), Saramago entendeu responder que «nenhum país é uma excepção no que tem a ver com os direitos humanos», o que obviamente significava uma sua distanciação perante eventuais violações em Cuba, mas também a denúncia, infelizmente rara, das violações havidas em países que passam por campeões da democracia e da liberdade. Aconteceu, porém, que o castelhano em que Saramago se exprimiu, porventura não exemplar mas decerto longe do peculiar casticismo com que Mário Soares se exprime em francês, surgiu na tradução legendada sob uma forma totalmente patarata: «nenhum país é uma excepção não tem a ver com os direitos», etc.

Quem leu não terá percebido nada e até pode ter suscitado de que Saramago baralhava premeditadamente a resposta. Há-de ter sido um lapso, uma espécie de gralha, um desaire involuntário. Mas não está fora de questão a hipótese de ter sido uma sabotagemzinha desastrosamente executada e que, ainda assim, deu algum jeito.

De qualquer modo, entenda-se: este minúsculo momento foi apenas grotesco, e se nele residisse todo o vício que a reportagem comportou estávamos bem todos nós e José Saramago mais que

qualquer outro. Porém, o que de facto a RTP nos forneceu foi o resultado de uma verdadeira armadilha em que Saramago serviu de pretexto para mais uma investida anticubana, desta vez com a particularidade especialmente infame de tudo ter sido feito com a sua, decerto, involuntária aquiescência. José Saramago, amigo da Cuba resistente, apoiante da Revolução Cubana, foi de facto instrumentalizado por um sujeitinho que agiu como uma espécie de agente de Miami infiltrado na bagagem do escritor.

Quanto à RTP, essa dá indícios de ter ficado regalada com o trabalho do Serra que, aliás, serviu de «deixa» para diversos textos complementares e cúmplices surgidos na chamada grande imprensa. Tão regaladinha ficou a RTP que, não contente com a transmissão da reportagem a horas razoáveis de um serão de Fevereiro, caprichou em voltar a transmiti-la agora, às 15 horas do passado sábado. O que dá azo a que aqui se registre também esse facto, pois repetições de trabalhos desta índole estão longe de serem frequentes. E acções como esta não devem ser esquecidas.

TVISTO

■ Correia da Fonseca



Proletária de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

União Europeia
Uma presença
única que importa
reforçar

MFA, POVO

Neste número

25.º Aniversário
do 25 de Abril

Depoimentos de
Jerónimo de Sousa
e Joaquim Gomes
e entrevista
com o General
Vasco Gonçalves

Melhorar
a organização
e a actividade
eleitoral

Um Partido
mais forte
para intervir melhor

Campanha
dos 250 mil contos

Uma tarefa
para todo o Partido



POVO, MFA

Março/Abril 1999 • Nº 239 • Preço 200\$30 (IVA Incluído)

Já
à
venda



ABERTURA

2 25º aniversário do 25 de Abril

ORGANIZAÇÃO

4 Melhorar a organização
e a actividade eleitoral
6 Um Partido mais forte
para intervir melhor

SOCIAL

10 O trabalho a tempo parcial
na União Europeia

JUVENTUDE

23 6º Congresso da JCP
Em luta pelo futuro
26 XV Assembleia da FMJD
Educação e emprego são os
nossos direitos fundamentais!

25 ABRIL - 25 ANOS

29 "Ideias de Abril apontam
para o futuro"
34 25 anos do Maio maior

AMBIENTE

44 O ambiente, e a defesa
do futuro

CULTURA

47 Uma oportunidade
a não perder

AFORISMOS

50 Máximas e reflexões

OFERTA DE LIVROS

51 A pobreza para todos e a
democracia para ninguém

Notas e Comentários

53 "O fascínio da direita" - "Um desvio
social-democratizante" - Um "partido
de todos os interesses" -
Um Congresso? - Algumas opiniões
com interesse - Ainda se queiram
do Estado... - 25 de Abril - 25 de
Novembro - Corrupção I - Corrupção II.

DOCUMENTOS

59 Resolução do Comité Central
62 Apelo do Comité Central
sobre as comemorações do
25º aniversário do 25 de Abril



14 Serviço Nacional de Saúde
Reforma necessária
para bem das populações

UE

17 Uma presença única
que importa reforçar

PCP

21 Campanha dos 250 mil contos
Uma tarefa de todo o Partido!

36 Uma pequena estória
sobre o 1º de Maio de 1974

MULHERES

37 Fórum do PCP
A situação das mulheres
no limiar do século XXI

AGRICULTURA

41 A agricultura exige
uma nova política agrícola



ESCAPARATE

TEATRO

Hitler, sob feroz humor negro, em Évora

Estreou-se no início deste mês e manter-se-á em cartaz até o próximo Sábado (pelo que ainda terá três oportunidades para assistir ao espectáculo), a peça «Mein Kampf», de George Tabori, numa encenação de Paulo Alves Pereira. A companhia é a do CENDREV e as representações têm lugar no Teatro Garcia de Resende.



Numa iniciativa altamente louvável organizada pela Câmara Municipal do Barreiro para promover o interesse pelo teatro, continua em actividade uma acção pioneira que é a de convidar os seus munícipes para uma «Ida ao Teatro» (assim se chama a iniciativa). Na circunstância, no próximo dia 31 do corrente (4.ª Feira), os interessados podem deslocar-se de forma fácil e cómoda ao Teatro Villaret (Lisboa), para tal colocando a autarquia à disposição um autocarro que sairá às 20.30 junto da estátua Alfredo da Silva, naquela cidade. E a peça que será proporcionada é «Arte», em cena naquele teatro, numa encenação de António Feio, com realização plástica de António Jorge Gonçalves, música de Paulo Curado, iluminação de João Paulo Xavier e interpretação de António Feio, José Pedro Gomes e Miguel Guilherme. Marcações para o tel. 206 82 05.

OPERETA

Opereta no Coliseu dos Recreios

Não se pode dizer, longe disso, que seja um género musical com presença habitual nos palcos e salas de espectáculo portuguesas. Por isso, aqui fica o destaque para uma série de espectáculos que serão realizados entre nós pelo Teatro Nacional de Opereta de Moscovo. Será na Sexta, Sábado e Domingo que, às 21.30, esta companhia apresentará no Coliseu dos Recreios (Lisboa) excertos das famosas operetas «A Viúva Alegre» (de Offenbach), «O Conde de Luxemburgo» (de Léhar), «O Morcego» (de Strauss) e «A Princesa das Czardas» (de Kalman). No Sábado, haverá uma *matinée* pelas 16.30.



JUVENTUDE

Jov'Arte'98

Foi inaugurada na primeira semana de Março, no Centro de Artes e Ofícios, em Odivelas, e prolonga-se até 3 de Abril, uma exposição colectiva dos premiados da 4.ª Edição do Jov'Arte. Com participações artísticas oriundas de 15 concelhos da Área Metropolitana

de Lisboa, esta nova edição da tradicional iniciativa da Câmara Municipal de Loures, reúne trabalhos de certa de 160 jovens, num total de 340 obras no domínio da arquitectura, cerâmica, desenho, *design* industrial, escultura, fotografia e pintura.



Festival Intercéltico (Porto)

É já neste fim-de-semana alargado de 26, 27 e 28, que se realiza, no Coliseu do Porto – um espaço bem mais amplo do que tem sido habitual – mais uma edição, a 10.ª, de uma das manifestações de música popular mais importantes do nosso país, o Festival Intercéltico, como sempre animado por Avelino Tavares, do «Mundo da Canção».

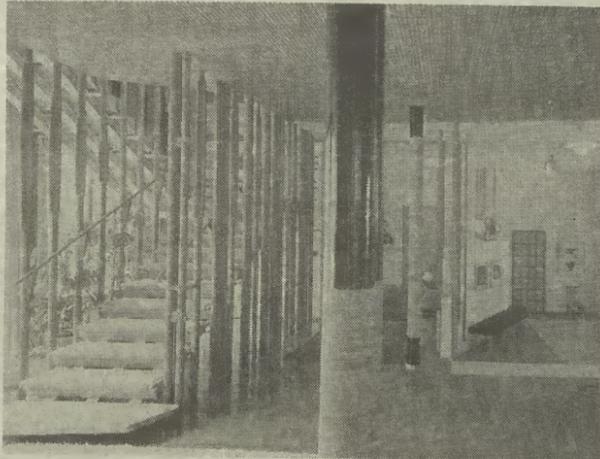
Este ano, o festival contará, na sexta-feira, com a participação dos grupos Adufe, dirigido pelo percussionista José Salgueiro, e os Celtas Corsos de Espanha; no Sábado, o galego Xosé Manuel Badiño cantará ao lado de Mercedes Péon e Jacky Molard, actuando depois os Der-

vish (Irlanda); finalmente, no Domingo, o grupo Tri Yann (Bretanha, França) encerrará o festival que contará, ainda, com inúmeras manifestações paralelas como ciclos de cinema, exposições, artesanato, feira do disco e a participação de vários músicos portugueses num encontro subordinado ao título «Ao Toque da Concertina». Por outro lado, num espaço Clube Folk, actuará no Rivoli, todas as noites, o grupo britânico Magna Carta.

EXPOSIÇÕES



Alvar Aalto e «Villa Mairea» (hall e escadas da sala de estar)



A arquitectura de Alvar Aalto

Continua patente ao público até 16 de Maio, na Galeria das Caravelas do Centro Cultural de Belém, uma exposição subordinada ao título «Alvar Aalto em sete edifícios», ou seja, um conjunto de fotografias, maquetas e desenhos originais de algumas das principais obras do grande arquitecto finlandês (1898-1976) e que «ilustram as características fundamentais do seu trabalho e reflectem a evolução do seu pensamento arquitectónico». Os edifícios em questão são a Villa Mairea, a Câmara Municipal de Saynatsalo, o Instituto Nacional de Pensões, a Biblioteca da cidade de Viipuri, o Sanatório de Paimio, a Igreja de Vuoksenniska e o edifício de escritórios de Rautatalo.

Desenhos de Rogério Ribeiro

Foi inaugurada ontem, na Galeria Municipal «Gymnásio» (Espaço Chiado, R. da Misericórdia, em Lisboa) uma exposição de desenhos do pintor Rogério Ribeiro, sendo na altura apresentada uma nova edição do livro «Praça da Canção», de Manuel Alegre, tendo este autor lido alguns dos seus poemas. A exposição continuará patente ao público, de Segunda a Sexta das 13 às 20 horas e aos sábados das 14 às 19 horas, até 5 de Maio.

Desenho de Rogério Ribeiro



Vida e Obra de Almada Negreiros, na Moita

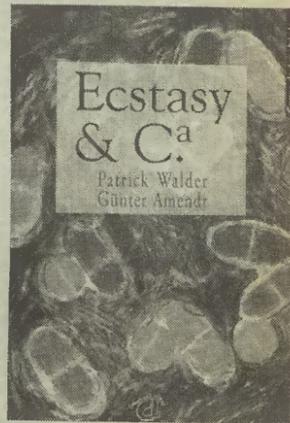
Integrada no programa de actividades culturais da Biblioteca Municipal da Moita, ainda pode ser visitada até amanhã a exposição «Almada Negreiros – Vida e Obra». Esta exposição, cedida pelo Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, ilustra o percurso da vida e obra de Almada nas suas várias facetas artísticas de poeta, romancista, dramaturgo, ensaísta e artista plástico.

LIVROS



Relação de Bordo

Quem conheça a obra de Cristóvão de Aguiar não deixará de interessar-se por este livro agora dado à estampa pela editorial Campo das Letras, na sua colecção *Campo da Literatura*. Não se trata nem de um romance, nem de um estudo, nem de poesia. Embora na atmosfera destas mais de quatrocentas páginas caiba o universo romanesco do autor, a reflexão a que nos habituou noutros textos e, também, poemas, aliás assinalados em índice. Trata-se de cartas, de diário, de impressões, de palavras marcadas pelas datas e lugares em que foram escritas, e onde cabe gente e ideias e sentimentos. Uma *Relação de Bordo* a começar em 1 de Janeiro de 1964, a chegar, por enquanto e neste livro, a 31 de Dezembro de 1988.



Ecstasy & C.

Uma droga não é apenas um produto que «faz mal», uma toxic dependência, uma morte anunciada. É também – e talvez comece por ser – um modo de fugir ao mundo, uma embriaguez «libertadora», a realização do «sonho», a «felicidade» à mão de semear. Este livro, de Patrick Walder e Günter Amendt, editado pela Campo das Letras – colecção *Campo da Actualidade* – faz luz sobre a droga da moda, o Ecstasy, furando a cortina de silêncio que paira sobre a «identidade» das drogas em geral sob o pretexto dos numerosos males que causam. Trata-se aqui, como é patente na apresentação do livro, de «preencher uma lacuna», de esclarecer. Uma «espécie de manual de informação sobre as drogas de diversão».

ATAQUE DE FOICE

Comunistas

A dois meses das próximas eleições para o Parlamento Europeu, este órgão comunitário divulgou a avaliação do trabalho realizado pelos eurodeputados ao longo de toda a legislatura que agora termina. Os resultados que dizem respeito aos 25 eurodeputados portugueses são bastante significativos.

Considerados em conjunto, entre os 25 europarlamentares lusitanos três houve que, sozinhos, produziram 33,4% de todo o trabalho realizado.

Esses três eurodeputados são os do grupo parlamentar do Partido Comunista Português.

Considerados por representação partidária – e no somatório da «euroactividade» com que cada um resgatou as promessas partidárias feitas ao eleitorado –, os 25 eurodeputados portugueses que, durante quatro anos, habitaram o principesco areópago da União, deram a seguinte nota aos quatro partidos que representaram: Um deles, o PP, com três deputados e 12% de representatividade, limitou-se a um desempenho equivalente ao seu peso percentual no grupo português: realizou 11,8% do trabalho apurado.

Dois outros – de longe os mais poderosos –, ficaram-se muito aquém do peso numérico e percentual que levaram para Estrasburgo: o PS, com 10 deputados e 40% dos recursos humanos portugueses, produziu apenas 26,3%; o PSD, com nove deputados e 36% da representação nacional, ficou-se pelos 28,4%.

Dos quatro partidos portugueses, só um excedeu largamente a relação entre os meios de que dispunha – três deputados, equivalentes a 12% da representação nacional – e o trabalho realizado: 33,4% do total.

Foi o Partido Comunista Português.

Importa assinalar que a intervenção política de cada deputado no Parlamento Europeu está, sobretudo, dependente da sua iniciativa pessoal, capacidade de trabalho, talento e coragem na acção, tendo como pano de fundo algumas condicionantes, como o número dos respectivos grupos e «famílias políticas», que lhe determinam o maior ou o menor tempo disponível para intervenções.

Acontece que os três deputados do PCP estão inseridos no Grupo de Esquerda do Parlamento Europeu, um dos mais pequenos com os seus 33 deputados, o que lhes encurta significativamente os tempos disponíveis para intervenção, ao contrário do PS que, com os seus 10 deputados agregados a um grupo largamente maioritário, dispõe de muito mais tempo, recursos e apoios, à semelhança do que acontece com o PSD.

Todavia – e para que conste... – averiguou-se que os três deputados do PCP, quando numericamente relacionados com os 10 do PS, produziram quatro vezes mais...

Estes foram os resultados quantitativos da avaliação feita por Estrasburgo, mas se olharmos para a ponderação qualitativa, o panorama continua semelhante, como a seguir se constata.

O Parlamento Europeu atribuiu igualmente uma pontuação qualitativa para classificar os relatórios e pareceres considerados mais importantes. Neste parâmetro, os eurodeputados comunistas Sérgio Ribeiro, Honório Novo e Joaquim Miranda surgiram outra vez no topo da tabela, apenas acompanhados por Arlindo Cunha e Carlos Pimenta, do PSD, e Barros Moura, do PS.

Ou seja: os deputados do PCP não apenas produziram um volume de trabalho várias vezes superior ao apurado em cada um dos outros partidos portugueses, como o realizaram na vanguarda dos índices de qualidade estabelecidos pelo órgão legislativo comunitário.

Se acrescentarmos que este trabalho parlamentar em análise corresponde a tudo o que os 25 eurodeputados portugueses fizeram no Parlamento Europeu em defesa dos interesses nacionais, obteremos com meridiana clareza quem vale o quê, na nudez destes números vindos de Estrasburgo.

Perante isto, as celebradas «candidaturas de prestígio» às próximas eleições europeias que andam para aí a saracotear ficam reduzidas ao que realmente são: conversa. Fiada, desonesta e de chacha...

■ Henrique Custódio

O ataque à Jugoslávia PCP condena decisão da NATO

No momento do fecho da nossa edição e na expectativa da concretização dos ataques à Jugoslávia ordenados pela NATO, o Secretariado do Comité Central do PCP tornou público o seguinte comunicado.

1. O PCP considera da maior gravidade para a paz nos Balcãs e na Europa a ordem de ataques militares da NATO contra a Jugoslávia, aos quais o governo português deu já o seu acordo explícito.

2. O PCP condena firmemente tais ataques que, “justificados” uma vez mais com pretextos “humanitários”, constituem de facto operações de agressão e de guerra contra um país soberano, em pleno território europeu e 54 anos após a segunda guerra mundial, tanto mais grave quanto praticado em frontal violação do direito internacional e à revelia da própria ONU e do seu Conselho de Segurança.

3. O PCP considera que se trata de uma situação particularmente séria. A ameaça e o uso da força podem conduzir a uma perigosa escalada e internacionalização do conflito com graves e imprevisíveis consequências para os países balcânicos e a Europa e não podem ser justificadas por orientações e medidas do governo jugoslavo ou pela dinâmica de confrontação provocada pelo separatismo. Só através de uma solução política que, salvaguardando os legítimos direitos das populações do Kosovo nomeadamente a albanesa, respeite a soberania da Jugoslávia e rejeite a ingerência desestabilizadora na região, será possível encontrar solução duradoura para os complexos problemas forjados pela história nos Balcãs.

4. O PCP sublinha uma vez mais que, a pretexto da situação no Kosovo, o que está fun-

damentalmente em causa são as pretensões hegemónicas dos EUA sobre a Europa e o seu propósito, com outros aliados da NATO, de fortalecer e reforçar esta organização, modificar o “conceito estratégico de segurança” num sentido mais global e agressivo, tornar a NATO no braço armado de uma “nova ordem” ao serviço dos interesses imperiais dos EUA.

5. O PCP considera particularmente inquietante que dos governos da União Europeia não tenham surgido vozes demarcando-se claramente das imposições norte-americanas e contra a agressão à Jugoslávia. O Conselho de Berlim agora reunido assume uma pesada responsabilidade quanto ao desenvolvimento ulterior dos acontecimentos: no

sentido de contribuir para uma solução política da crise ou alinhar na aventura militar conduzida pelos EUA.

6. O PCP sublinha uma vez mais a sua frontal oposição à participação de Portugal e de Forças Armadas portuguesas em operações de hostilidade e agressão contra países soberanos, condena com veemência a posição do governo que associa o nosso País a esta agressão e reclama uma clarificação da posição do Presidente da República.

A participação na NATO como em qualquer outra organização internacional não pode servir para trocar uma política externa e de segurança independente, pautada pelos interesses do povo, do país e da causa da paz, pelo seguidismo e a subserviência em relação às grandes potências imperialistas.

Acresce que neste caso nem sequer a própria letra da Carta da NATO foi respeitada e que a Jugoslávia é um país soberano

com que Portugal tem tradicionais relações de amizade e relações diplomáticas normais

7. O PCP alerta para a extraordinária barragem de desinformação e manipulação da opinião pública em curso visando dar cobertura à agressão contra a Jugoslávia e, de qualquer modo, aos propósitos militaristas e expansionistas dos EUA assim como da Alemanha e de outras grandes potências da NATO. Sublinha o flagrante contraste desta situação com a cobertura e impunidade na violação de resoluções da própria ONU em relação a Timor-Leste, Angola, Palestina e outras. Apela aos portugueses e portuguesas para que, pelos meios que em cada caso considerem mais apropriados, manifestem a sua condenação da agressão e exijam do governo português uma posição consentânea com os interesses nacionais.

24 de Março de 1999

O Secretariado do C.C. do Partido Comunista Português

Estudantes manifestam-se em todo o País

Estudantes do ensino superior de todo o país assinalaram, ontem, o Dia do Estudante, com uma Marcha pela Educação, em defesa do ensino «como um direito, garante da justiça social e factor de desenvolvimento do país».

A união de todas as associações académicas em torno da marcha foi uma das questões que marcou o último Encontro Nacional de Dirigentes Associativos (ENDA), que decorreu em Viseu nos dias 13 e 14 de Março.

A partir de uma concentração no Terreiro de Paço, os

estudantes de vários pontos do país seguiram para a Assembleia da República, onde foi entregue o documento reivindicativo saído do ENDA. Na Alameda da Cidade Universitária a manifestação transformou-se em festa, com a actualização de tunas académicas.

Presente esteve igualmente uma delegação da Federação Nacional de Professores, constituída por dirigentes do Departamento do Ensino Superior e por muitos docentes que se quiseram associar à marcha.

No documento entregue na Assembleia da República, os estudantes exigem, nomeadamente, mais e melhor acção social escolar, a revogação da lei do financiamento do ensino superior, a avaliação pedagógica dos docentes, o aumento da autonomia universitária e o fim dos *numerus clausus*.

Manifestação nos Açores

Mais de mil estudantes da Universidade dos Açores, Escola Superior de Enfermagem e escolas do ensino secundário, concentraram-se terça-feira passada nas Portas da Cidade, em Ponta Delgada, dirigindo-se depois para o Palácio de Sant'Ana, residência oficial do presidente do Governo Regional.

Os estudantes exigem uma melhor educação e uma política de transportes aéreos e terrestres mais justa, que os documentos passem à prática e os estudantes sejam ouvidos e a sua opinião respeitada, contra o prazo reduzido para a marcação de exames para o ensino superior e a licenciatura de facto dos estudantes de enfermagem.



No regresso da sua viagem ao Brasil, Carlos Carvalho foi recebido pelo Primeiro-Ministro, António Guterres, no âmbito da série de audiências em que o chefe do Governo consultou dirigentes partidários sobre a Agenda 2000



08499